

# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

27/03/2020 18:41

## Governo publica decreto suspendendo prazo de recursos dos processos administrativos fiscais

Decreto publicado no Diário Oficial do Estado desta sexta-feira (27) suspende a contagem de prazos de recursos relativos a Processos Administrativos Fiscais no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), no período de 23 de março a 30 de abril de 2020. Isso significa que os contribuintes que quiserem protocolar contestações contra cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações. Assim, se o contribuinte tinha dez dias, no dia 23 de março, para entregar uma defesa administrativa, este mesmo período passará a ser contado a partir do dia 1º de maio.

A medida foi adotada como parte da estratégia para conter a disseminação do novo coronavírus. Embora a Fazenda Estadual continue a operar, suas 34 unidades distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento presencial desde o dia 23 de março.

Caso haja qualquer dificuldade em relação a esse e outros assuntos, a Sefaz-BA orienta que o contribuinte entre em contato por meio do número 0800 071 0071, nos dias úteis, das 8h às 18h, ou pelo faleconosco@sefaz.ba.gov.br. No site da [Secretaria da Fazenda](#) também está disponível a Carta de Serviços ao Cidadão, que contém informações e orientações sobre os 113 serviços oferecidos pela Sefaz-BA.

### Mudanças

Desde que as unidades de atendimento presencial foram fechadas, a Fazenda Estadual vem buscando tomar medidas que visem facilitar o dia a dia do contribuinte. O envio da documentação necessária para início do trâmite para cálculo do IT D (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos), por exemplo, agora é feito via e-mail, assim como o parcelamento do ICMS nas situações que não podem ser feitas pelo site. Mais informações estão disponíveis no [site da Sefaz-BA](#).

**Fonte: Ascom/Sefaz-BA**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

### Governo da Bahia

**Governo do Estado da Bahia**

**Secom - Secretaria de Comunicação Social**

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

**Horário de funcionamento:**

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria](#).



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).

[Versão mobile](#)

# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

27/03/2020 11:59

## Justiça mantém cinco postos lacrados por venda de gasolina com 98% de etanol

Cinco postos de gasolina de um mesmo proprietário, dois dos quais em Barreiras, dois em Teixeira de Freitas e um em Anguera, permanecem fechados desde que um deles foi flagrado pela Operação Posto Legal comercializando gasolina com 98% de etanol anidro, muito acima do limite de 27% fixado pela legislação e altamente prejudicial ao consumidor. O flagrante aconteceu em novembro no posto localizado em Anguera, e foi atestado por laudos da Agência Nacional de Petróleo (ANP), e do Departamento de Polícia Técnica (DPT), levando a Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) a suspender as inscrições no ICMS do posto e dos demais estabelecimentos, medida confirmada após liminar favorável à rede ter sido cassada pelo Tribunal de Justiça.

A manutenção da suspensão dos postos no cadastro do ICMS, que na prática impede os estabelecimentos de atuar, foi decidida pela desembargadora Sandra Inês Moraes Rusciolelli Azevedo, da Seção Cível de Direito Público do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), ao julgar agravo regimental interposto pelo Estado da Bahia, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), contra a empresa proprietária dos postos (processo 8025444-20.2019.805.0000).

A sanção a todos os postos do mesmo proprietário baseia-se na lei estadual 9.655/2005, que dispõe sobre a concessão e a inaptdão da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia para contribuintes que realizem operações com derivados de petróleo, gás natural e combustíveis líquidos carburantes e dá outras providências. De acordo com o inciso I do artigo 3º da lei, a inaptdão da inscrição de um estabelecimento no cadastro do ICMS implicará na inaptdão da inscrição de todos os estabelecimentos da empresa localizados no Estado que atuem no mesmo ramo de atividade. A suspensão também toma por base o artigo 27 do Cadastro do ICMS.

De acordo com a ANP, trata-se de uma das maiores fraudes do gênero já encontradas em todo o país, com a presença de etanol na gasolina em patamar muito acima do limite de 27% fixado pela legislação.

### Posto Legal

Deflagrada em agosto do ano passado na Bahia, a Operação Posto Legal é uma força-tarefa que reúne órgãos dos governos estadual e federal com o objetivo de assegurar o cumprimento dos requisitos de qualidade e quantidade do combustível vendido ao consumidor. A operação reúne a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-BA), a Secretaria da Segurança Pública (Polícias Militar, Civil e Técnica), o Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (Ibmetro) e a ANP, com apoio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

O impacto da iniciativa baiana tem sido tão positivo junto à população que o modelo começa a ser exportado: em dezembro, foi lançada no Piauí a Operação Tira Teima Combustível Legal, nos mesmos moldes, já com resultados importantes relacionados a fraudes na qualidade do combustível.

**Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)
- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

**Horário de funcionamento:**

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

**Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.**



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

## A covid-19, o corte salarial e o serviço público

### Juracy Soare

Auditor fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará e presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite)

### Marcos Carneiro

Auditor fiscal e presidente do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF)

**E** estamos atravessando uma grande crise devido à Covid-19 e é assustador ver integrantes do Governo e parlamentares levantarem a possibilidade de colocar em votação projetos para viabilizar a redução dos salários dos servidores e dos trabalhadores da iniciativa privada. Além de indigna, a medida justificada pela suposta redução da jornada de trabalho, configura um profundo contrassenso social, econômico e um ataque frontal aos responsáveis pelos serviços públicos de combate à pandemia e do ponto de vista da iniciativa privada.

Milhares de servidores públicos do país estão neste exato momento realizando atendimentos em diferentes áreas como Saúde, Segurança e Arrecadação Tributária. É inacreditável que certos parlamentares façam uso da situação para fazer valer os planos de redução da presença do Estado, exatamente quando o Brasil mais precisa desses serviços que só podem ser prestados pela ação estatal. Enquanto assistimos, em outros países,

iniciativas de bilionários demandando o Estado por uma taxa maior de suas fortunas, no Brasil esse pequeno grupo de cidadãos está incredivelmente silente.

Esse é o momento em que todos, especialmente os parlamentares, deveriam discutir sobre como taxar as bilionárias fortunas do 1% dos brasileiros que acumulam mais riqueza do que metade da população mais pobres. Agora é hora de tributar-las para incrementar a arrecadação de tributos no combate à Covid-19, o que representaria cerca de R\$ 272 bilhões

para serem usados contra a crise. Essa é uma das possibilidades.

Importante lembrar que, do ponto de vista econômico, cortar salários de servidores e dos trabalhadores da iniciativa privada acentuaria a contração da massa salarial em geral, prejudicando ainda mais a sustentação da atividade de profissionais liberais e de empresas prestadoras de serviço, exatamente no momento em que o Estado deve adotar medidas para fomentar a atividade econômica, e não o contrário.

É dever do Estado atuar de forma incisiva na garantia dos empregos e da renda de todos os trabalhadores, ao mesmo tempo em que zela pela saúde financeira das empresas e evita o desabastecimento, com medidas para postergar o pagamento dos impostos, condições especiais de regularização fiscal, expansão do crédito, entre outras.

A maioria dos países que enfrenta a mesma situação diante da pandemia, tais como os Estados Unidos, França, Reino Unido e Portugal, tem atuado no sentido de resguardar os empregos e diminuir os encargos sobre os trabalhadores e empresas. Em todos os momentos, especialmente nos de crise, é necessário exercício de empatia, solidariedade e respeito aos princípios constitucionais plasmados na Constituição. Afinal, a solidariedade é a base do bem-estar comum

---

**Além de indigna, a medida justificada pela suposta redução da jornada de trabalho, configura um profundo contrassenso social e econômico**

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

## PRISCILA DÓREA

Ficar em casa nunca foi tão importante, mas sair na rua para comprar mantimentos ainda é necessário. Ou não. A população brasileira tem entrado em quarentena já faz um pouco mais de duas semanas e esse tempo foi suficiente para que a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm) registrasse o impacto do Covid-19 no e-commerce brasileiro: um aumento girando em torno de 100% nas transações.

"É importante deixar claro que esse aumento corresponde ao segmentos de alimentação e saúde. A média geral do setor de e-commerce corresponde a um aumento de 30%. É natural migrar para o virtual com esse isolamento, mas caso essa quarentena dure, não acreditamos que essa alta de vendas continuará presentes em segmentos além dos de primeira necessidade. A confiança do consumidor vai cair", explica Maurício Salvador, presidente da Abcomm.

Quem se viu surpreso com o crescimento repentino de acessos foi o engenheiro de produção e CEO do site BigDelivery (www.big-

delivery.com.br), Daniel Cirilo. Funcionando como um açougue virtual, o site fornece desde carne bovina, até pescados, e o número de pedidos por dia que girava em torno dos 100, pulou para 170 na terça-feira (17), quando muitos entraram em isolamento.

"No final daquele dia nosso estoque literalmente acabou. Foram mais de 5 mil novos cadastros em uma semana. Normalmente o cliente pode agendar a entrega para o mesmo dia do pedido, hoje só é possível entregar um ou dois dias depois", explica o empresário. A prioridade de entrega é para os idosos, mas alguns clientes fora dessa faixa etária parecem ter medo que a carne acabe e querem entrar na lista de prioridade.

"Nós tentamos acalmar esses clientes. As entregas podem demorar mais do que o comum e o preço subir um pouco, mas vai ter carne para todo mundo". Quem também viu as vendas aumentarem foi a nutricionista e empresária Ana Caroline Carvalho Cardoso, proprietária do Carol Nutri Gourmet (www.carolnutri.com.br), que fornece pratos direcionados para pessoas que necessitam ou optam por uma dieta mais

nutritiva.

"O crescimento nos pedidos está entre 15% e 20%. Os nossos produtos servem como uma forma de prevenção contra o vírus, é uma alimentação saudável que potencializam a imunidade", explica Ana Caroline. O produto mais procurado de acordo com ela são os kits de refeições semanais, com café da manhã, almoço, jantar e lanche, com opções para



Ana conta que pedidos do Carol Nutri cresceram entre 15% e 20%

**COVID-2019** Comércio eletrônico registrou expansão em todo o País a partir do isolamento das pessoas para evitar a propagação do novo coronavírus

## E-commerce das áreas de saúde e alimento cresce 100%



**"Normalmente o cliente pode agendar a entrega para o mesmo dia do pedido, hoje só é possível entregar um ou dois dias depois"**

DANIEL CIRILO, da BigDelivery



**"Não acreditamos que essa alta de vendas continuará presente em segmentos, além dos de primeira necessidade"**

MAURÍCIO SALVADOR, da Abcomm

cinco ou sete dias.

A procura foi grande também por medidas para que funcionários e clientes fiquem seguros diante da atual situação. Daniel conta que o cuidado que eles tinham da produção – que já era intensa por se tratar de alimento –, triplicou com a chegada do vírus. "Na produção o supervisor está intensificando o antigo aviso da necessidade de se manter a distância. É um setor de pouco contato naturalmente, mas aumentamos a quantidade de sabão disponível e de álcool".

A higiene também foi intensificada quanto aos motoristas da empresa, que agora usam máscaras, luvas e álcool em gel para os clientes que pagam no momento da entrega. Daniel conta ainda que eles têm incentivado que os clientes paguem através do site para evitar mais contato e que a equipe de call center está trabalhando de casa.

Já Ana Caroline deu férias aos funcionários com mais de 50 anos e para os com problemas respiratórios e reduziu o horário de funcionamento da cozinha. "Incentivamos a entrega sem contato, com o pagamento sendo feito por transferên-

cia bancária e a encomenda sendo deixada na porta. Também incluímos refeições enriquecidas para os funcionários e funcionário extra para fazer a limpeza durante os turnos de trabalho. Todo o cuidado é pouco", contou.

SOB SUPERVISÃO DA EDITORA  
CARRANDRA BARTELO

### E-COMMERCE EM ÉPOCA DE CRISE

**ESTOQUE** Tenha controle sobre todos os produtos ainda disponíveis, e quando irá conseguir repor o que faltar ou acabar. Ou irá correr o risco de oferecer o que não tem, e com isso perder clientes novos e antigos

**FAZO DE ENTREGA** Uma das grandes dificuldades da alta demanda é tentar manter prazos de entrega viáveis para você e o consumidor, por isso deixe claro no site o tempo necessário para

realizar seu serviço e a razão dessa demora

**PRIORIDADE** A atual situação pede uma boa administração, tanto do aspecto econômico, quanto humano. Por essa razão, busque priorizar aqueles que mais correm riscos nesses tempos de coronavírus

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

**COVID-19** Medida atinge 1,4 mi de companhias e 12,2 mi de trabalhadores

## GOVERNO DÁ CRÉDITO A PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

KELLY OLIVEIRA E  
ANDREA VERDÉLIO

Agência Brasil, Brasília

O governo anunciou ontem uma linha de crédito emergencial para ajudar pequenas e médias empresas a

atingindo 12,2 milhões de trabalhadores. O crédito será destinado a empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões e vai financiar dois meses da folha de pagamento, com volume de R\$ 20 bi-

lhões por mês. Segundo o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, a medida será operacionalizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em parceria com os bancos privados. O limite de financiamento é de dois salários mínimos. Ou seja, se o trabalhador ganha mais de dois salários mínimos, a empresa terá que complementar o salário.

Ao contratar o crédito, a empresa assume o compromisso de que não demitir o funcionário nesse período de dois meses. "A empresa fecha o contrato, e o dinhei-

ro vai direto para o funcionário. A empresa fica só com a dívida", disse Campos Neto, explicando que os recursos não passarão pela conta da empresa.

A taxa de juros será de 3,75% ao ano (atual taxa Selic). Do total a ser liberado por mês (R\$ 20 bilhões), R\$ 17 bilhões serão recursos do Te-



Presidente Jair Bolsonaro anunciou medidas de ajuda a empresas em Brasília

**O crédito será para empresas que faturam entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões**

souro Nacional e R\$ 3 bilhões dos bancos privados. Serão seis meses de carência e 36 meses para o pagamento. "O Tesouro disponibiliza os recursos, aplica os subsídios e fica com as perdas e ganhos das operações", afirmou o presidente do BNDES, Gustavo Montezano.

Segundo Campos Neto, a

linha estará disponível em uma ou duas semanas. "Quarenta e cinco por cento do custo de uma pequena e média empresa é folha de pagamento, normalmente em torno 20% ao ano. Temos que atravessar este período garantindo emprego para os trabalhadores", afirmou. Ele acrescentou que o custo de demissão para as empresas é equivalente a três ou quatro meses de salário.

Caixa

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, também ressaltou que o banco já emprestou R\$ 20 bilhões aos clientes para enfrentar a crise provocada pelo coronavírus. No total, a instituição já injetou R\$ 11 bilhões em recursos. "Vamos continuar reduzindo juros, aumentando prazos para pagamento e dando liquidez para a economia", disse Guimarães sobre as medidas anunciadas anteriormente, pelo banco.

Caixa

De acordo com Guimarães, a Caixa também vai operacionalizar o pagamento do auxílio emergencial de

três meses, no valor de R\$ 600, destinado aos trabalhadores autônomos, informais e sem renda fixa durante a crise provocada pela pandemia de coronavírus.

Entretanto, Guimarães destacou que, antes de iniciar o pagamento, a medida precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional. Um decreto presidencial também será editado para regulamentar a operação.

Gustavo Montezano informou ainda que na próxima semana será disponibilizada uma linha emergencial para empresas de saúde no valor de até R\$ 2 bilhões.



## Senado votará na segunda auxílio de R\$ 600 para trabalhadores

**PARLAMENTO** O Senado votará segunda-feira (30) o pagamento de um auxílio emergencial por três meses, no valor de R\$ 600, destinado aos trabalhadores autônomos, informais e sem renda fixa. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), confirmou a votação para o início da próxima semana em postagem no Twitter.

Alcolumbre está se recuperando após ser diagnosticado com o novo coronavírus. Quem tem presidido as sessões remotas é o vice-presidente, senador Antonio Anastasia (PSD-MG). A sessão está prevista para ocorrer às 16h. Horas antes, pela manhã, os líderes se reunirão, também remotamente, para discutir outras votações prioritárias da semana.

Pelas manifestações de senadores nas redes sociais, a expectativa é que a medida seja aprovada sem objeções. O vice-líder do governo, senador Chico Rodrigues (DEM-RR), e o líder da minoria, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), se manifestaram favoráveis à votação e sua aprovação.

**O auxílio, que foi aprovado na Câmara dos Deputados quinta-feira (26), é voltado aos trabalhadores informais**



# Governo cria linha de crédito para bancar folha

**AJUDA** O governo anunciou nessa sexta-feira (27) a criação de uma linha de crédito emergencial de R\$ 40 bilhões, subsidiada pelo Tesouro Nacional, voltada para pequenas e médias empresas, que usarão os recursos para pagar os salários dos funcionários durante dois meses, em meio à crise causada pelo novo coronavírus. Nesse período, não poderão haver demissões. O pagamento é limitado a dois salários mínimos, sendo opcional a complementação pela empresa. O financiamento estará disponível entre uma e duas semanas, afirmou o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto.

O dinheiro será emprestado pelos bancos privados. O anúncio foi feito com a presença do presidente Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto. A medida será válida para empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões.

A linha de crédito será de R\$ 20 bilhões por mês, durante dois meses. Do total, 85% (ou R\$ 34 bilhões) serão subsidiados pelo Tesouro Nacional. A taxa de juros será de 3,75% ao ano, igual à taxa básica de juros da economia, a Selic. Segundo o BC, não haverá spread (diferença entre o custo de captação e o empréstimo).

Será preciso encaminhar uma medida provisória (MP) ao Congresso para começar os empréstimos. Essa MP irá abrir um crédito extraordinário de R\$ 34 bilhões no Orçamento deste ano, criar um fundo operado pelo BNDES, supervisionado pelo Banco Central e com aporte de recursos do Tesouro. Os bancos

**O dinheiro vai cair direto no CPF do funcionário. A empresa fica só com a dívida**  
Roberto Campos Neto

Presidente do Banco Central

complementarão o programa com R\$ 6 bilhões.

Haverá carência de seis meses para iniciar o pagamento, e o prazo será de 36 meses. O contrato vai estipular que, nos dois meses de financiamento, a empresa não poderá demitir. Para Campos Neto, a estrutura do empréstimo vai desestimular cortes.

O dinheiro vai financiar, no máximo, dois salários mínimos (R\$ 2.090) por trabalhador. Ou seja, quem ganha até esse limite manterá seu rendimento. Mas o teto do financiamento será de R\$ 2.090 mesmo para quem recebe acima desse valor. Caberá à empresa complementar ou não o salário.

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro reforçou a pressão sobre os governadores que resistem em flexibilizar medidas de isolamento adotadas para o enfrentamento do novo coronavírus. Ele deu uma declaração controversa de que os estados e municípios podem ser responsabilizados por encargos trabalhistas de estabelecimentos obrigados a fechar.

“Tem um artigo na CLT que diz que todo empresário, comerciante, etc, que for obrigado a fechar o seu estabelecimento por decisão do respectivo chefe do Executivo, os encargos trabalhistas quem paga é o governador e o prefeito, tá ok? Fecharam tudo. Era uma competição de quem ia faturar mais”, disse Bolsonaro.



# Guedes explica o pacote e a crise

O ministro Paulo Guedes acha que de 20 a 38 milhões de pessoas podem ser atendidas por esse benefício temporário de R\$ 600. Ele o chama de Auxílio Emergencial aos Informais (AEI). Ele assegura que o governo está atento a cada segmento atingido pela crise econômica decorrente do coronavírus. "Ninguém será deixado para trás", promete. O custo desse benefício, segundo ele, será de R\$ 45 bilhões:

"É preferível errar por excesso e corrigir depois", me disse quando perguntei como o governo fará chegar aos brasileiros informais essa ajuda emergencial.

Explicou que basta estar no cadastro único e não estar recebendo nem Bolsa Família nem BPC. Se não estiver no cadastro, se for informal, bastará

seus documentos e a autodeclaração:

"Como você escreveu na sua coluna, é a faxineira, o ambulante, o cara que vendia bala no sinal de trânsito. Não há mais trânsito. São guerreiros, valentes, nunca pediram nada ao Estado e neste momento de emergência ele vai à Caixa e receberá uma ajuda para passar esta crise".

Guedes disse que a distribuição desse recurso será cuidadosa e seguirá uma estratégia que está sendo montada com base em outras experiências bem-sucedidas, como a do FGTS, pela data de nascimento. Era inicialmente de R\$ 200, mas a Câmara elevou para R\$ 500, e o governo acabou oferecendo R\$ 600. É um valor muito maior do que o do Bolsa Família:

"O Bolsa Família é perma-

nente e a primeira ordem que eu dei foi para zerar a fila de mais de um milhão e duzentas mil pessoas que pediam para integrar o programa.

Sobre o pacote dessa sexta-feira (27), o ministro disse que ele foi feito para vencer o desafio de chegar na economia real. Medidas anteriores, como a redução do recolhimento compulsório, são importantes, mas era preciso ir mais fundo, segundo ele. "Tudo o que é focalizado é melhor e mais potente. Por isso eu quis saber: cadê o nosso canal diretamente com o setor real".

Ele falou da sua casa no Rio, onde está há mais de uma semana, apesar de ter testado negativo para o coronavírus. De lá, tem trabalhado intensamente no desenho de cada uma das medidas que foram anunciadas

ontem e que chegam, de fato, ao setor real".

Há vários grupos precisando de socorro governamental neste momento em que tudo saiu do lugar ao mesmo tempo na economia. O anúncio dessa sexta ajuda principalmente as pequenas e médias empresas ao fornecer R\$ 40 bilhões de crédito para pagar a folha de pagamento. Pelo cálculo do Banco Central, serão 1,4 milhão de empresas, que faturam entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões. O crédito irá diretamente para a conta de 12 milhões de trabalhadores dessas empresas, mas cobre um valor até dois salários mínimos. O Brasil tem 39 milhões de pessoas no mercado formal.

É uma engenharia financeira nova. O Tesouro empresta diretamente 85% do valor da folha. Os bancos complementam 15%. Outra novidade é que o dinheiro vai para a conta do empregado, e o empresário fica com a dívida. Ninguém cobra spread, nem o BNDES, que operacionaliza, nem o banco repassador. É um produto de curta duração, dois meses. Pode ter um efeito estabilizador no curto prazo.

Outra medida é a compra de carteira de crédito dos bancos

pelo Banco Central. Desta forma, o BC ajuda as instituições que ampliaram o crédito para empresas que agora estão em dificuldades. O ministro diz que o valor total das várias medidas tomadas desde o começo da crise pode ser de R\$ 700 bilhões.

"São dinheiros diferentes. Uns são gastos fiscais, outros são diferimentos e antecipações, mas o que interessa para nós do ponto de vista econômico é que são recursos para superar o choque. Essa é a segunda onda, a da economia. A primeira onda é a da saúde e nela nós estamos todos seguindo a orientação do Mandetta e eu estou no isolamento".

Perguntei como ele avaliava a declaração do presidente em favor do relaxamento desse isolamento para que a economia volte a funcionar:

"Eu tento interpretar positivamente. O que o presidente fez foi um alerta: tem uma segunda onda vindo aí. Ele tem esse direito. O presidente da República tem o direito à opinião dele. Ele acha que se ficarmos parados dois meses, três meses, nós vamos morrer de fome. Vamos desorganizar a produção e as praças estarão vazias. É legítimo o presidente dizer isso. Essa é a força da democracia".



# Tribuna

## Empresários baianos pedem suspensão de impostos

Grupo Business Bahia, formado por mais de 250 gestores e líderes baianos, enviou uma carta aberta ao governador do Estado, Rui Costa (PT) e ao prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), propondo a suspensão ou prorrogação do prazo de recolhimento de impostos, como medidas de enfrentamento à crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus. Diz a carta:

1 - Suspensão da cobrança do IPTU de pessoas físicas e jurídicas pelo prazo de 90 dias, em condições similares ao concedido pelo Governo Federal para o recolhimento do FGTS.

2 - Prorrogação por 120 dias dos prazos de validade das certidões municipais e estaduais.

3 - Prorrogação do

ICMS e do ISS incluídos no Simples Nacional, na mesma forma do já autorizado para os impostos federais.

4 - Suspensão por 120 dias da cobrança do IPVA.

5 - Suspensão por 120 dias da cobrança do ICMS Antecipado.

6 - Isenção da TFF 2020 para as pequenas e médias empresas.

7 - Disponibilização total da Desenbahia para repasse das verbas federais destinadas as empresas baianas, com flexibilização nas análises de crédito.

8 - Esforço conjunto do Estado e da Prefeitura, em todas secretárias, para liberação, no curto prazo, de pagamentos pendentes, inclusive restos a pagar, de serviços e fornecimentos já executados,

especialmente aqueles voltados às atividades essenciais e de maior geração de empregos.

9 - Criação de um gabinete unificado governo, prefeitura e entidades representativas, com foco exclusivo em planejar ações estratégicas para a retomada da nossa atividade econômica pós isolamento.

10 - Criação de um grupo multiciplinar que possa elaborar um estudo técnico, com base em experiências nacionais e internacionais, que nos permitam enxergar, com base científica, quando será possível iniciarmos a migração do isolamento horizontal para o vertical, divulgando-o amplamente, através de todas tecnologias disponíveis, facilitando o planejamento

das empresas.

11 - Formatação de uma PPP com empresas e entidades empresariais para facilitar e fomentar a aquisição do maior número de testes possíveis, o que segundo experiências de outros países, é fundamental para o combate ao vírus.

12 - Estabelecimento de critérios que assegurem as empresas baianas vantagem competitiva nas aquisições de material e serviços pelos Estado e Prefeitura durante 120 dias.

A carta termina com o grupo de empresários colocando-se à disposição para contribuir, "no que for possível, na defesa da vida e da sobrevivência da nossa população, dos empregos e das empresas" do Estado.

# Tribuna

## Bancada da Bahia destina R\$ 214 mi de emendas para o estado

Com o objetivo de fortalecer a luta contra o coronavírus, o coordenador da Bancada da Bahia, deputado federal Daniel Almeida (PCdoB), anunciou que serão destinados R\$ 214 milhões no combate do covid-19. Na Bahia, existem 104 casos da doença confirmados, com previsão do aumento considerável deste número para os próximos dias. "Todos os membros concordaram em fazer o remanejamento das emendas de bancada para ações de combate ao coronavírus. Os recursos financeiros serão utilizados pelo estado e municípios baianos para o

enfrentamento desta grave crise na saúde. No início da semana fiz uma reunião online com o governador e todos os parlamentares, onde adotamos essa postura para conter o avanço da doença", contou Almeida.

Ainda de acordo com Daniel, os próximos dias serão decisivos para a liberação destes recursos. "A nossa expectativa é que uma medida provisória definindo os critérios de destinação desse recurso seja publicada o mais rápido possível e que a emenda da bancada seja liberada e todas as medidas contra o coronavírus sejam adotadas",

afirmou. A bancada baiana no Congresso conta 39 deputados federais e três senadores que integram a 56ª legislatura e deliberam sobre o orçamento do governo federal para ações públicas em diversas áreas do estado da Bahia.

A deputada Lidice da Mata (PSB) solicitou o remanejamento do valor total de sua cota parlamentar individual da bancada da Bahia para ações de combate ao coronavírus. Lidice considera essencial a medida para o enfrentamento da emergência de saúde pública causada pela pandemia. Os recursos da cota individual da parlamentar,



no valor de R\$ 3.555.134,65, referente às emendas impositivas de bancada do Estado da Bahia do Orçamento Geral da União (OGU 2020) serão alocados na nova ação codificada como

21C0, de Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) do Ministério da Saúde. O valor remanejado das emendas de Lidice serão

**O DEPUTADO** federal Daniel Almeida (PCdoB) anunciou que serão destinados R\$ 214 milhões no combate da Covid-19

repassados para a Secretaria Estadual de Saúde da Bahia - SESAB.

Alice Portugal (PCdoB) também celebrou a decisão: "Enquanto o governo age de forma irresponsável, os senadores e deputados federais da Bahia vão destinar R\$ 214 milhões no combate ao coronavírus. Vamos fazer o remanejamento das emendas de bancada para ações que ajudem a minimizar os efeitos dessa pandemia! O dinheiro será destinado para o Estado e para os municípios baianos que precisam de recursos para o enfrentamento do COVID-19. Precisamos fazer o que for possível para que vidas sejam preservadas!". (HB)

# Tribuna

## Governadores do Nordeste anunciam plano de crise

DA REDAÇÃO

**O**s governadores do Nordeste voltaram a se reunir na tarde de ontem e divulgaram uma nova carta aberta. No texto, afirmam que não vão recuar em medidas de prevenção ao novo coronavírus e criticam o governo de Jair Bolsonaro. O Consórcio Nordeste é presidido pelo governador da Bahia, Rui Costa (PT). Leia na íntegra:

Nós, governadores do Nordeste, em uma videoconferência realizada neste dia 27 de março, assim nos manifestamos:

\*1) Com bom senso e equilíbrio, vamos continuar

orientados pela ciência e pela experiência mundial, para nortejar todas as medidas, diariamente avaliadas, nesta guerra travada contra o Coronavírus. Reiteramos que parâmetros científicos indicam as ações preventivas e protetivas, de intensidade gradual e estágios progressivos ou regressivos, adequando-as sempre à realidade de cada região de nossos Estados;

2) Na ausência de efetiva coordenação nacional, que deveria ser assumida pelo Governo Federal, em articulação com os demais entes federativos, buscaremos avançar na integração regional e com as demais regiões, mobilizados pelo objetivo de salvar vidas e

amenizar os impactos negativos sobre a economia dos estados. Acreditamos também que o Congresso Nacional tem papel decisivo no atual momento da vida brasileira;

3) Dispostos a fortalecer o embasamento de cada uma das nossas medidas, já construído sobre as bases apresentadas pela OMS, solicitaremos um pronunciamento oficial do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde e da Sociedade Brasileira de Infectologia, além do acompanhamento e orientação do Ministério Público Federal e do Ministério Público dos Estados;

4) Manifestamos nossa

profunda indignação com a postura do Governo Federal, que contraria a orientação de entidades de reconhecida respeitabilidade, como a OMS - que indicam o isolamento social como melhor forma de conter o avanço do Coronavírus -, e promove campanha de comunicação no sentido contrário, estimulando, inclusive, carreatas por todo o país contra a quarentena. Este tipo de iniciativa representa um verdadeiro atentado à vida;

5) De nossa parte, exigimos respeito por parte da Presidência da República, esperando que cessem, imediatamente, as agressões contra os governadores, assumindo-se um posicionamento institucional, com se-



**OS GOVERNADORES** do Nordeste voltaram a se reunir na tarde de ontem e divulgaram uma nova carta aberta

riedade, sobre medidas preventivas. A omissão em padronizar normas nacionais e a insistência em provocar conflitos impedem a unidade em favor da saúde pública. Assim agindo, expõe-se a vida da população, além de assumir graves riscos no tocante à responsabilidade política, administrativa e jurídica;

6) Enfatizamos que sempre estaremos abertos ao diálogo, neste esforço que precisa ser coletivo, tendo como meta a superação da ameaça representada por esta doença, que continua matando milhares de pessoas. Temos absoluta convicção de que o diálogo, o equilíbrio e a união serão sem-

pre o melhor caminho para revertermos este quadro crítico. Seguimos firmes e vigilantes em defesa da vida das pessoas, inclusive na luta para impedir atos que possam significar riscos à saúde pública'.

Assinam esta carta: Rui Costa, Governador da Bahia; Renan Filho, Governador de Alagoas; Camilo Santana, Governador do Ceará; Flávio Dino, Governador do Maranhão; João Azevedo, Governador da Paraíba; Paulo Câmara, Governador de Pernambuco; Wellington Dias, Governador do Piauí; Fátima Bezerra, Governadora do Rio Grande do Norte; Belivaldo Chagas, Governador de Sergipe.

# Tribuna

## Mais três municípios baianos pedem calamidade pública

Foto: <https://www.bnews.com.br/>



**ANTÔNIO ELINALDO** afirmou que o surto de coronavírus deve provocar uma queda de receitas na ordem de R\$ 1,5 bilhão para Camaçari

Mais três municípios baianos querem decretar situação de calamidade pública para conter o avanço do coronavírus nas cidades. Os comandantes de Feira de Santana, Camaçari e Lauro de Freitas pediram que a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) aprove os decretos. Segundo o presidente do Legislativo baiano, Nelson Leal (PP), as mensagens serão votadas na próxima terça-feira em sessão virtual. De acordo com o progressista, ele já determinou às áreas técnicas a adoção das providências necessárias ao funcionamento remoto do Parlamento, e negocia com as lideranças partidárias do governo e da oposição o horário da apreciação dos textos.

Na semana passada, a AL-BA fez a primeira sessão virtual da história para aprovar decretos de calamidade pública para Salvador e para a Bahia. Os textos autorizam a adoção de medidas excepcionais para combater a disseminação nos municípios, e permitem gastos maiores do que o previsto. "A perspectiva de compras com dispensa de licitação torna bem mais ampla e a Lei de Responsabilidade Fiscal tem um posicionamento mais flexível quando se declara calamidade pública", argumentou o prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins (MDB), em uma postagem nas redes sociais.

Na mensagem enviada à Assembleia Legislativa, o

prefeito de Camaçari, Antônio Elinaldo (DEM), afirmou que o surto de coronavírus deve provocar uma queda de receitas na ordem de R\$ 1,5 bilhão para o Município.

Segundo Leal, as sessões virtuais vão continuar na AL-BA enquanto perdurar a crise. De acordo com o presidente da Casa, o novo sistema de votação só poderá ser usado "em situações de guerra, convulsão social, calamidade pública, pandemia, emergência epidemiológica, colapso no sistema de transportes ou situações de força maior que impeçam ou inviabilizem a reunião presencial dos deputados na sede da Assembleia Legislativa". As sessões são transmitidas ao vivo na TV AL-BA.

### MAIS PROJETOS

Deputados estaduais também têm apresentado projetos para ajudar a minimizar as consequências sociais neste período de crise. O parlamentar Robinson Almeida (PT) sugeriu proibir o aumento, sem motivo razoável ou causa justa, do preço de produtos e serviços comercializados pelos estabelecimentos instalados em território baiano. Segundo ele, tem ocorrido um crescimento "abusivo" de álcool em gel e máscara. "Alguns comerciantes elevaram os preços em mais de 1 mil%, desconsiderando, absolutamente, a necessidade excepcional da população para priorizar o lucro", afirmou o petista. (RDS)

# Tribuna

O senador Otto Alencar, líder do PSD no Senado, afirma que o presidente Jair Bolsonaro poderá sofrer um processo de impeachment caso o exame dele para Covid-19 tenha dado positivo. O chefe do Executivo federal tem negado que esteja contaminado com o novo coronavírus e mantém uma agenda fora do isolamento, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para casos suspeitos. Boa parte da equipe presidencial já foi infectada com a doença. "Aí agora, no meu ponto de vista, não identifiquei nenhum crime de responsabilidade. A não ser que o presidente fez o exame, deu positivo e ele ocultou isso da população. Aí é crime de responsabilidade. É bem provável que isso aconteça. Algumas pessoas em Brasília dizem que ele fez o exame, deu positivo e omitiu", declarou o parlamentar baiano, em entrevista exclusiva à Tribuna. Na conversa, Otto faz uma avaliação da cena política diante da pandemia e afirma que o governo federal demorou para tomar alguma atitude para frear o avanço do vírus em território nacional, além de contrariar as recomendações do próprio ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM). Também presidente do PSD na Bahia, ele faz projeções para a eleição municipal de 2020, ressaltando que não é o momento de falar sobre política, e evita se posicionar a respeito da tese de adiamento do pleito.



O SENADOR Otto Alencar (PSD) afirma que o presidente Jair Bolsonaro poderá sofrer um processo de impeachment caso o exame dele para Covid-19 tenha dado positivo. **ENTREVISTA OTTO ALENCAR**

## "Não é possível que só o Bolsonaro esteja certo", diz Otto Alencar

GUILHERME REIS  
EDITOR DE POLÍTICA  
HENRIQUE BRINCO  
REPORTER  
PAULO ROBERTO SAMPAIO  
DIRETOR DE REDAÇÃO

**T**ribuna da Bahia - A conjuntura política nacional, que já estava abalada, parece estar pior agora com o coronavírus. Qual é a sua percepção em relação a isso?

**Otto Alencar** - As consequências da pandemia do coronavírus ainda são imprevisíveis. Não há como se fazer uma previsão sobre os efeitos, tanto na área da saúde, como na economia. Acho que o governo federal demorou a tomar as medidas necessárias, até porque o presidente não levou a sério o grave problema, que os efeitos virão. Não acredito que iria acontecer, desqualifico a doença chamando de 'gripinha' e 'resfriadinho'. Então, na minha opinião, duas metas precisam ser logo executadas pelo governo federal: na economia, dar condição para as empresas continuarem mantendo empregos, através do Banco Central e dos bancos oficiais, estabelecendo créditos com juros zero; segundo, fazer os programas de compensação de renda para as populações mais vulneráveis para que a indústria, produzindo com empréstimos a juros zero, tenha um mercado interno para consumir para a produção. Na parte da saúde, o presidente da República tinha que cumprir o protocolo do Ministério da Saúde, que foi feito pelo ministro Mandetta e pelos seus assessores, e também o que os estados decidiram fazer para manter o controle da doença antes que tenha uma expansão muito grande. Precisava descentralizar logo os recursos dos estados e dos municípios, que estão na ponta. A capacidade do SUS é muito maior do que a do governo federal. Os estados têm a capacidade de instalar os hospitais e os municípios, as UPAs. Esse é o ca-

minho. O governo desqualificou e foi contra até as orientações do próprio ministro da Saúde. O Congresso vai votar de forma remota as matérias, a da renda mínima de 1.200 reais e a que estabelece que as prefeituras ficam determinadas a entregar merendas nas residências dos alunos. Então, minha visão é essa. É ampliar a rede de saúde, ampliando os leitos de UTI e dando respiradores para os hospitais municipais e estaduais. Mas o presidente politizou muito a doença a ponto de ter um confronto aberto com os governadores - até mesmo com o seu agora ex-aliado, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, do Democratas. Fez uma politicagem ao contrário de fazer uma política de Saúde para atender ao povo brasileiros.

**Tribuna** - O senhor acha que essas falas do presidente podem fragilizá-lo a ponto de abrir um processo de impeachment, com muitas pessoas já comentam?

**Otto** - Até agora, no meu ponto de vista, não identifiquei nenhum crime de responsabilidade. A não ser que o presidente fez o exame, deu positivo e ele ocultou isso da população. Aí é crime de responsabilidade. É bem provável que isso aconteça. Algumas pessoas em Brasília dizem que ele fez o exame, deu positivo e omitiu [o resultado]. Se for confirmado isso, ele corre um risco muito grande que seja aberto um processo de impeachment com admissibilidade pela Câmara e avaliação do Senado Federal. Mas é preciso comprovar isso. Digo a você que são 13 meses de governo Bolsonaro e 13 meses de crise. Todas as crises foram gestadas pelo presidente da República, ou pelos seus filhos ou também pelos seus seguidores mais radicais. Teve crise diplomática com a França, mais recentemente com a China e com outros países. Radicalizando, com uma política diplomática equivocada, crises com seus principais seguidores, demitiu seu principal seguidor, Gustavo Babbiano, que

terminou tendo um infarto fulminante com um grande componente emocional. Já demitiu quatro ministros em um ano e três meses. Já demitiu 36 cargos de segundo escalão de alta confiança no nível, por exemplo, do secretário da Receita Federal e tantos outros... Demitiu o presidente dos Correios, que era um general, demitiu o general Santos Cruz... Ou seja, é um governo inconsequente, confuso e completamente despreparado. Não vejo condições e nenhuma virtude para o presidente continuar o mandato dele por mais três anos com crises, todas gestadas por ele. Não vejo crime de responsabilidade e não advogo nada que não seja dentro da legalidade. A não ser que se comprove que ele omitiu o seu exame, que deu positivo e ele não informou corretamente para a população. Agora, no Senado, um dos seus principais ex-aliado, o senador Major Olimpio, sempre fala 'olha, vamos aquecer o Mourão'. Tem muita gente falando isso em Brasília.

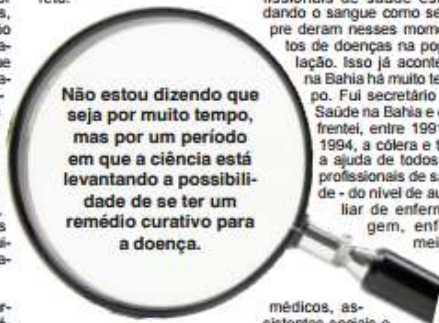
**Tribuna** - O senhor enxerga, atualmente, uma espécie de disputa pelo protagonismo entre o Governo e o Congresso a respeito do combate ao coronavírus?

**Otto** - Não. Não enxergo isso, não. Porque o Congresso tem feito a parte que lhe compete. Tem sido uma instituição moderadora do comportamento do presidente. O Congresso nunca o provocou. O presidente é quem permanentemente provoca o Congresso, chamando a população para a rua e fazer manifestações contra ele e coisas dessa natureza. Foi ele que provocou os governadores chamando-os de "paralbas". Ninguém provoca o presidente. Eu, por exemplo, nunca o provoqui. Mas, provocado, claro que terei que reagir como ele sempre faz quando provoca a todos nós.

**Tribuna** - Causa preocupação, do ponto de vista econômico, o fechamento dos comércios, principalmente os pequenos, embora

as medidas sejam necessárias?

**Otto** - Nesse momento, pelo menos por um período, concordo com o distanciamento social e o isolamento até se ter uma noção de como será a doença. Até porque, essa é uma doença que chegou de avião. Quem trouxe para o Brasil foi a classe média alta, a classe rica, que vem de avião da Europa, da França, da Espanha, da Itália... Então, se tiver condição de se fazer um cinturão sanitário para ela não avançar, está fazendo o correto.



**Tribuna** - O senhor, que circula muito pelo interior, acha que os prefeitos de pequenos municípios estão preparados para conter a disseminação do vírus?

**Otto** - Primeiro, deve-se fazer as barreiras sanitárias nas cidades e municípios. Não permitir a entrada de pessoas suspeitas ou portadoras do coronavírus. Esse é o primeiro caminho, a prevenção. Agora, os municípios menores não têm uma estrutura de UTI, com respiradores, para fazer o atendimento. Essa é uma responsabilidade do estado e de municípios grandes, como Feira de Santana, Ilhéus e Itabuna. Esses têm condição.

**Tribuna** - Como vê a atuação do Governo do Estado no enfrentamento do coronavírus? Junto com outros estados, o governo da Bahia tem feito um trabalho conjunto e até mes-

mo na contramão do que o governo Bolsonaro tem pregado.

**Otto** - Não acho que é na contramão. Não é possível que só o Bolsonaro esteja certo diante de 27 governadores e todos os grandes líderes do mundo. Então, os governadores estão fazendo a coisa correta, de isolamento e distanciamento social até ver como vai ser a evolução da doença. O governador Rui Costa agiu corretamente e seu secretário de Saúde [Fábio Villas-Boas], da mesma forma. E os profissionais de saúde estão dando o sangue como sempre deram nesses momentos de doenças na população. Isso já acontece na Bahia há muito tempo. Fui secretário de Saúde na Bahia e enfrentei, entre 1991 e 1994, a cólera e tive a ajuda de todos os profissionais de saúde - do nível de auxiliar de enfermagem, enfermeira,

médicos, assistentes sociais e todos que trabalharam comigo. Tenho que louvar os meus colegas, já que sou médico também, que sempre quando são chamados eles voltam para dar uma resposta positiva para o atendimento da população, sem mensurar os riscos que estão correndo.

**Tribuna** - O senhor é a favor de se adiar as eleições ou acha que ainda é cedo para falar sobre isso?

**Otto** - É muito cedo para falar sobre isso e a responsabilidade não é minha. É do Tribunal Superior Eleitoral, que vai analisar isso através de seus ministros que compõem a Corte.

**Tribuna** - Como estão as conversas em relação ao processo eleitoral? Estão paradas ou prosseguem?

**Otto** - Estão paralisadas, porque não há como se fazer movimentação política. Seria inconsequente. Parou tudo. Temos que aguardar

para ver. A prioridade é salvar a vida das pessoas. A política está lá atrás, embaixo, no subsolo da política.

**Tribuna** - A campanha pode ser prejudicada, considerando que em julho ainda vamos ter o coronavírus?

**Otto** - Não sei. Não posso prever. Como disse, é imprevisível. Depende de como vai evoluir a doença. Se for controlada, lá para o mês de julho, em silêncio epidemiológico, acho que as eleições poderão seguir. Mas acho que isso é uma coisa que tem que se ver lá na frente. Não dá para fazer previsão, porque é uma coisa difícil de acertar.

**Tribuna** - Tem um setor da classe política que defende atualmente o uso do fundo eleitoral para combater o coronavírus. O que o senhor acha disso?

**Otto** - Isso aí vai depender do Tribunal Superior Eleitoral. Se tiver eleição, o tribunal vai ter que fazer eleição com recursos públicos. Não tem como se fazer eleição de outra forma. E também a classe política entende dessa maneira. Mas, se realmente for necessário, eu concordo. Não tem nenhum problema. Isso vai depender das circunstâncias. Agora, do ponto de vista do tribunal, creio que não terá condição de fazer as eleições sem recursos. Então, depende muito se vai ter ou não eleição.

**Tribuna** - Pouco antes de estourar essa questão do coronavírus, o PSD tinha colocado a pré-candidatura de Eleusa Coronel em Salvador. Isso está mantido?

**Otto** - Vamos manter a pré-candidatura de Eleusa. Não vejo por que retirar a candidatura. Mas quero reafirmar que não é momento de falar em eleição. Estou proibindo meus seguidores de falar disso. O momento é de falar do coronavírus. Eu quero registrar isso na entrevista. Quero falar sobre os efeitos do coronavírus na economia e na saúde.

# Tribuna

## Coronavírus: Alexandre de Moraes relaxa exigências da LRF

O ESTADO DE S. PAULO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes concedeu liminar à União para relaxar exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em relação à criação e expansão de programas para o combate ao novo coronavírus. O governo buscava afastar a exigência de que o Planalto deveria apresentar demonstração de adequação e compensação orçamentária.

De acordo com a LRF, o aumento de gastos tributários indiretos e despesas obrigatórias exigem estimativas de impacto orçamentário e financeiro que devem estar compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A legislação também determina que a origem dos recursos e sua compensação devem estar demonstrados.

Ao Supremo, a União pedia a relativização destas exigências devido à situação excepcional do novo coronavírus no País, destacando que o direito à saúde da população deve prevalecer.

Em decisão, Alexandre de Moraes afirmou que a situação atual 'é da mais ele-



**ALEXANDRE DE MORAES**  
concedeu liminar à União para relaxar exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal

vada gravidade', se tratando de 'ameaça real e iminente' com consequências 'desastrosas' para a população caso não sejam adotadas medidas para a saúde e emprego dos cidadãos.

O ministro decretou o relaxamento das exigências durante a emergência de saúde pública e o estado de calamidade pública ocasionados pelo novo coronavírus, destacando que a liminar se aplica a todos os entes fe-

derativos que estejam em estado de calamidade pública.

"O excepcional afastamento da incidência dos artigos 14, 16, 17 e 24 da LRF e 114, caput, in fine, e § 14, da LDO/2020, durante o estado de calamidade pública e para fins exclusivos de combate integral da pandemia de COVID-19, não conflita com a prudência fiscal e o equilíbrio orçamentário intertemporal consagra-

dos pela LRF, pois não serão realizados gastos orçamentários baseados em propostas legislativas indefinidas, caracterizadas pelo oportunismo político, inconsequência, desaviso ou improviso nas Finanças Públicas; mas sim, gastos orçamentários destinados à proteção da vida, saúde e da própria subsistência dos brasileiros afetados por essa gravíssima situação", afirmou Moraes.

### PREFEITO

O prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, de 45 anos, deu entrada na UTI em hospital da cidade neste domingo (29) após apresentar complicações respiratórias decorrentes do coronavírus. Ele, e sua esposa, a deputada Carla Morando, testaram positivo para a covid-19 na última quarta-feira (25). Por meio das redes sociais, a assessora de Orlando Morando informou que o prefeito Orlando Morando foi hospitalizado e encontra-se, neste momento, na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital São Luiz. De acordo com a nota publicada, Morando teve o quadro respiratório agravado, o que exigiu a internação.

# Tribuna

## ‘Eu, como economista, gostaria da retomada. Como cidadão, quero ficar em casa’, diz Guedes

JULIA LINDNER E SANDRA  
MANFRINI, O ESTADO  
DE S.PAULO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a estimativa do governo é que a área da saúde precisa de três meses de isolamento para superar o novo coronavírus, mas ponderou que é difícil encontrar um equilíbrio com a economia. “Eu, como economista, gostaria que pudéssemos retomar a produção. Eu, como cidadão, ao contrário, aí já quero ficar em casa”, disse Guedes durante videoconferência promovida pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Em meio aos embates internos no governo sobre a importância do distanciamento social, Guedes disse que “temos que ter respeito pela opinião dos dois lados”. “Vamos discutir de forma construtiva”, afirmou. “Essa linha de equilíbrio (entre saúde e economia) é difícil. Em dois, três me-

ses vai rachar para um lado ou para o outro.”

Após ter contato com integrantes da comitiva presidencial que viajou aos Estados Unidos, no início do mês, que teve mais de 20 pessoas contaminadas pela covid-19, Guedes permanece em isolamento social. Na última semana, o ministro fez o teste e o resultado foi negativo. Aos 70 anos, ele faz parte do grupo de risco.

Durante encontro da CNM, Guedes falou também que o contágio pelo novo coronavírus está se acelerando agora no Brasil. Em breve, a previsão do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, é que o número deve aumentar vertiginosamente até junho.

“Do ponto de vista da saúde, o isolamento teria que ser de 3 meses. Do ponto de vista econômico, na medida em que (a covid-19) sobe vertiginosamente, a atividade desaba”, avaliou Guedes. “Apenas duas semanas atrás a arrecadação

estava 20% acima do previsto, tínhamos 6% de aumento real. Só que quando ele (o vírus) atinge (o país), a receita cai para zero de companhias aéreas, ambulantes”, continuou o ministro.

Ele afirmou que a economia brasileira aguenta ao menos parte do período necessário de paralisação por causa do isolamento, desde que a linha básica para entrega de itens essenciais como alimentos, suprimentos e medicamentos continuar a funcionar. Ele disse que, para a saúde, seria precipitado interromper o isolamento antes de pelo menos dois meses.

“Do ponto de vista da economia, a gente sabe que 1 mês a economia aguenta. A Tereza (Cristina, da Agricultura) e o Tarcísio (de Freitas, dos Transportes) estão fazendo belíssimo trabalho. Se a linha básica de alimentação, suprimento, remédio funcionar, pedir comida em casa. Se isso pelo menos funcionar, você estica um pouco.

Aguenta 1 ou 2 meses, isso funcionando você talvez agunte os três meses sem o colapso completo da economia. Passou dos 2 meses e meio, três meses, a economia começa a se desorganizar. Estamos esticados, espremidos”, considerou.

Guedes defendeu a posição do presidente Jair Bolsonaro contra as medidas de isolamento porque disse que é “uma decisão difícil”. Ele também disse que é “válido” os governadores terem apoiado o distanciamento social como forma de prevenção. “O presidente só está avisando que a segunda onda (na área econômica) pode ser destruidora. Se passar um, dois, três meses assim, pode ser que desabe a produção.”

Como tem feito em outros discursos, Guedes defendeu a aprovação das reformas econômicas, como a administrativa e tributária, para auxiliar na retomada econômica.

# Tribuna

## CORONAVÍRUS

### Políticos divergem sobre uso dos fundos partidário e eleitoral



**SEGUNDO** o presidente da entidade, Eures Ribeiro, as prefeituras não dispõem de recurso para conter a proliferação da doença

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

Uma das mobilizações para angariar recursos para o combate ao novo coronavírus, que já reúne o apoio de mais de 1,1 milhão de pessoas, pretende destinar os 3 bilhões de reais dos fundos partidário e eleitoral para ações de enfrentamento à pandemia. O movimento de união gira em torno de dois abaixo-assinados hospedados na plataforma Change.org, que apenas nas últimas 24 horas receberam mais de 3 mil novos apoiadores.

O objetivo da campanha é pressionar para que Congresso Nacional, Governo Federal e Tribunal Superior

Eleitoral (TSE) criem mecanismos para destinar os 2,03 bilhões do fundo eleitoral e R\$ 1 bilhão do partidário para a ampliação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e compra de respiradores artificiais e de testes.

A União dos Municípios da Bahia (UPB) fez reunião virtual e os gestores decidiram de forma democrática defender que os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conhecido como Fundo Eleitoral, e do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, o Fundo Partidário, sejam destinados à saúde dos municípios.

Segundo o presidente da entidade, Eures Ribeiro,

que também é prefeito de Bom Jesus da Lapa, no Oeste da Bahia, as prefeituras não dispõem de recurso para conter a proliferação da doença. "Imagina contratar mais médicos, comprar medicamentos, com a queda de receita que teremos nos próximos meses. Adiar ou não as eleições é irrelevante discutir neste momento, o importante é ter medidas de prevenção do coronavírus e de fortalecimento da saúde dos municípios", explica.

O fundo partidário é o nome popular dado ao Fundo de Assistência Financeira aos Partidos Políticos. Foi criado, primeiramente, em 1965, no governo de Castello Branco. Seu objetivo seria garantir que os partidos tenham autonomia

financeira. Ele é composto a partir de dotações orçamentárias da União, multas e penalidades eleitorais, recursos financeiros legais e doações privadas.

Já o Fundo eleitoral é um fundo público destinado ao financiamento das campanhas eleitorais dos candidatos, segundo definição do TSE.

Alimentado com dinheiro do Tesouro Nacional, ele é distribuído aos partidos políticos para que estes possam financiar suas campanhas nas eleições.

O deputado federal Valmir Assunção (PT-BA) não é contra o uso dos R\$2 bilhões do fundo eleitoral para conter a pandemia do coronavírus, mas aponta que esse valor não é suficiente.



# Tribuna

## Governo vai financiar salário do trabalhador

FÁBIO AMATO, GUILHERME MAZUI E LUIZ FELIPE BARBIERI, G1 — BRASÍLIA

O governo federal anunciou ontem uma linha de crédito emergencial para pequenas e médias empresas e que vai ajudá-las a pagar os salários de seus funcionários pelo período de dois meses.

Anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, o programa vai disponibilizar no máximo R\$ 20 bilhões por mês, ou seja, R\$ 40 bilhões em dois meses.

Feito no Palácio do Planalto, o anúncio ocorre após o aumento da pressão sobre Bolsonaro para que adote medidas semelhantes às vistas em outros países para facilitar medidas como o isolamento recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para reduzir o crescimento no número de doentes pela covid-19.

Bolsonaro tem dado declarações diminuindo os riscos do coronavírus e defendendo a redução das restrições ao movimento de pessoas e a volta ao trabalho devido aos prejuízos econômicos das medidas de isolamento.

Economistas criticam posicionamento do governo Bolsonaro frente à pandemia do coronavírus.

Na quinta (26), depois de acordo com o governo federal, a Câmara aprovou projeto que fixa pagamento de auxílio de R\$ 600 para trabalhadores informais por um período de três meses.

Tanto o auxílio aos infor-



**AÇÃO**  
Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que virão mais medidas

mais quanto a medida desta sexta visam aliviar a pressão financeira sobre pessoas e empresas durante a crise gerada pela pandemia do novo coronavírus.

Pouco depois do anúncio, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a linha de crédito "não é ruim", mas é "tímida" e "não vai resolver nada".

Questionado sobre auxílio para microempresas, com rendimento abaixo do piso de R\$ 350 mil do financiamento anunciado nesta sexta, o presidente do BC disse que medidas estão sendo estudadas (leia mais abaixo).

### DOIS MÍNIMOS

De acordo com Campos Neto, porém, o dinheiro para pequenas e médias empresas vai financiar, no máximo, dois salários mínimos por trabalhador.

Isso significa que quem já tem salário de até dois salários mínimos continuará a ter o mesmo rendimento. Entretanto, para os funcionários que ganham acima de dois salários, o financiamento ficará limitado a dois salários mínimos.

No caso de um funcionário que ganha, por exemplo, R\$ 5 mil por mês, vai ficar a critério da empresa complementar o valor acima de dois salários mínimos.

Ainda de acordo com o presidente do BC: o financiamento estará disponível para empresas com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões por ano;

o dinheiro será exclusivo para folha de pagamento; a empresa terá 6 meses de carência e 36 meses para pagar o empréstimo;

os juros serão de 3,75% ao ano.

Além disso, informou o presidente do Banco Central, as empresas que contratarem essa linha de crédito não poderão demitir funcionários pelo período de coronavírus pelo período de dois meses.

"O dinheiro vai direto para a folha de pagamento. A empresa fecha o contrato com o banco, mas o dinheiro vai direto para o funcionário, cai direto no cpf do funcionário. A empresa fica só com a dívida", disse Campos Neto.

De acordo com o presidente, a previsão é que sejam beneficiadas pela medida 1,4 milhão de pequenas e médias empresas do país, num total de 12,2 milhões de pessoas.

Campos Neto afirmou que o 1,4 milhão equivale ao total de pequenas e médias empresas do país com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões por ano.

### QUADRO

## FMI diz que economia mundial entra em recessão

AGÊNCIA FRANCE-PRESSE

A pandemia de coronavírus levou a economia mundial a uma recessão, e fundos mágicos serão necessários para ajudar os países em desenvolvimento, disse a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, nesta sexta-feira.

"Está claro que entramos em uma recessão" que será pior do que em 2009 após a crise financeira global, disse o chefe do FMI em uma entrevista coletiva virtual.

Com a "parada repentina" da atividade econômica mundial, nossa estimativa atual para as necessidades financeiras gerais dos mercados emergentes é de US\$ 2,5 trilhões", afirmou. E ele alertou que a estimativa "está no nível mais baixo".

Os governos dos mercados emergentes, que sofreram uma fuga de capital de mais de US\$ 83 bilhões nas últimas semanas, podem atender a muitas dessas necessidades, mas claramente não terão recursos suficientes, principalmente porque muitos estavam endividados antes do crise.

Mais de 80 países já solicitaram ajuda de emergência do FMI, a maioria deles de baixa renda, disse Georgieva.

"Sabemos que suas próprias reservas e recursos internos não serão suficientes", disse, acrescentando que o FMI pretende fortalecer sua resposta "para fazer mais, fazer melhor, fazer isso mais rápido do que nunca".

Georgieva conversou com jornalistas após uma

reunião virtual com o comitê diretor do FMI, com sede em Washington, no qual ela pediu oficialmente um aumento nos instrumentos de emergência de rápida implantação do Fundo, que atualmente estão no nível de US\$ 50 bilhões.

A diretora-gerente do FMI saudou o pacote de cerca de 2 trilhões de dólares de estímulo econômico dos Estados Unidos, aprovado pelo Senado e que nesta sexta-feira discute a Câmara dos Deputados. O presidente Donald Trump deve então promulgá-lo para que entre em vigor.

"É absolutamente necessário proteger a maior economia do mundo de uma queda acentuada nas atividades econômicas", avaliou. O novo coronavírus causou pelo menos 24.663 mortes em todo o mundo desde que apareceu em dezembro, de acordo com um balanço estabelecido pela AFP com base em fontes oficiais, nesta sexta-feira.

Desde o início da epidemia, mais de 539.360 casos de contágio foram registrados em 183 países ou territórios. O número de casos diagnosticados positivos, no entanto, reflete apenas uma parte do número total de infecções devido às políticas dispendiosas dos países para diagnosticar os casos.

A América Latina, em particular, registrou mais de 10.000 casos confirmados de Covid-19 nesta sexta-feira, de acordo com um balanço da AFP elaborado com informações de autoridades nacionais e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os contágios somam 10.435 e os mortos 223 na região.

## Vacina deve demorar mais de 18 meses

A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou ontem que o desenvolvimento da vacina contra coronavírus deve demorar mais de

18 meses. A pesquisa participará de uma pesquisa chamada de "Estudo de Solidariedade", que comparará a segurança e a eficácia de quatro medicamen-

tos desenvolvidos para tratar os infectados por Covid-19. Também está em de-

envolvimento da vacina e qual medicamento é mais eficiente para tratar os infectados por Covid-19.

Além disso, a OMS voltou a reforçar a necessidade de isolamento

# Tribuna

## FEVEREIRO

### Bancos sobem juros cobrados das famílias brasileiras

MARINA BARBOSA, CORREIO  
BRAZILIENSE

A ideia de que as taxas de juros que são cobradas ao consumidor final cairiam diante da queda da taxa básica de juros (Selic) ainda não se tornou realidade. Dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC) revelam que a taxa média do crédito livre que é oferecido às famílias brasileiras subiu em fevereiro, chegando a 46,7% ao ano - taxa bem diferente da Selic, que está na mínima histórica de 3,75%.

Segundo a nota de crédito de fevereiro, a taxa média de 46,7% ao ano registrada em fevereiro é 1,1 ponto percentual maior que a taxa de janeiro: 45,6%. Essa alta foi puxada pelo aumento dos

juros do crédito pessoal não consignado, que subiram de 103,6% ao ano para 106,6% ao ano entre janeiro e fevereiro deste ano; e dos juros do cartão rotativo, que passaram de 316,7% ao ano para 322,6% ao ano. Já a taxa de juros do crédito consignado ficou praticamente estável em 21,4% ao ano.

A alta só não foi maior porque a taxa de juros do cheque especial caiu de 141% ao ano para 130% ao ano, em virtude da normativa do BC que passou a limitar em 8% os juros mensais que são cobrados dos clientes do cheque especial. Também houve uma pequena redução dos juros do financiamento de veículos, que passaram de 19,7% ao ano para 19,4% ao ano nesse período.

Site Metro 1

Data: 27/03/2020

Política

## **Deputado baiano propõe reduzir 50% dos salários de parlamentares estaduais**

Capitão Alden (PSL) sugere que a medida dure 90 dias para reequilibrar contas públicas

Por Marcela Villar no dia 27 de Março de 2020 · 16:40

Em meio à pandemia do coronavírus e aos altos gastos do governo para conter a doença, o deputado estadual Capitão Alden (PSL) propôs reduzir em 50% os salários do governador, vice-governador, deputados e secretários estaduais por 90 dias.

O deputado busca, com essa proposta, reduzir o impacto econômico causado pelo covid-19 e reequilibrar as contas públicas. "Precisamos distribuir entre os agentes públicos a cota de sacrifícios em função da retomada do crescimento e do reequilíbrio das contas públicas. Sabemos que a administração pública comporta elevados gastos públicos, o que neste momento requer melhor cautela de todos que estão na administração pública", defendeu.

Site Metro 1

Data: 29/03/2020

Economia

## **Pequenas empresas que exploram petróleo pedem suspensão do pagamento de royalties**

Demandas foram encaminhadas ao Ministério de Minas e Energia diante da crise desencadeada pela pandemia do coronavírus

Por Luciana Freire no dia 29 de Março de 2020 · 09:00

As pequenas empresas independentes de petróleo de médio porte brasileiras, que exploram petróleo e gás principalmente em terra, reivindicam a suspensão imediata do pagamento de royalties sobre a sua produção. As companhias pedem também que a Petrobras abra mão dos descontos que as impõe na compra do petróleo e gás natural produzidos por elas para refinarias.

As empresas solicitam ajuda ao governo diante da crise desencadeada pela pandemia do coronavírus, que derrubou fortemente os preços internacionais do petróleo. Essas demandas foram encaminhadas ao Ministério de Minas e Energia (MME) na última semana pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip).

As companhias ainda pedem:

A suspensão ou permissão para postergação de prazos de cumprimento de compromissos de investimentos constantes nos contratos de concessão;

Suspensão dos procedimentos de auditoria, fiscalização e afins no âmbito da Agência Nacional do Petróleo (ANP);

Estabelecimento de preços mínimos para operações no mercado nacional de compra e venda de petróleo produzidos no Brasil juntamente com o estabelecimento de percentual mínimo deste petróleo nas cargas das refinarias nacionais;

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 30/03/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 30 de Março de 2020 - 09:47

## ***BNDES apresenta detalhamento de ações para conter impacto do coronavírus na economia***

por **Ulisses Gama**



O Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) detalhou no último domingo (29) a segunda rodada de medidas para conter os impactos da economia em virtude da pandemia do novo coronavírus.

A principal medida foi a cessão de R\$ 40 bilhões para crédito em folha de pagamentos para pequenas e médias empresas. Sem restrição de crédito, empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões e a taxa está fixada em 3,75% ao ano, com seis meses de carência e 30 meses para quitação. As empresas não vão poder demitir por dois meses.

Os próximos passos para a medida são a definição e disciplina das condições gerais do programa, o depósito dos recursos do Tesouro Nacional e demais trâmites. Outra ação é a suspensão do fluxo de pagamentos, conhecido como "standstill" para as operações diretas com o BNDES no valor de R\$ 19 bilhões. Entre os pontos, estão a suspensão integral de juros e principal por 6 meses, capitalização no saldo devedor e limitação de dividendos ao mínimo legal.

Com o investimento de R\$ 11 bilhões, as operações indiretas também vão ter suspensões por seis meses. Outros R\$ 5 bilhões vão ser direcionados para o capital de giro de micro, pequenas e médias empresas. O limite por cliente é de R\$ 70 milhões, carência de até 24 meses e prazo total até 60 meses. A empresa interessada não precisa especificar destinação dos recursos.

Com investimento total de R\$ 2 bilhões, o BNDES também indicou crédito livre e apoio direto para empresas que montem e disponibilizem leitos emergenciais; Prestem serviços de saúde , privada com ou sem fins lucrativos, em regiões com menor infraestrutura de saúde; Produzam, importem ou comercializem respiradores, máscaras, monitores e outros; Adaptem ou convertam suas linhas de produção para atividades de saúde.

Ainda de acordo com o órgão, ações voltadas para o setor aéreo e o setor público estão em construção.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/03/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 29 de Março de 2020 - 18:02

## ***STF permite que governo descumpra LDO e LRF para medidas contra Covid-19***

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes autorizou neste domingo (29) que o governo federal descumpra regras previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) realizando gastos não previstos para o combate ao novo coronavírus.

Moraes atendeu pedido feito na última quinta-feira (26) pela Advocacia Geral da União (AGU), que queria a flexibilização de quatro artigos da LRF e da lei orçamentária. Ele concedeu liminar (decisão provisória) para, "durante a emergência em saúde pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente de covid-19, afastar a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de covid-19", segundo o G1.

Na decisão, o ministro afirmou que a pandemia exige medidas governamentais rápidas. "O desafio que a situação atual coloca à sociedade brasileira e às autoridades públicas é da mais elevada gravidade, e não pode ser minimizado. A pandemia de COVID-19 (Coronavírus) é uma ameaça real e iminente, que irá extenuar a capacidade operacional do sistema público de saúde, com consequências desastrosas para a população, caso não sejam adotadas medidas de efeito imediato, inclusive no tocante a garantia de subsistência, empregabilidade e manutenção sustentável das empresas", explica.

Segundo o governo, as medidas de estímulo à economia e ao emprego a serem tomadas para fazer frente à crise do coronavírus vão provocar gastos públicos além dos já previstos nas leis orçamentárias – o que pode fazer com que o governo descumpra as regras da LRF e da LDO se não houver o entendimento de que as exigências não valem para estes gastos específicos.

Para que o governo seja dispensado de apontar a fonte dos recursos para cobrir as despesas, será necessário que o STF fixe uma interpretação específica para quatro artigos da LRF e para um artigo da LDO 2020.

Os artigos em questão da LRF estabelecem que despesas obrigatórias de caráter continuado (ou seja, aquelas para investimentos em programas e políticas públicas) só podem ser feitas se o governo seguir as seguintes exigências: ter estimativas de impacto financeiro e orçamentário, tanto no ano em que a despesa entra em vigor quanto nos dois anos seguintes; estar de acordo com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que são as leis que fixam as bases para a elaboração do Orçamento; ter seus efeitos financeiros compensados nos anos seguintes pelo aumento de receita ou redução de despesa.

Entre as medidas informadas pelo governo na ação ao Supremo e que serão adotadas estão "auxílio emergencial (abono) para os trabalhadores informais, com estimativa de impacto entre R\$ 15 e 20 bilhões; pagamento de percentual do valor do seguro-desemprego para trabalhadores formais, em caso de suspensão de seus contratos; a distribuição de alimentos

Veículo: Política Livre	
Data: 30/03/2020	Caderno: Economia



30 de março de 2020 | 09:44

## ***Dólar abre negociações em alta, seguindo incertezas mundiais em relação ao coronavírus***

**ECONOMIA**

O dólar abriu as negociações na manhã desta segunda-feira, 30, em alta de cerca de 0,35% em relação ao fechamento do dia anterior, cotado a R\$ 5,12. A moeda americana, somente neste ano, já tem uma valorização superior a 30%.

Para se ter uma ideia, no primeiro pregão de 2020, o dólar era cotado próximo dos R\$ 4. Todo este cenário de valorização se dá em meio à pandemia do novo coronavírus, causador da covid-19. Mercados financeiros de todo o mundo têm se desvalorizado, principalmente neste mês de março, em decorrência das incertezas de quais serão os impactos totais do avanço do vírus nas economias globais.

Para esta segunda, a decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de estender o período de isolamento social por mais 30 dias, até o fim de abril, impõe cautela aos mercados globais. O Reino Unido, por sua vez, considera a hipótese de bloqueio durar seis meses. Nos dois países, seus líderes inicialmente desprezaram o real risco da pandemia e agora mudam a postura.

No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro parece isolado no contexto mundial em sua atitude de ignorar a gravidade da situação. No domingo, ele saiu às ruas de Brasília e cumprimentou pessoas, na contramão da recomendação de isolamento do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, o que mantém o sinal de alerta em meio à rápida disseminação do vírus pelo País. Já são ao menos 136 mortes e mais de 4.200 infectados de acordo com dados oficiais, levando-se em conta nesse balanço que há escassez de testes para detectar a doença.

*Estadão*



Veículo: Política Livre	
Data: 30/03/2020	Caderno: Economia



30 de março de 2020 | 09:19

## ***Projeção do PIB de 2020 passa de +1,48% para -0,48%, aponta Focus***

### **ECONOMIA**

Os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre a economia brasileira fizeram os economistas do mercado financeiro cortarem novamente suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. Conforme o Relatório de Mercado Focus divulgado nesta segunda-feira, 30, a expectativa para a economia este ano passou de crescimento de 1,48% para retração de 0,48%. Há quatro semanas, a estimativa era de alta de 2,17%.

Para 2021, o mercado financeiro manteve a previsão do Produto Interno Bruto (PIB), de alta de 2,50%. Quatro semanas atrás, estava no mesmo patamar.

Na semana passada, na esteira da pandemia, o BC atualizou, por meio do Relatório Trimestral de Inflação (RTI), sua projeção para o PIB em 2020, de alta de 1,8% para variação zero. O próprio BC, no entanto, reconheceu que o cenário está se alterando rapidamente e que, por isso, a projeção do RTI não reflete, necessariamente, a situação atual.

No Focus agora divulgado, a projeção para a produção industrial de 2020 foi de alta de 1,00% para avanço de 0,85%. Há um mês, estava em 2,41%. No caso de 2021, a estimativa de crescimento da produção industrial permaneceu em 2,50%, igual a quatro semanas antes.

A pesquisa Focus mostrou ainda que a projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2020 foi de 56,55% para 56,63%. Há um mês, estava em 56,90%. Para 2021, a expectativa foi de 57,95% para 57,87%, ante 57,82% de um mês atrás.

Resultado primário

## Projeto da nova Lei de Falências prevê medidas para crise do coronavírus

Entre as propostas, está instrumento que blindará empresas por até 90 dias

Por **Joice Bacelo e Beatriz Olivon** — De Brasília

30/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



O projeto de reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falências (PL nº 6.229, de 2005) pode ganhar um capítulo extra, com medidas emergenciais e específicas à situação gerada pelo coronavírus. Na minuta a qual o **Valor** teve acesso consta, entre as propostas, a criação de um procedimento de negociação coletiva. Esse instrumento, se aprovado pelo Congresso, permitirá que empresas e também empreendedores que tiverem redução de mais de 30% do seu faturamento fiquem blindados das ações de cobrança por até 90 dias.

A minuta foi disponibilizada pelo relator, o deputado Hugo Leal (PSD-RJ), aos líderes partidários da Câmara dos Deputados. Há expectativa de que seja levada à discussão na reunião dos líderes de amanhã e, se houver acordo, poderá entrar na pauta de votação da semana.

O procedimento de negociação coletiva é voltado para quem ainda não está em processo de recuperação judicial. Seria uma medida preventiva, para evitar, inclusive, que haja um colapso no judiciário por causa da crise gerada pela pandemia.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Abarca, além disso, um número maior de partes que poderiam se beneficiar. O processo de recuperação judicial é exclusivo para empresas. Já o procedimento de negociação poderá ser utilizado pelos agentes econômicos em geral, o que inclui microempreendedor individual e profissionais liberais, por exemplo.

Esse capítulo extra, com as medidas para fazer frente à crise do coronavírus, foi elaborado por uma comissão de urgência formada pelos advogados Ivo Waisberg, Márcio Guimarães, Pedro Teixeira, que já havia assessorado o deputado Hugo Leal na construção do projeto de lei, e pelo titular da 1ª Vara de Recuperação Judicial e Falências de São Paulo, o juiz Daniel Carnio Costa, que atualmente é integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A proposta de negociação coletiva foi inspirada nos processos de pré-insolvência que existem na França. Seria algo inédito no Brasil. Se for aprovada, a empresa ou o empreendedor interessado apresentará pedido ao juiz e, já na petição inicial, terá que comprovar redução do faturamento em relação ao mesmo trimestre do ano passado. A comprovação seria com documentos e declaração de um contador.

A empresa teria ainda que indicar no pedido um profissional idôneo e com capacidade técnica para negociar com os seus credores - um mediador, por exemplo, ou um outro empresário do ramo. O juiz, ao dar aval ao procedimento, faz a nomeação desse negociador e determina, imediatamente, a suspensão de todas as ações de cobrança contra o devedor pelo prazo de 90 dias.

Passado esse tempo, o negociador teria que apresentar um relatório ao juiz, com os acordos que foram fechados, e esses acordos passariam a ter força de título judicial, ou seja, valeriam como se fossem sentenças.

Outra diferença entre esse procedimento e o da recuperação judicial é que a negociação, além de ser menos burocrática e não ter a intervenção do juiz, poderia ser feita de forma individual. Aqueles credores que não se interessarem em fechar acordo com o devedor, não são obrigados a seguir o que ficou decidido pela maioria.

“É um mecanismo para ajudar as empresas a se manterem em funcionamento, a continuarem gerando emprego e renda”, diz o juiz Daniel Carnio Costa. “E ao mesmo tempo poderá evitar que o Judiciário entre em colapso. Evitará uma enxurrada de novos pedidos de recuperação judicial, além de execuções e ações revisionais que serão ajuizadas por causa dessa crise”, acrescenta.

Na minuta do capítulo extra do Projeto de Lei nº 6.229, de 2005, consta que as medidas de emergência seriam válidas por um período de 360 dias. “É questão de vida ou morte das empresas”, diz o advogado Pedro Teixeira. “Provavelmente teremos uma grande onda de recuperações judiciais por questões de fluxo de caixa depois dessa crise.”

Além da negociação coletiva, há previsão, também de caráter transitório, para questões relacionadas aos processos de recuperação extrajudicial e judicial. Na extrajudicial, por exemplo - que é menos burocrática -, existe proposta para que seja reduzido pela metade o quórum necessário para a aprovação do plano de pagamento dos credores. Hoje são necessários dois terços do total dos créditos.

Há medidas previstas no texto também para quem já está em processo de recuperação judicial. Entre as principais está a possibilidade de a devedora apresentar, no prazo de 90 dias, um novo plano de pagamento aos seus credores e com autorização para incluir as dívidas posteriores ao processo - o que hoje não é permitido.

Outra grande mudança trazida no texto é a possibilidade de as garantias fiduciárias ficarem suspensas por até 360 dias. Esse ponto é polêmico. A alienação fiduciária trata de uma garantia oferecida aos bancos em empréstimos e financiamentos e não está sujeita aos processos de recuperação.

As instituições financeiras sempre se manifestaram contra qualquer mudança relacionada a isso. Tanto que esse tema sequer foi cogitado no projeto de relatoria de Hugo Leal para evitar o risco de travar o andamento e comprometer todas as demais mudanças propostas à Lei nº 11.101, de 2005.

O PL nº 6.229 teve texto substitutivo para a reforma da lei aprovado no ano passado e tramita em regime de urgência na Câmara. Havia a expectativa de que pudesse ser levado à votação no plenário já nos primeiros meses do ano, mas acabou não entrando na pauta. Se votado e aprovado, precisará passar pelo Senado.

Advogados que tiveram acesso à minuta do capítulo extra veem, de maneira geral, como positiva a criação do instrumento de negociação coletiva. “Esse projeto atende o que todos os setores combalidos precisam nesse momento”, diz Ricardo Siqueira,

sócio do escritório RSSA. “Nós não vimos ainda nenhuma medida do governo tratando da dívida da empresa propriamente dita.”

Há divergência entre os profissionais que atuam para devedores e os que trabalham para credores, no entanto, com relação às medidas propostas para as empresas que já estão em processo de recuperação judicial.

Liv Machado, do escritório TozziniFreire, que atua para credores, diz entender a preocupação com as empresas, mas, na sua visão, a liberação das garantias e a permissão para incluir dívidas posteriores aos processos, se aprovadas, vão gerar insegurança. “Existe uma data de corte para a recuperação judicial que sempre foi muito clara. Não dá para entrar com um elemento surpresa de ontem para hoje.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador

HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Remova o colesterol perigoso de suas artérias fazendo isso.

DBT COLESTEROL

### LINK PATROCINADO

Super câmera de segurança 360 assusta empresas de monitoramento

CAMMAX

### LINK PATROCINADO

As últimas fotos de celebridades em seus momentos finais antes de morrerem

GAME OF GLAM

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Veja como bares, restaurantes e boates estão lidando com pandemia

### VALOR INVESTE

# Há dúvidas sobre como será feito aporte do Tesouro

De acordo com uma fonte, algumas possibilidades estão na mesa

Por **Fabio Graner** — De Brasília

30/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O governo inovou ao permitir o financiamento da folha de pagamentos de empresas pequenas, mas ainda está trabalhando na formatação prática dessa medida. Uma das questões a se resolver é como será feito o aporte do Tesouro Nacional. De acordo com uma fonte, algumas possibilidades estão na mesa. Uma delas, explica, é a emissão de dívida para o fundo que será gerido pelo BNDES ou repasse de dinheiro da conta única, que se assemelhariam às operações de crédito feitas nos governos do PT. Nesse caso, haveria imediato aumento da dívida bruta.

O outro caminho possível é o BNDES aportar recursos nesse fundo diretamente, com o dinheiro que teria que devolver ao Tesouro. O movimento de devolução dos empréstimos foi suspenso pelo banco a partir da crise do coronavírus, para que a instituição se mantenha capitalizada para as ações anticíclicas.

Esse desenho evitaria uma alta imediata, considerando o total de R\$ 37 bilhões prometido para os próximos dois meses, de cerca de 0,5 ponto na dívida bruta, ainda que futuramente isso signifique que a dívida bruta também não cairá na mesma magnitude que seria, caso a devolução fosse processada normalmente. Embora seja uma questão contábil, o governo mantém uma preocupação fiscal de longo prazo que esse tipo de decisão pode ter. E o modelo escolhido mais para frente pode afetar a percepção sobre as contas.

Outro ponto a se resolver é como se lidará com as inevitáveis inadimplências das operações. Já se sabe que nesse caso elas terão que ser contabilizadas como despesa. Mas elas podem ser consolidadas nas contas públicas ao longo do tempo, conforme forem se materializando. Ou o governo pode de imediato definir uma estimativa de recursos que perderá nas operações e já lançar na dívida como despesa. A desvantagem nesse segundo caminho é explicitar mais rapidamente o efeito fiscal negativo.

Chamou a atenção o fato de que nenhuma autoridade fiscal - nem o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, ou o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, sem falar no ministro Paulo Guedes, que reapareceu na sexta com um discurso sobre o enfrentamento da crise - tenha participado do anúncio. Iniciado pelo presidente Jair Bolsonaro, o anúncio teve protagonismo do presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Seja qual for o caminho, o aporte nesse fundo exigirá a edição de mais um pedido de crédito extraordinário pela União, que permite uma despesa que não consta do Orçamento. Ou seja, o Congresso terá que aprovar a iniciativa.

Os parlamentares também em breve terão que se debruçar na proposta que permite ao BC comprar créditos diretamente das empresas e não só por meio de bancos. A medida aproximaria a autoridade monetária dos seus pares dos países desenvolvidos, dando maior poder de fogo para o enfrentamento da crise. Na prática seria socializar perdas, mas, nesse caso, dada a calamidade que está se desenhando, faz todo sentido.



## Guedes reaparece e diz que continua no cargo

Guedes apresentou duas alternativas: que as prefeituras compartilhem com a União cadastros de cidadãos vulneráveis; ou que as prefeituras paguem o benefício e depois sejam ressarcidas

**Por Estevão Taiar, Fernando Exman, Marcelo Ribeiro e Camila Souza Ramos** — De Brasília e São Paulo

30/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O ministro da Economia, Paulo Guedes, ressurgiu no fim de semana, após permanecer ausente dos anúncios, entrevistas coletivas e eventos públicos promovidos pelo governo sobre o coronavírus. Guedes participou de uma série de reuniões virtuais, transmitidas pelas redes sociais, para afirmar que permanece no governo. O ministro ouviu demandas de representantes do mercado e de prefeitos, e prestou esclarecimentos sobre os seus planos para combater os efeitos da pandemia.

A primeira transmissão foi organizada pela XP Investimentos, quando Guedes garantiu que não pretende deixar o governo. “Isso é conversa fiada total”, disse. “Como vou deixar o país no momento mais grave?”, questionou, emendando: “Isso é conversa de oposição, boataria.”

Guedes afirmou que o país vai gastar valores próximos a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 para combater os impactos econômicos da pandemia. Mesmo assim, assegurou, depois será retomado o ajuste fiscal. “Vamos gastar bastante, 4,8%, 5% do PIB neste ano, mas depois voltamos à nossa estratégia.”



O ministro pediu que os empresários esperem as medidas que serão anunciadas antes de demitir. E afirmou ser contra a redução dos salários dos servidores públicos ou outras medidas “deflacionárias”. O melhor, disse, seria se chegar a um acordo com o funcionalismo para que não ocorram novos reajustes dos vencimentos nos próximos anos.

“Já que setor privado foi para o desemprego, para a dificuldade, foi para o auxílio emergencial, o funcionário público que está em casa, no isolamento, recebendo salário integral, então pelo menos contribua com o Brasil. Quebra essa espiral de aumentos pelo menos dois, três anos”, disse. “Acho mais construtivo do que tentar tirar poder de compra.”

Guedes também aproveitou para acenar aos seus interlocutores do dia seguinte, os prefeitos, afirmando que o governo federal irá rolar as dívidas dos municípios.

Ontem, foi a vez de Guedes se reunir virtualmente com integrantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Aos gestores, indicou que o Ministério da Economia ainda avalia qual a melhor opção para operacionalizar o auxílio mensal de R\$ 600 a trabalhadores informais. Guedes apresentou duas alternativas: que as administrações municipais compartilhem com a União os cadastros locais de cidadãos vulneráveis; ou que as próprias prefeituras paguem o benefício e depois sejam ressarcidas pelo governo federal. “Precisamos ter certeza que o dinheiro chegue o mais rápido possível [aos trabalhadores]”, disse.

Atualmente, o Cadastro Único da União cobre apenas de 15% a 20% dos trabalhadores informais do país, segundo o ministro. “À medida que os senhores enviarem seus cadastros para o INSS e a Caixa, vamos ampliando [essa cobertura]”, disse. Guedes ressaltou, porém, que mesmo os informais fora das listas do Cadastro

Único, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC) poderão sacar os R\$ 600. “Se chegar sem cadastro nenhum e pedir, vai receber”, disse.

Em reunião com a Frente Nacional de Prefeitos, Guedes sugeriu que as administrações municipais que tiverem condições adiantem os recursos, e depois “mande a conta”. “Vamos deduzir isso depois.”

Para o ministro, a insegurança jurídica torna mais difícil que União, Estados e municípios combatam os efeitos do coronavírus. O ministro afirmou que articula com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), um projeto que torna temporariamente mais flexível parte da legislação fiscal. “Nosso problema hoje é LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), é pedalada fiscal, é impeachment”, disse. “É evidente que precisamos ter uma cláusula qualquer de calamidade pública que suspenda [algumas regras], que nos dê o direito de agir rapidamente. Estou com vários secretários que dizem: não posso assinar isso, senão vou preso. Isso é razão de impeachment com o presidente depois etc.”

O ministro disse que o governo estenderá as linhas de redesconto para empresas de máquinas de pagamento, a fim de evitar que recursos do sistema financeiro fiquem parados nos grandes bancos. O redesconto é uma linha de financiamento para instituições financeiras, que buscam crédito no Banco Central e deixam, como garantia, títulos públicos. “Às vezes a liquidez fica empoçada”, disse.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador  
HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Remova o colesterol perigoso de suas artérias fazendo isso.  
DBT COLESTEROL

### LINK PATROCINADO

Super câmera de segurança 360 assusta empresas de monitoramento  
CAMMAX

### LINK PATROCINADO

As últimas fotos de celebridades em seus momentos finais antes de morrerem

## Moraes atende a pedido do governo federal e flexibiliza regras fiscais

Moraes autoriza o governo a não demonstrar de onde virão os recursos extras para pagar os gastos com ações para minimizar o impacto econômico causado pela pandemia

Por Isadora Peron — De Brasília

30/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a um pedido do governo federal para flexibilizar regras fiscais em meio ao avanço do novo coronavírus.

No despacho, Moraes autoriza o governo a não demonstrar de onde virão os recursos extras para pagar os gastos com ações para minimizar o impacto econômico causado pela pandemia. Essa regra está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020.

Moraes afirmou que, em meio à crise pela qual o país passa, é “lógica e juridicamente impossível o cumprimento de determinados requisitos legais compatíveis com momentos de normalidade”.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“O surgimento da pandemia de covid-19 representa uma condição superveniente absolutamente imprevisível e de consequências gravíssimas, que, afetará, drasticamente, a execução orçamentária anteriormente planejada, exigindo atuação urgente, duradoura e coordenada de todas as autoridades federais, estaduais e municipais em defesa da vida, da saúde e da própria subsistência econômica de grande parcela da sociedade brasileira, tornando, por óbvio, lógica e juridicamente

impossível o cumprimento de determinados requisitos legais compatíveis com momentos de normalidade.”

A decisão do ministro do STF foi comemorada pelo advogado-geral da União, André Mendonça. “Agora, sem os entraves, podemos ajudar os nossos trabalhadores e empresários nesse momento tão difícil”, afirmou no Twitter.

Em seu despacho, Moraes afirmou que a sua decisão vale durante o estado de calamidade pública, para fins exclusivos de combate à pandemia, e que “não conflita com a prudência fiscal e o equilíbrio orçamentário intertemporal consagrados pela LRF”.

Segundo o ministro, neste momento, “não serão realizados gastos orçamentários baseados em propostas legislativas indefinidas, caracterizadas pelo oportunismo político, inconsequência, desaviso ou imprevisto nas Finanças Públicas; mas sim, gastos orçamentários destinados à proteção da vida, saúde e da própria subsistência dos brasileiros afetados por essa gravíssima situação”.

“A gravidade da emergência causada pela pandemia do covid-19 (coronavírus) exige das autoridades brasileiras, em todos os níveis de governo, a efetivação concreta da proteção à saúde pública, com a adoção de todas as medidas possíveis para o apoio e manutenção das atividades do Sistema Único de Saúde.”

Para Moraes, a pandemia “é ameaça real e iminente, que irá extenuar a capacidade operacional do sistema público de saúde, com consequências desastrosas para a população, caso não sejam adotadas medidas de efeito imediato”.

A decisão do ministro é liminar, isto é, provisória, e deverá ser submetida ao plenário, mas ainda não há uma data para que isso aconteça. A sessão marcada para quarta-feira foi cancelada.

A possibilidade de flexibilizar regras fiscais por conta da pandemia, porém, deve enfrentar resistências de outros ministros. “De forma geral, você não pode dizer: ‘Olha, não cumpra esta lei’. Nós temos que observar, de qualquer forma, que isso é segurança jurídica para todos, a ordem jurídica, o arcabouço normativo”, disse

Marco Aurélio Mello. Outro ministro apontou que a própria LRF já traz exceções para quando se decreta estado de calamidade pública.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador  
HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Remova o colesterol perigoso de suas artérias fazendo isso.  
DBT COLESTEROL

### LINK PATROCINADO

Super câmera de segurança 360 assusta empresas de monitoramento  
CAMMAX

### LINK PATROCINADO

As últimas fotos de celebridades em seus momentos finais antes de morrerem  
GAME OF GLAM

por taboola

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Bolsonaro: Falei por alto com Mandetta e determinação vai ser 'isolamento vertical'

### VALOR INVESTE

Bolsonaro conclama pela volta do funcionamento do comércio

### VALOR INVESTE

Príncipe Charles testa positivo para coronavírus

 COMENTÁRIOS

---

Mais do Valor **Econômico**

# Minas fala em cenário 'dantesco' e prevê déficit no Orçamento de R\$ 20 bi

Venda de estatal para BNDES é uma das hipóteses sendo consideradas pelo governo de Minas

Por Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

30/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo de Minas Gerais já considera a possibilidade de fechar o ano com um déficit orçamentário de R\$ 20 bilhões, um quadro que o secretário da Fazenda, Gustavo Barbosa, descreve como dantesco.

Para tentar mitigar esse cenário, uma das possibilidades no radar é a venda de uma estatal para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Orçamento de 2020 aprovado no ano passado pela Assembleia Legislativa previa um déficit de R\$ 13 bilhões. Mas esse cenário levava em conta que o Produto Interno Bruto do país cresceria 2,5% neste ano. A pandemia de coronavírus arruinou todas as previsões e a estimativa mais recente do Ministério da Economia é de um avanço de 0,02%.

PUBLICIDADE





Moreira Salles. "A intenção é pedir um auxílio técnico ao BNDES que poderia culminar com a compra de parte das ações [da Codemig pelo banco]. O BNDESPar tem participações em várias empresas."

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Liberado pela Anvisa, tônico contra calvície que usa células-tronco vira febre em Salvador  
HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Super câmera substitui sistemas caros de monitoramento  
CAMMAX

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Cartão de crédito sem anuidade, consiga o seu agora!.  
UNUM

por taboola

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Veja como bares, restaurantes e boates estão lidando com pandemia

### VALOR INVESTE

Bolsonaro: Falei por alto com Mandetta e determinação vai ser 'isolamento vertical'

### VALOR INVESTE

Príncipe Charles testa positivo para coronavírus



COMENTÁRIOS

---

## Banco cria linha de crédito de R\$ 2 bi para ampliar leitos e equipamentos

Segundo presidente do BNDES, R\$ 40 bi para pequenas e médias empresas estarão disponíveis em maio

Por Francisco Góes e Bruno Villas Bôas — Do Rio

30/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deu detalhes, ontem, da linha de crédito de R\$ 2 bilhões para empresas do setor de saúde com o objetivo de ampliar a oferta de leitos emergenciais, materiais e equipamentos médicos e hospitalares no país.

Em apresentação ao vivo ontem pela internet, o presidente do banco, Gustavo Montezano, disse que 30 empresas do setor de saúde foram mapeadas e que a linha setorial vai acelerar o repasse de recursos para enfrentar os efeitos do novo coronavírus.

“O desafio é combater a crise e fomentar o SUS e as instituições médicas com equipamentos.”



O banco detalhou que podem pleitear os créditos as empresas que atuam na montagem de leitos emergenciais; que prestam serviços de saúde; que atuam na produção/comercialização de bens ao setor; ou que pretendam adaptar suas atividades excepcionalmente para fornecer ao setor.

A contratação da linha será feita diretamente com o BNDES, que vai financiar até 100% da operação. O limite de crédito é de R\$ 150 milhões por empresa e o valor mínimo por operação, de R\$ 10 milhões. Segundo o banco, a constituição de garantias reais poderá ser flexibilizada para operações de até R\$ 50 milhões em financiamento.

Com a medida, o BNDES espera que a quantidade de leitos de UTI seja ampliada em 3 mil, o correspondente a 10% da atual disponibilidade. O número de respiradores pulmonares pode crescer em 15 mil, e os monitores, em mais 5 mil unidades. O banco prevê ainda mais 88 milhões de máscaras cirúrgicas.

Montezano também comentou sobre a linha de crédito emergencial de R\$ 40 bilhões para pequenas e médias empresas quitarem suas folhas de pagamento durante dois meses. Segundo ele, a linha estará disponível no começo de maio, para pagamento da folha de abril.

“Estamos tentando encurtar esse prazo para poder tentar realizar algum pagamento em abril. Mas o cenário-base hoje é ter a linha disponível no começo de maio.”

Sobre a suspensão do pagamento de financiamentos por seis meses, medida anunciada há uma semana, o banco informou que, em apenas dois dias, 259 clientes solicitaram a paralisação, num total de 425 contratos. Isso significa 15% de todas as empresas que tinham direito à suspensão, no valor de R\$ 3,6 bilhões.

# BNDES vai aportar capital em empresas em dificuldade

Companhias aéreas serão as primeiras a receber socorro

Por Francisco Góes e Bruno Villas Bôas — Do Rio

30/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 minutos



Montezano, do BNDES: transação não vai oferecer subsídios e objetivo é oferecer taxa “competitiva”, que não pressione o fluxo de caixa das empresas — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai aportar capital em empresas que entraram em dificuldades a partir da pandemia do novo coronavírus. O aporte será feito via BNDESPar, a subsidiária de participações, e vai

se valer de instrumento usado pelo banco no passado: a subscrição de debêntures conversíveis emitidas por companhias de diferentes setores.

O primeiro segmento beneficiado será o de empresas aéreas, que deverão receber recursos em abril, disse ontem o presidente do banco de fomento, Gustavo Montezano. Os valores das operações ainda não são conhecidos, uma vez que as negociações com as empresas aéreas estão em pleno andamento.

- **Banco cria linha de crédito de R\$ 2 bi para ampliar leitos e equipamentos**

Montezano afirmou que a subscrição de debêntures deve incluir a cobrança de taxa de juros “baixa” a ser paga pelos tomadores dos recursos. O objetivo, segundo ele, é oferecer taxa “competitiva”, que não pressione o fluxo de caixa das empresas. A transação não vai embutir subsídios, segundo ele. Uma das premissas é que os recursos sejam investidos “exclusivamente” nas operações brasileiras das companhias aéreas, sem a possibilidade de uso do dinheiro para pagamento de dívidas privadas.

Montezano disse que o aporte de capital nas empresas, a começar pelo setor aéreo, se dará por meio do que chamou de instrumento “híbrido” ou “quasi-equity”, no caso as debêntures conversíveis em ações das companhias financiadas. E completou: “A ideia é que adote isso sim para outros setores [além do aéreo]”.

A referência ao instrumento “híbrido” é porque uma operação que começa como financiamento pode depois se transformar em patrimônio para o banco, disse um especialista. Economista afirmou que o termo “quasi-equity” se refere a instrumentos financeiros que podem não ser considerados dívidas e que capturam a valorização ou desvalorização do patrimônio líquido da empresa ao longo do tempo.

A BNDESPar fez operações com debêntures conversíveis em crises anteriores envolvendo companhias elétricas no período pós-apagão, no início dos anos 2000, e também exportadores, em 2008-2009. Fonte disse que o instrumento existe, só não vinha sendo utilizado.

Em videoconferência ontem para falar das ações do BNDES na atual crise, Montezano afirmou que a pandemia está sendo um aprendizado para todos e reafirmou que medidas como o programa de financiamento de R\$ 40 bilhões da folha de pagamentos de pequenas e médias empresas, operacionalizado pelo banco, representam uma “inovação”. A operação com debêntures conversíveis mostra, porém, que, em outros casos, a “história se repete”, disse interlocutor próximo do banco.

Debêntures conversíveis foram usadas pelo BNDES, no passado, para apoiar JBS, Marfrig, Suzano, Oi / BrT e Bertin, disse executivo com conhecimento do tema. Montezano reafirmou que o apoio não envolve operação de renda fixa com taxa subsidiada. “O objetivo é que o dinheiro público seja remunerado em linha com o dinheiro privado”, insistiu.

Especialistas dizem que o principal ponto de negociação no contrato da debênture é o preço fixado para a conversão do financiamento em ações da companhia apoiada. Há outros elementos também importantes como prazo, carência, pagamentos de juros, garantias e se a conversão é mandatária ou não.

No caso das empresas aéreas, haverá queda de braço sobre o preço da conversão, previu fonte. O banco vai tentar determinar preço de conversão mais baixo enquanto as companhias privadas tentarão preço de conversão mais alto. Quanto menor o preço fixado, maior a diluição dos atuais acionistas caso a conversão seja mandatária. A lógica que baseia a operação é que essas empresas, que agora estão com seu valor de mercado depreciado pela crise, vão se recuperar, com suas ações subindo novamente em algum momento. “As pessoas vão precisar continuar voando”, disse um executivo. Se no futuro eventualmente as ações não se recuperarem, o banco poderia simplesmente cobrar a dívida.

Por todas essas razões, a subscrição de debêntures conversíveis é considerada uma operação com grande possibilidade de ganhos para o BNDES. Mas não só para o banco. “Esse tipo de operação permite preservar empresas, empregos e a atividade econômica, e captura ganhos para o governo, além do benefício social envolvido”, disse fonte próxima do banco.

---

# PEC flexibiliza “regra de ouro” em gastos para conter pandemia

Texto autoriza contratação de pessoal, obras e serviços e a realização de compras por meio de processo menos burocrático

Por Marcelo Ribeiro, Edna Simão e Fabio Graner — De Brasília

30/03/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

---

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tratará da segregação do Orçamento, também conhecida como PEC do Orçamento de Guerra, estabelecerá uma flexibilização da “regra de ouro” e outras exigências fiscais durante a crise do coronavírus.

Na área econômica, técnicos dizem que a medida temporária é necessária para que o governo possa aumentar o endividamento para custear as medidas emergenciais, sem descumprir o dispositivo que impede a emissão de títulos para o pagamento de despesas correntes.

De acordo com fontes, o texto que institui regime extraordinário fiscal e de contratações para enfrentamento da calamidade pública ainda está sendo finalizado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e por técnicos do Poder Legislativo. A ideia é apresentá-lo aos líderes partidários nesta semana para viabilizar sua aprovação ainda na primeira quinzena de abril.

período de calamidade pública. Hoje, o rito prevê que PECs devem passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisa a constitucionalidade do texto, e por uma comissão especial, que inicia os debates sobre o mérito. Só depois disso o projeto é apreciado no plenário da casa.

A ideia da PEC do Orçamento de Guerra surgiu para que o governo seja mais rápido na apresentação de medidas no combate ao coronavírus. Na avaliação de membros da cúpula do Congresso, o Planalto e a equipe econômica seguem “perdidos” sobre o potencial da crise e apostam em uma agenda “pouco eficaz”.

“Eles têm preferido dar uma novalgina a cada dia. Esse modus operandi só prolongará a crise, porque não será possível conter o avanço do vírus rapidamente. É preciso ser mais ágil que a doença”, disse um parlamentar que participa da construção de soluções.

Para parlamentares, grande parte do governo e da equipe econômica ainda não entendeu a dimensão da crise e, por isso, tem adotado a postura de lançar medidas pontuais. Mandetta e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, são apontados como “raras exceções de sensibilidade e consciência” no primeiro escalão.

Com a segregação do Orçamento, lideranças do Congresso acreditam que a pressão aumentará para que o Planalto amplie o pacote de medidas com mais celeridade.

“A preocupação de [Paulo] Guedes continua sendo os efeitos da pandemia na economia. Com a separação do Orçamento, não lhe restarão alternativas e ele terá de abrir o bolso para medidas adicionais”, diz um líder aliado de Maia.

Em outra frente, a Mesa Diretora do Congresso deve publicar ato conjunto para estabelecer rito mais simplificado para a tramitação de medidas provisórias que tratem do combate ao coronavírus. A ideia é que possam ser analisadas diretamente nos plenários da Câmara e do Senado, dispensando a apreciação da comissão mista.



# FOLHA DE S.PAULO

PAINEL

Camila Mattoso

painel@grupofolha.com.br

## Alô, presidente

O governador Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirma que a "urgência urgentíssima" do momento é que o governo Jair Bolsonaro tome medidas o mais rápido possível para garantir a alimentação das pessoas. Ele diz que é a única forma para conseguir manter os cidadãos em casa e poder prosseguir na linha do isolamento social para enfrentamento ao coronavírus. Caiado afirma que, se nada for feito de forma imediata, vai haver desobediência civil e o povo vai quebrar tudo.

**É AGORA** "Vamos fazer o atendimento social rápido, urgente, emergencial, ou vamos dar motivação para população promover a desobediência civil para se alimentar e sobreviver", disse Caiado ao PAINEL.

**VACINA** A liminar concedida pelo ministro Alexandre de Moraes, neste domingo (29), autorizando o governo a gastar em tempos de coronavírus, foi lida por analistas e políticos como um recado a Paulo Guedes: a bola está contigo.

**EX-AMOR** Um dos principais aliados de Bolsonaro, o governador rompeu após o presidente relativizar as medidas restritivas para combater a doença em pronunciamento na TV, quando voltou a chamar o vírus de gripezinha.

**VACINA 2** A avaliação é a de que, com isso, tanto Judiciário quanto o Legislativo desmontam qualquer desculpa para a inércia e, pior, a possível responsabilização dos demais poderes pela letargia do governo Bolsonaro e sua equipe.

**ÓRFÃOS** Governadores e prefeitos têm se queixado da demora da equipe econômica em liberar o auxílio prometido aos mais vulneráveis e, depois das medidas protetivas na saúde, abriram nova frente de ação à parte do governo federal.

**SINCRONICIDADE** Uma proposta de emenda constitucional, batizada de PEC do orçamento de guerra, já estava sendo costurada no Legislativo e com o mesmo propósito.

**ÓRFÃOS 2** São Paulo e Espírito Santo ampliam programas de transferência com dinheiro estadual nos últimos dias, o Ceará deve anunciar o mesmo nesta segunda (30). Em Salvador, ACM Neto (DEM) anunciou o repasse de R\$ 270 mensais a famílias de baixa renda.

**SAIA-JUSTA** Convidado pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf, para participar de uma reunião de empresários com Paulo Guedes (Economia) no sábado (28), Wesley Batista Filho, filho do sócio da J&F, ouviu uma provocação no encontro. De forma sutil, o ministro fez críticas à expansão do grupo com dinheiro público, seu discurso desde a campanha de Jair Bolsonaro à presidência, para atacar o PT.

**POR CIMA** Prefeitos das grandes cidades (com mais de 500 mil habitantes) querem que a União reserve para eles um volume maior de recursos do combate ao coronavírus. O argumento é que as metrópoles recebem muitos pacientes do interior, o que vai se intensificar com a doença.

**PROCURE SABER** A preocupação com os efeitos da crise do coronavírus fez disparar a demanda do Alô Trabalho, central de atendimento do governo federal que auxilia tra-

**QUEM QUER** No grupo de WhatsApp dos governadores, neste domingo (29), Ibaneis Rocha (MDB-DF) fez uma proposta aos colegas. Perguntou se alguém gostaria de levar Jair Bolsonaro da capital federal para outro estado.

**PASSEIO** A oferta foi feita após o presidente fazer um tour por Brasília, em meio à pandemia do coronavírus e enquanto autoridades de Saúde pedem para as pessoas ficarem em casa. Neste sábado (28), o ministro Luiz Henrique Mandetta voltou ao discurso técnico e reforçou o isolamento. Nenhum governador se interessou.

balhadores e empregadores com informações sobre seguro-desemprego e legislação trabalhista.

**ENXURRADA** Em fevereiro, o serviço, que opera pelo número telefônico 158, recebeu uma média de 9.000 ligações por dia. Em março, foram 12.000 até o dia 25. Foram 300 mil ligações nos últimos 30 dias.

**SEM LINHA** Por causa do aumento, há reclamações de que o telefonema não completa até o atendente. O PAINEL conseguiu falar no número após a quarta tentativa. Nas três primeiras, uma gravação avisava que todos estavam ocupados.

## FOLHA DE S.PAULO

# Varejistas avisam Bolsonaro de que vão demitir se as lojas não forem reabertas

Grupo afirma que cortará 600 mil vagas caso isolamento não seja suspenso até meados de abril

Julio Wiziack

**BRASÍLIA** Grandes empresas do varejo, um dos setores mais afetados pela onda do coronavírus, têm avisado ao presidente Jair Bolsonaro que vão demitir, em média, até um terço de seus funcionários caso a pressão para reabrir as lojas não surta efeito até meados de abril.

Atualmente, o comércio emprega 23,5% dos trabalhadores com carteira assinada. São 9,1 milhões de pessoas. As principais redes respondem por cerca de 20% desses postos — 1,8 milhão de trabalhadores.

As demissões englobariam, portanto, cerca de 600 mil empregados, segundo executivos que participaram das discussões no setor. Para ter uma dimensão da destruição de vagas, em todo o ano passado foram criados 64,4 mil postos formais de trabalho no país, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Embora oficialmente admitam estar empenhados em preservar empregos e seguir as recomendações de confinamento de definidas pelas autoridades de saúde, empresários têm mantido contato com Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes (Economia) para convencê-los a implementar um modelo similar ao da Coreia do Sul.

O país asiático liberou parte da população para o trabalho depois da realização maciça de testes para garantir que não haveria uma nova fase de contaminação.

Liderados por Flávio Rocha, dono da Riachuelo, e Luiza

Trajano, da Magazine Luiza, os grandes comerciantes estão preocupados com os efeitos de um isolamento mais prolongado na cadeia produtiva.

"Uma empresa do porte da nossa tem estrutura de capital e caixa para atravessar este momento sem precisar demitir", disse à Folha Rocha, dono da Riachuelo.

"Estamos empenhados em seguir as orientações, mas aguardamos uma retomada o mais breve possível." Rocha diz que na última conversa com Bolsonaro só discutiram sobre reforma tributária.

Segundo o empresário, sua rede enfrenta uma redução de mais de 90% nas vendas, ainda assim, afirma, "demitir será o último recurso".

Rocha defende que o país adote o modelo implantado por Andrew Cuomo, no estado americano de Nova York. O governador decidiu fazer testes maciços na população para encerrar o isolamento.

No entanto, os empresários brasileiros a favor da reabertura do comércio, ainda que parcialmente, não apresentaram propostas de como arcar com os custos dos testes para a população.

Não se sabe se o governo federal terá recursos para, ao menos, fazer testes na população economicamente ativa, algo que, para o empresariado, poderia ser mais vantajoso do que arcar com os custos de uma recessão.

Reservadamente, assessores de Bolsonaro afirmam que a pressão do empresariado pelo fim parcial do isolamento cresceu na semana passada depois que Mato Grosso,

Rondônia e Santa Catarina decidiram liberar parcialmente o comércio e os serviços. No entanto, muitas decisões foram contestadas por prefeitos, que mantiveram locais fechados.

"Estamos vivendo um pandemônio", disse Marcelo Silva, presidente do IDV (Instituto para o Desenvolvimento do Varejo), que reúne as grandes cadeias.

"Há locais a que os distribuidores já não conseguem chegar por restrições de circulação, e isso afeta o abastecimen-

to de supermercados e farmácias que estão funcionando."

O dirigente considera ser necessário "sincronizar as medidas" para evitar exacerbção.

Silva disse que as demissões no setor já começaram entre as pequenas e médias. "Por enquanto, a recomendação do instituto para seus associados é negociar ao máximo antecipação de férias, redução de jornada, e home office para evitar uma recessão."

O IDV representa os 30 mil maiores lojistas do país e 200 centros de distribuição. Essas empresas empregam cerca de 750 mil funcionários diretamente em todo o país.

Pessoas próximas a Guedes afirmam que essa situação também foi levada a ele pelo empresário Abílio Diniz, fundador do Pão de Açúcar e hoje principal acionista da rede de supermercados Carrefour.

Questionado pela Folha, Abílio disse ter ligado a Guedes para falar sobre economia. "Conversamos sobre a necessidade de colocar muito dinheiro na retomada", disse.

O setor encaminhou ao ministro uma série de demandas para conseguir sobreviver à crise. "Boa parte foi acolhida pelo governo com a medida provisória que flexibilizou as regras trabalhistas", disse Silva, do IDV. "Mas o que realmente vai fazer a diferença são as medidas tributárias."

As redes do varejo pedem postergação de todos os tributos federais e estaduais por quatro meses, ressarcindo os cofres públicos em parcelas até o fim deste ano.

"Não adianta o governo injetar liquidez na praça, dando

linhas de crédito, tudo mais, e, na outra ponta, continuar com o aspirador de pó gigante dos tributos dragando os recursos. Isso não resolve", afirmou Rocha.

Apesar do pleito, Guedes resiste à postergação do pagamento de tributos.

Diante do agravamento da crise, que levou o FMI (Fundo Monetário Internacional) a rever para baixo as projeções de crescimento da economia mundial, Guedes se fechou à proposta, segundo assessores.

No começo da onda do coronavírus, a Secretaria de Política Econômica do ministério chegou a rever o ritmo de crescimento do PIB de 2,5%, neste ano, para 2,1%.

Logo depois, Guedes fez uma previsão mais sóbria, em torno de 1% de crescimento. E, finalmente, o ministério anunciou uma taxa de 0,02%, mais alinhada com a projeção de crescimento zero feita pelo Banco Central.

Técnicos da equipe econômica não descartam uma nova recessão no segundo semestre.

Linhas de crédito disponíveis na praça, que foram reforçadas com medidas de liquidez (como trocas de títulos) adotada pelo BC nas últimas semanas, serão a saída.

Mesmo com excesso de recursos no sistema bancário, as instituições não querem correr riscos e estão elevando suas taxas, especialmente nas operações de curto prazo (capital de giro). Ou seja: o crédito irá fundamentalmente para as empresas de grande porte, justamente as que são capazes de suportar condições econômicas mais hostis.



## A força de um setor

### 9,1 milhões

de pessoas estão empregadas no setor varejista com carteira assinada, o equivalente a **23,5% dos trabalhadores formais do país**

### 1,8 milhão

trabalha nas grandes redes varejistas, o equivalente a **20% da força de trabalho do comércio em no país**

### 600 mil

poderiam ser demitidos, o equivalente a **um terço dos trabalhadores com carteira assinada no comércio**, segundo estimativas de executivos do setor que reivindicam, ao presidente Jair Bolsonaro e ao ministro Paulo Guedes, a volta ao trabalho

## mercado coronavírus

## Na coronacrise, é preciso dar dinheiro

Gov. quer fazer o mínimo para combater o vírus e a ruína econômica

## Vinícius Torres Freire

Analista, ex secretário de Initação do Povo. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O governo tem preferido fazer o mínimo para atenuar a coronacrise. Quer gastar o mínimo possível, que não é o mínimo necessário ou prudente. Quer que a economia volte a rodar o quanto antes, sem as amarras de conflitos sanitários equivalentes; sem mais gasto público. Essa é a opinião desse indivíduo que ocupa a Presidência, afinada com a de seus economistas, embora o indivíduo tenha também motivos que a razão desconhece.

A preferência fica evidente nas medidas de socorro. Em

larga medida, trata-se de adiamento de impostos, suspensão de benefícios sociais, suspensão de dívidas ou oferta de crédito. Tais medidas são úteis, se parte de um plano maior, que não existe, porém.

O adiamento de despesas cria um passivo, um peso a ser carregado por uma economia muito deprimida, o que deve tornar ainda mais lenta a recuperação depois da epidemia.

"Depois da epidemia" não é uma data, mas uma época, um tempo que vai se arrastar, uma convalescença demorada.

O problema será tanto menor quando mais empresas e famílias resistirem à peste econômica. Para que assim seja, é preciso compensar a renda destruída pelo pandemônio da coronacrise, não apenas criar passivos talvez impagáveis para daqui a alguns meses.

De mais impactante até agora, deve haver doação de R\$60 bilhões para informais sem trabalho, que devem ficar com R\$600 por mês cada um, graças ao Congresso, pois o governo propunha a mesquinha de um terço disso.

O crédito para pequenas e médias empresas é uma boa ideia que o governo adotou no mínimo possível, com atraso. Não está previsto crédito para empresas que empregam dois terços dos trabalhadores com CLT (na média geral, ganham R\$ 3.300 mensais).

Muitos deles trabalham em empresas "grandes" (faturam mais de R\$ 10 milhões por ano), várias delas com caixa. Certo. Mas muitas dessas "grandes" quebrarão também se não tiverem ajuda.

Ainda não há dinheiro ou

plano para microempresas e seus milhões de empregados. A empresa mais comum no Brasil é a loja de roupas, 1,2 milhão de empresas, segundo o Sebrae. Em segundo lugar? Cabelezeiras, manicare e pedicure (80,8 mil), comércio de comida (50,8 mil), restaurantes, lanchonetes e similares: 81,1 mil. Etc. A economia real é feita de uns 17 milhões de negócios modestos, vários já à beira da ruína.

Um pacote de crédito de bom tamanho para evitar a crise das micros, pequenas e médias empresas que empregam dois terços dos trabalhadores com CLT (na média geral, ganham R\$ 3.300 mensais).

Muitos deles trabalham em empresas "grandes" (faturam mais de R\$ 10 milhões por ano), várias delas com caixa. Certo. Mas muitas dessas "grandes" quebrarão também se não tiverem ajuda.

Ainda não há dinheiro ou

dependem de recursos para a saúde, mas ainda falta álcool em hospital.

O relaxamento das restrições dependerá de milhões de testes para que se coordene o isolamento de doentes e a reabertura da economia. Dependência de remédios, ainda fora do horizonte. Dependência de coordenação nacional, subótima de modo feroz e ignorante pelo elemento na Presidência.

A retomada será tímida. Pessoas terão medo de se aglomarem nos comércios; terão menos renda e poupança. A economia mundial andará devagar. Mesmo na China, de tantas medidas agressivas, há tropeços na lenta recuperação e medo de recuada.

Mas, para haver retomada, é preciso aumentar o número de sobreviventes da peste econômica. Será simplesmente preciso dar muito dinheiro.

vinicius.torres@opublica.com.br

## Medidas para garantia de renda na crise do coronavírus são insuficientes

Planos de outros países têm alcance maior do que as iniciativas do Brasil, afirmam especialistas

Ricardo Balhazar

**SÍNTESE.** As medidas já anunciadas pelas autoridades brasileiras para proteger os trabalhadores que tendem a ser os mais afetados pela crise do coronavírus seguem a direção apontada por outros países, mas sua implementação tem sido mais demorada e seu alcance é mais limitado.

A Câmara deu um passo na quinta (16) ao aprovar projeto que cria um auxílio emergencial para trabalhadores informais, que poderão ficar sem nenhuma renda com a paralisa da economia durante o período de quarentena.

Mas as regras incluem restrições para acesso ao benefício, impedindo que trabalhadores que não estavam cadastrados pelo governo federal antes da crise recebam o auxílio justamente agora, quando correm o risco de ficar sem condições de trabalho e sem dinheiro.

O projeto, que ainda precisa ser aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, prevê auxílio mensal de R\$ 600 por três meses, podendo alcançar R\$ 1.200 para mulheres que sejam responsáveis pelo sustento da família. O Senado deve analisar o projeto na próxima semana.

As regras estabelecidas pela Câmara garantem o benefício, apelidado de "coronaviruscher", aos trabalhadores com renda familiar de até meio salário mínimo (R\$ 522) por pessoa ou três pisos (R\$ 1.044) no total e que tiverem sido inscritos no Cadastro Único do governo até o dia 20 de março.

Quem não estiver cadastrado, ou declarou renda superior aos limites estabelecidos quando entrou no cadastro, poderá requisitar o auxílio por meio de uma plataforma digital que ainda terá que ser implementada pelo governo. Em dezembro, havia 76,4 milhões de pessoas no Cadastro Único, das quais 61,5 milhões com renda declarada dentro dos limites para obter o auxílio. As outras 14 milhões podem ficar sem acesso imediato ao dinheiro, ou obrigadas a esperar para recebê-lo.

"O projeto é um passo na direção certa porque permite começar rapidamente e alcançar primeiro os mais pobres", diz o economista Marcelo Medeiros, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). "Será necessário mais esforço para estender a proteção aos que ainda vão sofrer com a recessão."

## Medidas de sustentação de emprego e renda incluídas em pacotes de combate ao coronavírus

	Auxílio emergencial	Programas assistenciais	Redução de jornada	Afastamento do trabalho	Seguro desemprego
<b>Brasil</b>	Pagamento de R\$ 600 mensal a trabalhadores do setor informal por três meses, para quem tem renda familiar de até meio salário mínimo (R\$ 522) por pessoa ou três pisos (R\$ 1.044) no total.	Aumento do orçamento do Bolsa Família para inclusão de novos beneficiários e antecipação do pagamento do abono salarial e do 13º dos aposentados.	Pagamento de parte do salário de trabalhadores com redução da jornada, para quem recebe até três salários mínimos (R\$ 3.135), em discussão.	Pagamento de seguro desemprego a trabalhadores com contrato suspenso por empresas, por pelo menos dois meses, em discussão.	—
<b>Alemanha</b>	—	—	Pagamento de 60% do salário de trabalhadores com redução da jornada de trabalho. Trabalhadores com filhos têm direito a 67%.	—	Facilidades para trabalhadores autônomos terem acesso ao benefício, sem necessidade de comprovação de renda e outras exigências, por seis meses.
<b>EUA</b>	Pagamento único de US\$ 1,2 mil (R\$ 6 mil) a americanos com renda anual de até US\$ 75 mil (R\$ 380 mil), mais US\$ 500 (R\$ 2,5 mil) por criança na família.	—	—	Pagamento do salário de infectados a americanos ou impedidos de trabalhar no isolamento, por duas semanas, em empresas com menos de 500 funcionários.	Extensão do pagamento do seguro desemprego por 13 semanas, com pagamento extra de US\$ 600 (R\$ 3 mil) por semana durante quatro meses, inclusive para autônomos.
<b>Frância</b>	Pagamento de até 1.500 euros (R\$ 8.238) para profissionais liberais, autônomos e donos de pequenos negócios em setores mais afetados pela crise.	—	Pagamento de 70% do salário de trabalhadores com redução da jornada, até o valor de 6.927 euros (R\$ 38.041).	—	—
<b>Reino Unido</b>	Pagamento de auxílio para desempregados e pessoas de baixa renda, no valor de 250 libras (R\$ 1,5 mil) por pessoa a 500 libras (R\$ 3 mil) por casal.	—	Pagamento de até 80% do salário de trabalhadores com redução da jornada, até o valor de 2,5 mil libras (R\$ 14,9 mil).	Pagamento de até 94,25 libras (R\$ 562) por semana para infectados ou impedidos de trabalhar no isolamento, por duas semanas, em empresas com menos de 250 funcionários.	—
<b>Argentina</b>	Pagamento de 10 mil pesos (R\$ 792) para trabalhadores autônomos e do setor informal, em abril e talvez em maio.	Bônus de 3 mil pesos (R\$ 237) para aposentados e beneficiários de programas sociais.	—	—	—

A chegada do dinheiro às pessoas dependerá da agilidade da Caixa Econômica para viabilizar a distribuição do auxílio após a conclusão do processo legislativo. O projeto prevê que o banco será responsável pela implementação e fará os pagamentos por meio de contas digitais.

Nos Estados Unidos, o pacote de combate aos efeitos do coronavírus prevê um pagamento único de US\$ 1.200 (R\$ 6.000) a todos os trabalhadores americanos com renda anual de até US\$ 75 mil (R\$ 380 mil), mais US\$ 500 (R\$ 2.500) por criança na família. O benefício pode alcançar

85% da população, segundo os economistas Donald Hammond e David Wilcox, do Instituto Peterson. Mas as autoridades terão dificuldades para localizar muitos beneficiários, e haverá muita gente necessitada entre os 15% que não receberam nada.

A Receita americana poderá emitir cheques pelo correio ou depositar o dinheiro nas contas indicadas pelos contribuintes para restituição no ano passado. Como as declarações referentes a 2019 só serão entregues em julho, é possível que muitos endereços e contas bancárias estejam desatualizados.

Nos EUA, um pagamento de US\$ 1.200 equivale ao rendimento médio mensal dos trabalhadores ocupados, que alcança US\$ 936 (R\$ 4.791) no fim de 2019. No Brasil, um auxílio de R\$ 600 representa a 25% do rendimento médio mensal dos ocupados, que atinge R\$ 2.361 no início deste ano.

O pacote americano também amplia o seguro-desemprego, prevenindo pagamento por mais tempo e um adicional mensal de US\$ 600 (R\$ 3.000) por quatro meses. Exigências serão afrouxadas, para que autônomos tenham acesso ao seguro, e não só os trabalhadores do setor formal.

Houve uma explosão do número de pedidos de seguro-desemprego na semana encerrada em 26 de março, antes mesmo da aprovação do pacote. Foram 1,28 milhões de pedidos, quase 12 vezes o número de pedidos registrados na semana imediatamente anterior.

A Alemanha também criou facilidades para autônomos terem seguro-desemprego, sem necessidade de comprovação e outras exigências. As novas regras serão válidas por seis meses.

Além disso, os EUA e os países europeus se comprometeram a pagar os salários de trabalhadores infectados, com

jornada reduzida ou que ficaram impedidos de trabalhar por causa das restrições sanitárias. A França promete pagar até 80% dos salários.

Iniciativa semelhante está em estudos no Brasil, mas o governo ainda não apresentou os detalhes, o que tende a atrasar sua implementação. A medida terá que ser apreciada pela Câmara e pelo Senado, e providências burocráticas serão necessárias antes que o dinheiro chegue a empresas e trabalhadores.

Medida provisória publicada no domingo (22) autorizou a suspensão dos contratos de trabalho por até quatro meses sem compensação para os trabalhadores, mas o dispositivo foi revogado no dia seguinte. A ideia continua em estudos, mas ainda não se definiu que tipo de compensação haverá.

O governo anunciou medidas para microempresas, como o adiamento de tributos, e uma linha de crédito para pagamento de salários. Para economistas, essas iniciativas podem ajudar a preservar empregos, mas não eliminam a necessidade de mecanismos de garantia de renda.

"É preciso fazer isso rapidamente, mesmo que não se encontre um programa perfeito para localizar as pessoas mais necessitadas", diz Manoel Pires, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV/RIO. "O benefício será temporário, e os ajustes podem ser feitos depois."

O governo antecipará neste ano o 13º dos aposentados e o abono salarial, destinado a trabalhadores do setor formal que recebem até dois salários mínimos (R\$ 2.090). Uma MP reservou recursos para ampliar o Bolsa Família.

Com 77% dos trabalhadores ocupados no setor informal, a dificuldade é alcançar quem é informal e não pode ser beneficiado pela maioria das medidas. A opção pelo CadÚnico, no caso do auxílio emergencial, é a melhor disponível, segundo os especialistas.

Para Sérgio Firpo, professor do Insper, o governo poderia buscar maneiras de facilitar o acesso ao Cadastro Único, que é administrado em parceria com governos locais.

"Bancos de dados de fintechs poderiam ajudar a localizar rapidamente muita gente fora do radar de Brasília", sugere.

Outros países anunciaram facilidades para o pagamento de alugueis, água, gás e luz, como a França. O Reino Unido permitiu o adiantamento por três meses das mensalidades de hipotecas. São medidas que podem dar alívio a famílias na fase mais aguda da crise.

"Outra possibilidade seria aumentar o custo das demissões e reduzir o custo das empresas para manter os empregos", diz Marcelo Medeiros. "O governo poderia aliviar temporariamente as contribuições previdenciárias, sob condição de que as empresas não beneficiadas não demissem."



## FOLHA DE S.PAULO

# Medidas do BC dão sobrevida a empresas, afirma economista

Para Werlang, testagem em massa da população daria dados também para planejar o tratamento econômico da pandemia

## ENTREVISTA SERGIO WERLANG

Vinicius Torres Freire

SÃO PAULO O pacote de crédito do governo vai na direção certa, embora talvez possa ter pouco dinheiro, acredita o economista Sergio Werlang, da FGV do Rio.

Para Werlang, o plano anunciado pelo governo nesta sexta (27) faz parte de um eixo essencial de providências a fim de mitigar a crise, entre elas a grande irrigação do sistema financeiro promovida pelo Banco Central e o auxílio para trabalhadores informais, autônomos e sem renda em geral.

Werlang enfatiza que o debate da crise tem de ir além. Para o economista, o isolamento é agora sem dúvida necessário, por um tempo ainda difícil de estimar. Mas é preciso um limite. "O que temos que implantar com muita rapidez é a testagem em massa, os testes de terapias alternativas."

Para Werlang, a testagem daria informações para planejar também o tratamento econômico da pandemia.

★

O que achou do pacote de crédito do governo? Os recursos não poderiam ser 100% do Tesouro, mas com operação dos bancos, remunerados para conceder os empréstimos? Se fosse 100% do Tesouro, o incentivo seria pe-

queno para que as escolhas de repasse fossem minimamente prudentes. Como eu dizia ontem [quinta, 26], antes do anúncio do governo, sugeria que a parte do Tesouro fosse de 70% a 80%. Parte ou todo valor deve vir da União. Afinal, é um custo de todos nós.

A linha de crédito cobre parte da folha das empresas. Mas, sem ter como cobrir outras despesas fixas, como sobreviver? Imagine uma empresa que tenha sido muito atingida, perdendo até 40% do faturamento. Sem ajuda extra, vai demitir e correr o risco de quebrar. Com essa linha, muito provavelmente sobrevive.

O exemplo de 40% do faturamento é aproximado e representa uma empresa que sofreu muito, mas não mortalmente.

Os bancos podem travar a operação, tendo de entrar com algum (com 15% e o risco de crédito correspondente)? Não acho. Os bancos vão escolher repassar para empresas que são suas clientes. Essas empresas já têm empréstimos com esse banco. Sem essa linha, é alta a probabilidade de ficarem inadimplentes e até mesmo quebrarem. Assim, os bancos terão um empréstimo pequeno (de 15% do valor) para dar fôlego à empresa.

Em suma, é preciso cobrir os buracos, em particular da falta de faturamento das empre-



Sergio Ribeiro da Costa Werlang, 60

doutor em economia pela Universidade Princeton, mestre em economia matemática pelo Impa. Foi vice-presidente do Itaú e diretor do Banco Central

sas, com carência razoável e prazos alongados, para atravessar o deserto. As outras muitas medidas do BC vão nessa linha, de fazer o crédito ajudar nessa travessia. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, já disse que o crédito não está empoçado e que haverá liquidez para os empréstimos. O sistema financeiro brasileiro é sólido e tem os recolhimentos compulsórios dos mais elevados no mundo.

De quanto tempo as empresas precisarão para pagar es-

ses empréstimos da linha de emergência? Tudo depende do tempo de isolamento necessário. Na China foram cerca de dois meses e meio, mas a epidemia já estava muito avançada quando começou. O número de casos no Brasil está ainda muito variável, provavelmente pela disponibilidade ainda irregular de testes.

O sr. imagina um isolamento de quanto tempo? Difícil achar que dure menos de duas semanas. O isolamento por um tempo será necessário, é indiscutível. Precisamos de mais informação, para saber por quanto tempo mais vai durar. O Ministério da Saúde anunciou que vai distribuir muitos testes, talvez milhões.

A testagem em massa é a estratégia da Alemanha e mostrou-se eficaz. Em artigo no Estado de S. Paulo, Eduardo Bittencourt Andrade, da FGV/Ehape, mostrou a importância de testes em massa: saber qual a probabilidade de infecção ao redor das pessoas. As pessoas acabam por decidir ficar em isolamento, voluntário ou não, se sabem qual a probabilidade de infecção. Assim, poderemos observar os efeitos do isolamento nas diversas localidades e decidir o que fazer, à medida que tivermos mais dados objetivos.

Como fica a discussão do efeito econômico do isolamento? A discussão do custo do isolamento versus o efeito econômico é fundamental, e até o início desta semana estava bloqueada. Proteger a saúde dos informais e autônomos a todo custo pode significar um enorme problema para essas pessoas no futuro.

O governo anunciou adiamento de impostos, suspensão de dívidas estaduais, renda mínima para informais, antecipação de seguro-desemprego e pagamento de benefícios sociais. O pacote é razoável? Essas medidas estão na direção certa, mas depende muito da velocidade de implantação.

## Em carta, banqueiros questionam reportagem sobre aumento de juros

SÃO PAULO Os presidentes dos três maiores bancos privados do país enviaram uma carta endereçada ao comando da Folha em que questionam as informações da reportagem "Bancos elevam juros e restringem negociação com a crise do vírus", publicada pelo jornal nesta sexta-feira (27).

O texto mostrou a dificuldade de pequenos e grandes empresários em conseguir crédito e o aumento de taxas de juros nas novas contratações após o surto de coronavírus.

O anúncio feito pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) de que clientes poderiam suspender por dois meses pagamentos de parcelas de contratos em dia também não estaria sendo cumprido, segundo relatos.

Octávio de Lazzari, do Bradesco; Cândido Bracher, do Itaú-Unibanco; e Sérgio Rial, do Santander, afirmam que leram o texto publicado pelo jornal com "profunda consternação e uma dose de decepção". Os banqueiros afirmam que a reportagem tem viés, é parcial e contém erros de apuração.

Para os executivos, o título e o texto "desmerecem o rigor jornalístico que tem marcado, até aqui, a atuação da Folha de S. Paulo, digna de reconhecimento por informar e alertar a população sobre os riscos, impactos e ações preventivas contra a pandemia de Covid-19".

"Nenhuma dos casos específicos apresentados na reportagem foi alvo de consulta prévia aos bancos mencionados. Hoje, ao fazermos nossa lição de casa, que incluiu uma profunda checagem da situação de cada cliente mencionado, descobri-

mos que nenhuma das histórias apresentadas condiz com a realidade. A reportagem é, portanto, um exemplo de mau jornalismo", afirma a carta.

Para Lazzari, Bracher e Rial, o texto da Folha se baseia em casos isolados e fomenta "desentendimento e animosidade em relação às instituições financeiras, que têm agido como aliadas de primeira hora da sociedade na busca incessante por instrumentos capazes de mitigar os impactos da pandemia no país".

Segundo a carta, a reportagem "desinforma o leitor, por exemplo, ao apontar como elevação de juros o aumento de valor em parcelas de dívidas postergadas, um erro primário".

Os executivos dos bancos afirmam que a interrupção por 60 dias no pagamento de dívidas está sendo cumprida pelas instituições, mas que "o objetivo da medida foi dar ao tomador de crédito mais prazo e, principalmente, fôlego financeiro neste momento mais crítico. Ou seja, nunca se tratou de uma medida de perdão de dívida, seja do principal ou dos juros, e não foi apresentada desta forma".

A carta afirma que "em um momento excepcional como o atual, erros podem ser — e serão — cometidos, mas esperamos que sejam rapidamente corrigidos".

O texto assinado pelos presidentes dos bancos termina com a afirmação de que as instituições financeiras trabalham para que "a atividade econômica do país sofra menos danos e seja capaz de emergir mais rapidamente desta crise. E esse trabalho merece respeito".

## FOLHA DE S.PAULO

## Ausente, Guedes abandona estado de negação lentamente

Ministro submerge no momento em que governo emite sinais controversos

## ANÁLISE

Bruno Boghossian

**BRASÍLIA** Em dois dias, o governo anunciou algumas das medidas econômicas mais emblemáticas da reação aos efeitos do coronavírus: avaliou o aumento para R\$ 600 do auxílio emergencial pago a trabalhadores informais e abriu crédito de R\$ 40 bilhões para pequenas e médias empresas. Nos dois casos, o chefe da área foi praticamente um personagem secundário.

Duas semanas depois das primeiras tímidas providências divulgadas pelo Ministério da Economia contra a crise, a ausência de Paulo Guedes no comando dessa missão provoca desconfiança entre empresários e irritação entre congressistas.

O ministro submergiu no momento em que o governo emitiu mensagens desastrosas e sinais controversos sobre a linha de ataque aos efeitos da pandemia.

No evento em que o presidente Jair Bolsonaro anunciou uma linha de crédito bilionária para financiar folhas de salários e preservar até 12 milhões de empregos, nesta sexta (27), apenas os chefes do Banco Central, da Caixa e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) estavam presentes. O sumiço de Guedes surpre-

endeu alguns empresários. O ministro também foi quase um figurante no acordo que o governo precisou fechar com o Congresso, no dia anterior, para aumentar o socorro pago a trabalhadores informais afetados pela crise. Guedes havia proposto um pagamento de R\$ 200 por mês, mas foi obrigado a aceitar que o valor fosse triplicado, por pressão de parlamentares e do próprio Bolsonaro.

Guedes saiu de Brasília há uma semana, quando o vírus se espalhou entre integrantes da equipe de Bolsonaro, e passou a despachar de seu apartamento no Rio. Deixou para trás um rastro de negação sobre os possíveis impactos da crise e uma coleção de mensagens truncadas sobre as respostas que seriam dadas pelo governo.

Nos primeiros dias desta semana, o ministro ainda repetia que o corte de despesas e a aprovação das reformas de ajuste fiscal eram a melhor resposta ao colapso econômico que se avizinhava. A lentidão e a falta de coordenação para apresentar medidas de emergência que poderiam atenuar os efeitos da crise deixou agentes econômicos perplexos.

Na terça (24), o empresário Carlos Jereissati vocalizou essa insatisfação. "A gente vê uma bela condução pela saúde, nos estados e no ministé-

rio, mas não vê a mesma agilidade na área da economia, para salvar as empresas e os empregos", disse um dos donos do grupo Iguatemi. "Faltam medidas claras, para a economia real."

Além da demora na tomada dessas decisões, Guedes ainda guardou silêncio depois que o presidente da República lançou uma campanha perigosa pela retomada imediata da atividade econômica, na contramão das recomendações das autoridades de

saúde. Bolsonaro desenhava um cenário de terror absoluto, e o ministro responsável pela área se calou.

O país só ouviu uma mensagem completa de Guedes uma semana após seu número de desaparecimento. Sem participar de anúncios oficiais e entrevistas coletivas, o ministro gravou um vídeo de cinco minutos em que avisa que o governo vai abrir os cofres para preservar empregos, ao contrário do que disse Bolsonaro, que é preciso preparar a retomada "ali à frente".

A gravação tem público certo: empresários cada vez mais incrédulos com os rumos tomados pela equipe econômica na crise. O ministro, afinal, fala da população mais pobre numa terceira pessoa distante ("gente simples que trabalha todo dia para nos alimentar, para nos distrair") e enumera os bilhões que serão aplicados durante a turbulência.

As incertezas ainda permanecem e dificultam o ambiente de negociações entre o Ministério da Economia e o Congresso. Numa conferência com empresários nesta sexta, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reclamou da falta de previsibilidade oferecida pelo governo. "Se tiver um pacote e o governo apontar quanto vai gastar do PIB para organizar no curto prazo, aí começamos a pensar em um segundo mo-

mento, para além de 60 dias, como retomar obras, e reativar a economia", afirmou Maia, num recado endereçado principalmente a Guedes. "Se não organizar, vamos continuar batendo cabeça."

O ministro parece ensaiar uma correção de rumos, mas seus ajustes de comportamento nessa crise são muito mais lentos do que o avanço do vírus e seus efeitos econômicos.

Ele dizia há duas semanas que seriam necessários apenas R\$ 5 bilhões para "aniquilar o coronavírus". Agora, ele prevê uma conta de R\$ 700 bilhões em três meses.

A ficha realmente demorou a cair. Depois que saiu de Brasília, Guedes contou a jornalistas que percebeu um dos impactos da crise quando pediu um suco de laranja no hotel em que morava na capital. Faltavam laranjas, e o atendente precisou oferecer um suco de abacaxi.

### Bolsonaro diz que emprestou Granja do Torto para ministro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta (27) que ofereceu a Granja do Torto para o ministro Paulo Guedes morar durante o período da crise do coronavírus. "Ele vai

morar no Torto, eu espero que não sofra crítica de vocês [imprensa]. Problema de hotel aqui, hotel fechado", disse. O ministro mora em um hotel em Brasília, mas desde o dia 19 tem despachado de sua casa no Rio. O Ministério da Economia informou que, em 18 de março, o chefe da equipe econômica realizou o exame para Covid-19, e o resultado deu negativo. Guedes tem 70 anos e, portanto, está no grupo de risco de doença.

### Bolsonaro diz que prefeitos terão de pagar a trabalhador por paralisação

**BRASÍLIA** O presidente Jair Bolsonaro disse nesta sexta-feira (27) que prefeitos e governadores que decretaram fechamento do comércio por causa da pandemia do coronavírus terão que pagar indenização a trabalhador por paralisação.

"Tem um artigo na CLT que diz que todo empresário, comerciante, etc. que for obrigado a fechar seu estabelecimento por decisão do respectivo chefe do Executivo, os encargos trabalhistas, quem paga é o governador e o prefeito, tá ok?"

O artigo 486 da CLT diz que, "no caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo responsável".

No entanto, juristas entendem que não será possível a aplicação desse artigo facilmente.

"Estamos falando de uma situação de calamidade pública, de uma situação sem precedentes, então, parte do governo tem uma qualificação muito mais voltada para a preservação da vida humana do que a questão pura e simplesmente de um emprego", diz o advogado Decio Daidone Jr. DC

[...]

**Paulo Guedes saiu de Brasília há uma semana deixando para trás um rastro de negação sobre os possíveis impactos da crise e uma coleção de mensagens truncadas sobre as respostas que seriam dadas pelo governo**

# Corte de salário preservará empregos, dizem analistas

Sindicatos criticam medida e afirmam que redução na renda aprofundará a crise

Fernanda Brigatti

**SÃO PAULO** Com mais flexibilidade para negociar, as empresas poderão ter mais condições de manter os empregos durante a crise do coronavírus. A avaliação de advogados trabalhistas é que há urgência na adoção de medidas, de modo a garantir o menor impacto possível para empregados e para empregadores.

Nesta quinta-feira (19), a equipe econômica informou que trabalhadores que recebem até dois salários mínimos receberão um complemento, bancado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), de 25% do seguro-desemprego a que teriam direito se fossem demitidos. A redução na jornada e no salário será de até 50% e poderá ser limitada ao salário mínimo.

Para Leticia Ribeiro, sócia da área trabalhista do Trench Rossi Watanabe, falta o gover-

no detalhar os parâmetros da proposta —ainda não está definido se será uma medida provisória ou um projeto de lei—, mas considera importante a rapidez em facilitar as negociações.

“Se não houver uma resposta, as empresas não vão conseguir manter os empregos. A consequência vai ser uma série de dispensas”, diz.

Hoje, empresas em situações econômicas difíceis podem reduzir até 25% dos salários, mas esse corte precisa ser negociado com o sindicato. A redução também é limitada ao piso regional de cada categoria, quando houver.

A advogada diz que uma flexibilização dessa regra pode ser um “caminho do meio” para garantir ou reduzir o risco de demissões, pois, na avaliação de Leticia, manter as remunerações integrais não será sustentável para empresas que não tiverem condições de

seguir funcionando de maneira remota.

Além da flexibilização na redução de salário, há a expectativa de outras medidas, como a facilitação na concessão de férias coletivas. Na regra atual, as empresas precisam comunicar o sindicato com antecedência de duas semanas. A equipe econômica estuda reduzir o prazo para 48 horas.

Antecipação de 15 dias do período de férias, mesmo sem que o trabalho tenha adquirido o direito, e suspensão do pagamento do FGTS por três meses (com a garantia de recolhimento na sequência) também estão em análise.

Na avaliação do governo, as medidas podem reduzir o aperto no caixa das empresas.

Para as três maiores centrais sindicais do país, a proposta aprofunda o achatamento na renda dos trabalhadores e pode criar um encadeamento de piores em outros setores.

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, diz que não há espaço para redução na renda. Ele afirma também que um corte nos salários afetará os pequenos negócios, nos quais a maioria dos empregos estão.

Essa situação exigiria liberação de recursos e incentivos, especialmente às micro e pequenas empresas.

“O trabalhador não vai poder consumir, não vai pagar aluguel, só piorando a situação. Boa tarde dos trabalhadores hoje não aguentaria nem uma redução de 10%, 15% no salário. Se isso ocorre, ele não compra arroz, não compra feijão e economia para”, afirma.

Para a Força Sindical, o governo deveria estimular o uso de mecanismos já previstos na lei trabalhista, como o lay-off.

As centrais também propõem que o governo use um dispositivo pouco aplicado da CLT que permite a suspensão do contrato de trabalho por

tempo determinado. Por até cinco meses, o funcionário não recebe salário.

Para os sindicatos, o dispositivo poderia ser usado por até três meses, permitindo recebimento do seguro-desemprego no período.

O presidente da UGT, Ricardo Patah, afirma que as medidas dos governos federal, estadual e municipal (esses dois últimos em São Paulo) são muito tímidas.

“O governo quer tirar os sindicatos das negociações, enquanto deveria usar nossa estrutura para discutir as medidas com os setores”, diz Patah.

## Coronavírus pode distorcer dados sobre desemprego

**■** O isolamento domiciliar para enfrentar a pandemia de coronavírus deve distorcer os dados sobre o mercado de trabalho, alertam especialistas. Com menos gente em busca de uma vaga, a tendência é que a taxa de desemprego caia mesmo que novas vagas não seja criadas.

Nesta quinta (19), o IBGE anunciou a suspensão das entrevistas presenciais para a Pnad Contínua, que mede o desemprego. A coleta de infor-

mações passará a ser feita por telefone, o que também deve impactar o resultado.

Os entrevistados são questionados se procuraram emprego nos últimos 30 dias e se estavam disponíveis para assumir a vaga na semana de referência. A taxa de desemprego se baseia naqueles que responderam positivamente.

“O número de pessoas procurando emprego cairá fortemente devido ao isolamento obrigatório. Portanto, tecnicamente não estariam desempregadas”, escreveu em uma rede social o economista Octavio de Barros. “Assim, não descarto que o desemprego possa cair nas estatísticas, o que seria um contrassenso.”

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, diz que, tecnicamente, será um “desemprego desencorajado”: a pessoa sai do mercado por não acreditar que vai encontrar um posto de trabalho —ou, nesse caso, também por não poder sair de casa.

O IBGE afirma que esse contingente será transferido para as categorias população fora da força de trabalho, aqueles que não buscam emprego, ou na força de trabalho potencial, que gostariam de trabalhar, mas não procuraram emprego ou não estavam disponíveis para ocupar uma vaga na semana. **Nicola Pampolona**





## mercado coronavírus

## PAINEL S.A.

Joana Cunha

joana@folha.com.br

## Em movimento

Em uma das áreas mais impactadas pelo avanço da crise do coronavírus, o entretenimento, José Victor Oliva, dono da Holding Clube, que tem agências como Banco de Eventos, Samba e outras, afirma que não está na hora de buíxar a cabeça. Quando a pandemia chegou ao Brasil, o setor teve de adiar shows e cancelar eventos, mas o empresário diz que não vai demitir ninguém. "É um momento de solidariedade. Todos nós temos que ter essa consciência", afirma Oliva.

**PACIÊNCIA** Oliva, que nos anos 1980 e 1990 ficou conhecido como o "rei da noite" por casas como Gallery, Barana Café e Resumo da Ópera, estima que essa crise ainda vai demorar entre um mês e um mês e meio. E afirma acreditar que os empresários têm condições de suportar sem ter que impor sacrifícios ou demissões.

**DESEMPREGO** Ele se adaptou à quarentena fazendo reuniões virtuais ou presenciais com poucas pessoas. "Quer atravessar essa crise sem ter que demitir nenhum dos meus 20 colaboradores", diz.

**TENDÊNCIA** Para Oliva, o desafio agora é pensar soluções criativas. Chamou sua atenção a onda de ações solidárias anunciadas por muitas empresas nos últimos quinze dias. "A crise despertou um sentimento de solidariedade nas pessoas. Será um aprendizado", diz.

**ENFERMARIAS** Sobre as declarações e a postura de Bolsonaro na condução da doença no Brasil, Oliva diz que elogia ou reprova o presidente, condão-me ele acerte ou erre, inclusive publicamente nas redes sociais. O empresário criticou o pronunciamento do presidente na terça (24), mas concordou com a ideia de isolar só os grupos de risco.

**PIXEL** Depois de fazer videoconferências com Bolsonaro e o presidente do STJ, Dias Toffi, nas duas últimas semanas na Fiesp, Paulo Skaf convidou para uma reunião virtual as centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB e Nova Central nesta segunda (30).

**MAIS** Para Skaf, as medidas anunciadas pelo governo na sexta (27) são positivas, mas insuficientes. "Estou preocupado com as empresas que não se enquadram nos parâmetros. Tinha que ser para todas. E estou preocupado com capital de giro. Precisa de outras linhas com garantia do Banco Central para que os bancos emprestem", disse.

**DÚVIDA** Na sexta, logo depois que o governo anunciou a linha de crédito emergencial para as pequenas e médias pagarem salários, empresários começaram a se perguntar se a ajuda também valeria para quem está no GdIn, mas no Ministério da Economia alguns dizem que a decisão não estava tomada.

**DESINFETANTE** A Bombem vai começar a fabricar álcool em gel nesta semana. A empresa de produtos de limpeza, que não tinha o item no portfólio, doará a primeira leva a funcionários e entidades beneficentes, antes do início das vendas.

**SOMBRA** Depois que o debate sobre cortes de incentivos aos painéis solares turbinou a instalação dos sistemas para geração de energia em casa, os distribuidores de equipamentos viram a procura cair 4% em março ante fevereiro. A queda é atribuída à crise do coronavírus, segundo a Absolar, associação do setor.

**DECOLAGEM** O volume de cotações feitas para voos executivos na Flapper, companhia de aviação particular, deve fechar o primeiro trimestre deste ano com alta de 12% ante o mesmo período de 2019.

**RESPIRAÇÃO** A empresa se prepara para fazer seu voo mais curto durante a crise do coronavírus, cotado em R\$ 6,84 milhões. Segundo a Flapper, a viagem tem origem na China e destino na América Latina, e vai trazer 64 toneladas de testes para a doença.



PROSA

“Aprendi com meu amigo Ayrton Senna que quando acontece um acidente, é o momento de acelerar”

José Victor Oliva  
dono da Holding Clube

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



## MOVIMENTO NO CEAGESP DESPENCA

Maiores centro atacadista de alimentos da América Latina, Ceagesp tem retração drástica no movimento na primeira semana de isolamento em São Paulo. Comerciantes estimam queda de 70% nas vendas

Mafre Langona/Folhapress

# Governo deve ser seletivo na ajuda para não repetir erro de 2008, diz Hartung

Para ex-governador do ES, é preciso evitar que setores tirem proveito em momentos de fragilidade e retomar a austeridade após crise passar

## ENTREVISTA PAULO HARTUNG

Fábio Zanini

**SÃO PAULO** Ex-governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, 62, diz que o enfrentamento ao coronavírus não pode repetir os erros da crise de 2008, quando as políticas do governo para tentar estimular a economia acabaram jogando o país numa recessão alguns anos mais tarde.

"O Brasil tem uma experiência de lidar com a crise de 2008/2009, que produziu um fracasso e desorganizou a economia brasileira", afirma.

Reconhecido por ter feito uma gestão que arrumou as contas do estado, ele concorda com o aumento do gasto público neste momento, mas de maneira criteriosa.

**Governos estão prometendo responder à crise aumentando o gasto. O que sr. acha?** É preciso entender a gravidade da crise. Esta geração não convivia com nada igual. Você tem uma crise de saúde pública que, ao ser enfrentada, tem um enorme impacto na economia e com repercussões sociais extremamente relevantes. Problema de renda, famílias, desemprego, desocupação. O remédio não é ideológico, de corrente de pensamento político ou econômico. O remédio é universal.

Não tem diferença entre o que o governo chinês está fazendo, o da Alemanha, e o que nós temos de fazer. Agora, é preciso sacar um dinheiro do futuro, que pertence às futuras gerações. Vai aumentar a dívida do país. O Brasil está indo pegar o dinheiro de seus filhos, netos, futuras gerações. É dinheiro que precisa ser alocado de maneira extremamente respeitosa.

**Como evitar que a situação de agora se transforme em insolvência depois?** Crise tem começo, meio e fim. E tem o pós-crise. Temos de trabalhar de uma maneira que no pós-crise o país volte a ter tração de desenvolver e ofertar oportunidades para os seus filhos.

O Brasil tem uma experiência de lidar com a crise de 2008/2009 que produziu um fracasso. Um fracasso que desorganizou a economia brasileira, que gerou um nível de desemprego dramático.

Tem que ampliar o gasto público. Primeiro, para estruturar melhor o nosso serviço de saúde, comprar respiradores, contratar gente, equipamentos de proteção para os profissionais. Pega aquela fila do Bolsa Família e incorpora, mesmo que tenha alguma distorção aqui ou acolá. Cria alguma proteção para os trabalhadores informais.

Mas, daí para a frente, precisa ser muito seletivo. Senão, daqui a pouco está aí o governo cobrindo equívocos de aplicações financeiras de A, B ou C. O software com o qual a gente trabalhava era de uma realidade. A realidade mudou, e a gente tem que trocar o software.

**Qual vai ser o momento de retomar a austeridade?** Acho que é possível fazer um bom plano anticíclico que pode consumir recursos da execução orçamentária de 2020 e não penetrar na de 2021.

Olhando as medidas tomadas em 2008/2009, qual foi o grande erro do Brasil? Não foi fazer um plano anticíclico. Na hora em que fez, cuidando do crédito, do consumo, acertou. Errou quando não saiu.

Os EUA protegeram montadoras de automóvel, o que passa do ponto. A Inglaterra protegeu seu sistema bancário. Mas eles foram hábeis de entrar, dar um gás para a economia respirar e tirar o time, deixar a economia fluir.

**O sr. acha que pressões políticas e financeiras podem se avolumar?** Precisa ter um perfil no governo central para o enfrentamento dessa crise.

Quando você olha a Segunda Guerra, você vê a figura do [primeiro-ministro Winston] Churchill. Está falando essa figura para conversar com o Legislativo, com o Judiciário, com a sociedade. Para a gente, ao mesmo tempo, fechar a porta para uma fragilidade humana, que é tentar fazer de uma crise grave como esta oportuni-

Paulo Hartung, 62

Graduado em economia pela Universidade Federal do Espírito Santo, foi governador do Espírito Santo (2003-11 e 2015-19), senador (1999-2002) e prefeito de Vitória (1993-97)

“Crise tem começo, meio e fim. E tem o pós-crise. Temos de trabalhar de uma maneira que no pós-crise o país volte a ter tração de desenvolver e ofertar oportunidades para os seus filhos”

de para tirar proveito. Quem corrige isso é uma liderança responsável, com credibilidade. Ainda não engatamos a marcha que precisamos engatar. Nesta hora, briga política é uma coisa que beira o absurdo. O que precisamos agora é de união nacional.

**O sr. foi governador. O que acha dessa articulação de líderes à revelia do presidente?** Não tem problema articulação de prefeitos e governadores. Mas tem que articular com o governo federal. Temos muita certeza de que vai piorar muito, para depois melhorar. Como vai sair da crise? A economia brasileira já não estava bem. Cresceu 1,4% no ano passado, um crescimento medíocre. Investimento de 15% do PIB, baixíssimo. Investimento público desagevado.

**Como o sr. viu as medidas de estímulo anunciadas até agora?** São medidas boas. A sociedade não está conseguindo acompanhar o debate e a tramitação delas. Há um problema de comunicação. O pacote tem elementos positivos. Poderia ser complementado por outros medidas, tendo alguns cuidados. Lembrar de onde está vindo esse dinheiro e que essa alocação tem de ser feita com zelo, justiça e por um tempo determinado.

**O sr. acha que a crise, quando passar, pode dar impulso às reformas econômicas?** Toda crise carrega três coisas: aprendizado, oportunidades e a ideia de que tem fim, não é eterna. Cria oportunidades para fazermos a discussão sobre o país que queremos, mas não agora. A crise explícita de forma dramática nosas contradições, a desigualdade, a baixíssima mobilidade social.

**De que forma a demora do presidente em reconhecer que há uma crise impactam no seu combate?** Está claro que perdemos tempo. Mas não devemos ficar parados, e muito menos transformar esse episódio em luta política. Precisamos de uma liderança. Se eu pudesse chamar por uma coisa, é buíxar a boca.

mercado coronavírus

# Pequenas e médias empresas terão R\$ 40 bi para pagar salário

Crédito irá direto para folha; quem tomar linha não poderá demitir por 2 meses

**BRASÍLIA** O governo anunciou que vai abrir uma linha de crédito emergencial para pequenas e médias empresas financiarem folha de salários. O programa demandará R\$ 40 bilhões e será custeado em maior parte pelo Tesouro Nacional.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que o programa foi formulado pela autoridade monetária, pelo Ministério da Economia e pelo BNDES.

Segundo ele, o programa vai ser destinado exclusivamente para pequenas e médias empresas, que faturam entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões por ano e se destina só para financiamento de folha de pagamento.

Segundo Campos Neto, o programa tem potencial para contemplar cerca de 12 milhões de pessoas e 1,4 milhão de empresas.

Do montante, R\$ 17 bilhões mensais serão financiados via recursos do Tesouro, e o restante virá do próprio setor bancário. No total, serão R\$ 34 bilhões dos cofres públicos.

Pessoas envolvidas na discussão dizem que a decisão de fazer o anúncio nesta sexta (27), mesmo sem a iniciativa ser enviada ao Congresso, foi política. Com isso, o governo tenta conter críticas crescentes sobre o ritmo de apresentação de medidas econômicas contra a crise do novo coronavírus.

O programa vai financiar até dois salários mínimos por empregado. Se a pessoa ganhar mais que isso, o crédito só vai contemplar o limite estabelecido, podendo a empresa complementar a remuneração.

Toda empresa que aceitar não poderá demitir funcionários por dois meses. "O dinheiro vai direto para a folha de pagamento, a empresa fica só com a dívida", disse.

"Estará em contrato [que não pode haver demissão por dois meses] e o dinheiro vai direto para o funcionário. Então, se ele for demitido, a empresa terá de arcar com os custos e não receberá o recurso", completa.

O BC afirmou que o arranjo operacional está em discussão, mas o BNDES teria o papel de repassar os recursos



Jair Bolsonaro e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto

do Tesouro para os bancos. As instituições financeiras serão responsáveis pela concessão do crédito, com todos os custos operacionais.

O financiamento terá spread zero —ou seja, a taxa de 1,75%. O empréstimo terá seis meses de carência e será dividido em 36 parcelas. O dinheiro vai direto para o CPF do empregado.

As operações não visam lucro e os bancos concederão o crédito a preço de custo. Todas as instituições são elegíveis a participarem do programa, segundo o BC.

Os bancos poderão seguir seus próprios modelos e políticas de concessão, como bom histórico dos clientes. O BC, no entanto, salientou que vai supervisionar e poderá solicitar a justificativa nos casos em que as instituições negarem crédito para clientes elegíveis.

O Banco Central, enquanto supervisor do sistema bancário, se assegurará de que a política de concessão é não discriminatória. Poderá, se e quando entender convenientemente,

solicitar a justificativa para os casos em que os bancos negarem a concessão da linha para clientes elegíveis.

O risco para os bancos é de 15% da operação, percentual de participação das instituições na linha de crédito.

Campos Neto, também anunciou outras medidas, como o uso de letras financeiras como garantia de empréstimos da autoridade monetária aos bancos. A iniciativa já tinha sido antecipada e deve entrar em vigor na próxima semana. O impacto pode chegar a R\$ 670 bilhões.

"O banco pode pagar a carteira de crédito e fazer um fundo, o BC vai emprestar dinheiro para o banco e pagar o fundo como garantia", explicou Campos Neto.

Além disso, a autoridade monetária vai comprar divisidas diretamente das empresas, a exemplo de medida anunciada recentemente pelo Fed, banco central norte-americano. A iniciativa será enviada ao Congresso Nacional por meio de PEC (proposta de emenda à Constituição).

"É um instrumento muito importante para garantir que os recursos cheguem diretamente à ponta", ressaltou o presidente do BC. Não foram divulgados detalhes de como serão feitas essas operações.

O BC informou que será publicada uma MP (medida provisória) para a abertura de um crédito extraordinário de R\$ 34 bilhões por dois meses (R\$ 17 bilhões por mês), além da criação de um fundo operacionalizado pelo BNDES, fiscalizado e supervisionado pelo BC e com aporte de recursos do Tesouro Nacional.

Os R\$ 6 bilhões de recursos dos bancos privados completarão os R\$ 40 bilhões do programa anunciado.

Apesar de o evento ter sido para anúncio de medidas econômicas, o ministro Paulo Guedes (Economia) não estava presente e não foi mencionado por Bolsonaro. O único que citou Guedes foi o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães. Fábio Pupo, Daniel Carvalho, Larissa Garcia e Talita Fernandes **Lida mais na pág. A19**

## Entenda as medidas anunciadas pelo BC

### FINANCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO

#### O que é?

Empresas poderão pegar dinheiro emprestado para bancar salários por dois meses

#### Quem pode pedir o crédito?

Pequenas e médias empresas (aquelas que faturam, por ano, de R\$ 360 mil a R\$ 10 milhões)

#### Quem vai conceder o crédito?

Os bancos privados (Itaú, Bradesco e Santander) e públicos (Caixa e Banco do Brasil)

#### Quais são as vantagens para os trabalhadores?

A empresa que contratar essa linha não poderá demitir os funcionários por dois meses

#### O salário será pago diretamente pelo banco que emprestar o dinheiro, sem passar pelo caixa da empresa

#### Quem ganha menos perde menos

Quem ganha até R\$ 2.090 (dois salários mínimos) continuará recebendo o salário que tem hoje

#### Quem ganha mais receberá R\$ 2.090

#### Quanto devem ser favorecidos pela medida?

12 milhões de trabalhadores

#### Quanto vai custar para as empresas?

3,75% ao ano

#### O pagamento começará seis meses depois do fechamento do contrato

O dinheiro será pago em 36 parcelas

#### O que falta saber?

Quando começa a valer? A previsão do presidente do BC é que as medidas entrem em vigor em 15 dias. Portanto, não valerão no pagamento da folha de março, que deve ser depositada até o dia 7 de abril

#### • Se houver alguma condição adicional para participação das empresas

#### • Quais os impedimentos

Empresas que já aderiram a medidas como a suspensão do contrato de trabalhadores com pagamento de parte do salário poderão ter que fechar novos acordos

#### • Quas as exceções

• Como será a concessão na prática? Sem as regras, ainda não é possível saber como serão os pedidos: se vai ser necessário ir ao banco que administra a folha de pagamentos ou se algum canal específico será criado

### CRÉDITO DIRETO COM O BANCO CENTRAL

#### O que é?

Autorização para o Banco Central comprar ativos financeiros

Bancos centrais de outros países, como o Fed (Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos), permitem esse tipo de medida

Isso só poderá ser feito em situações de crise, como a atual

#### O que já aconteceu onde a permissão existe?

Nos Estados Unidos, o Fed concedeu empréstimos diretamente às empresas e deve conceder crédito estadual

O Banco Central americano também comprou títulos corporativos e concederá crédito a pequenas empresas

#### Para que serve?

O Banco Central brasileiro quer reduzir o empacotamento de recursos e dar agilidade na estabilização do mercado de crédito

Maior liberdade deve acelerar o volume de dinheiro circulando no mercado

#### Como vai ser?

A autorização deve ocorrer por meio de uma PEC (proposta de emenda à Constituição); portanto, para entrar em vigor, ainda dependerá de votações na Câmara e no Senado (em dois turnos em cada uma das Casas)

## Pacote deixa a descoberto 22 mi de trabalhadores com carteira

### ANÁLISE

Vinicius Torres Freire

### O tamanho do pacote

O plano prevê empréstimos de até R\$ 40 bilhões, R\$ 34 bilhões com fundos do governo e R\$ 6 bilhões dos bancos. Vão bancar por até dois meses salários de até R\$ 2.090 (dois salários mínimos).

Chatando que trabalhadores beneficiados ganhem a média de um e dois salários mínimos, podem ser atendidos, no limite, 12,7 milhões de empregados.

Trata-se de cerca de 1 de cada 3 empregados com carteira assinada, exclusive trabalhadores domésticos. Cerca de 20 milhões de trabalhadores com CLT ficam fora do esquema, por ora, sem contar 1,7 milhão de domésticos registrados.

### E as microempresas?

Parte dessas pessoas fora do pacote do governo pode trabalhar em microempresas, que empregam mais de 8 milhões, segundo o Sebrae. Mas o critério de microempresa do Sebrae é porte (número de empregados), não faturamento,

critério do governo.

As empresas com faturamento inferior a R\$ 360 mil por ano não entrarão neste pacote de crédito (apenas aquelas que faturam de mais de R\$ 360 mil a R\$ 10 milhões anuais).

A ajuda para a micro ainda estaria "em estudo". Pode, porém, demorar ainda mais que o pacote para as médias e pequenas. As micro têm ainda mais dificuldades de tomar crédito, sem conseguir algum.

### O tamanho do buraco

O pacote cobre o rendimento de cada trabalhador até dois salários mínimos (R\$ 2.090). A empresa pode complementar o restante. Se tiver dinheiro. Pode demitir. Fazer acordo de redução de salário. Se houver regra para tanto. De qualquer modo, é mais perda de renda e mais crise para o conjunto da economia

O pacote não cobre despesas como aluguel, água, luz, gás, comunicações. A despesa que causa mais desespero é a folha, decerto.

No entanto, se uma empresa não puder pagar seus

custos fixos, ainda pode operar, sem demitir. Se pegar o empréstimo de emergência, não pode demitir. E então? Vai ficar com a cruz ou com a caldeirinha?

### Os bancos

Os bancos vão ter de entrar com 15% do total de empréstimos, R\$ 6 bilhões, no total. Parece pouco, em princípio. Os empréstimos bancários para empresas somavam R\$ 1,4 trilhões em fevereiro passado.

Os cinco maiores bancos têm 85% do total de crédito. Caberia a cada um, pois, numa divisão simples, pouco mais de R\$ 1 bilhão para emprestar, nessa emergência.

É um crédito com juro tabelado (Selic, 3,75% ao ano), carência de seis meses e parcelamento em 36 meses. Na "vida real", bancos jamais fariam tal negócio, ainda menos agora, com a perspectiva de calote ou quebra de muitas empresas.

Os bancos vão refugiar dado o risco? Evitar empréstimos justamente para as empresas que mais precisam, as de maior risco? Se fizerem

tal coisa, o plano vai funcionar mal.

De outro modo, se emprestarem o dinheiro, os bancos vão ter de engolir custos (juros tabelados e calotes) ou repassá-los para outra linha de crédito.

Além do mais, restou uma dívida séria. A taxa dos empréstimos é a Selic (3,75%) a anual taxa Selic (3,75%)? As taxas não serão variáveis, certo? Enfim, o governo criou essa linha emergencial. Tudo mais constante, seria mais crédito. Mas qual é o tamanho da retranca que os bancos estão armando nas outras linhas?

### Os bancos públicos

Cerca de metade dos empréstimos para empresas jurídicas vem de bancos públicos, além do mais. Em 2018, último dado oficial disponível, eram cerca de 28% concedidos pelo BNDES, 18% pelo Banco do Brasil e 14% pela Caixa, os três maiores estatais. Bradesco e Itaú ficavam com 21,5% juntos.

A falta dos bancos públicos no total de empréstimos de qualquer tipo caiu 8% desde então. Numa estimativa

grosseira, os três bancos públicos ainda teriam uns 45% dos empréstimos para empresas, pois.

Logo, os bancos privados devem ficar com fatia muito pequena do risco e do pacote, uns R\$ 3 bilhões, por aí.

### O pacote e a renda total

O pacote de crédito, como visto, pode no limite cobrir R\$ 20 bilhões por mês de perda de renda do trabalho, por dois meses. O total da renda dos empregados com CLT no setor privado era de uns R\$ 75 bilhões por mês (em fevereiro) —o pacote de crédito poderá cobrir, pois, 27% da renda total mensal.

O total dos rendimentos do trabalho no país, segundo contas feitas com os dados do IBGE, é de R\$ 215 bilhões. O rendimento dos sem carteira e dos "por contar própria" informais (sem CNPJ) soma uns R\$ 43 bilhões por mês.

Parte será atendida pelo pacote que tramita no Congresso, de "renda mínima". Mas não há como saber ainda quantos serão alcançados pela medida.

## mercado coronavírus

## Pacote do governo por tipo de medida

Valor, em R\$ bilhões

Crédito

561,3

Suspensão temporária de tributos ou antecipação de pagamentos já previstos	113,2	48,1	30	28,3
Recursos para Saúde, estados e municípios				
Remanejamento de verbas				

Total R\$ 781,8 bi

Fonte: Ministério da Economia, Caixa, Banco do Brasil, Banco Central e INSS

# Repasse direto à população soma 6% do pacote

Maior parte dos R\$ 782 bi anunciados pelo governo para mitigar efeitos da epidemia está voltada para ampliação do crédito

Bernardo Caram e Fábio Pupo

**ANÁLISE** Defluidar por economistas e políticos como medida necessária para evitar uma recessão durante a pandemia do novo coronavírus, a transferência direta de recursos do Tesouro à população representa 6% do pacote de R\$ 782 bilhões anunciado pelo governo ao longo das últimas semanas.

Quanto às demais ações, a maior parte está voltada à ampliação do crédito. Outras antecipam pagamentos já previstos à população (caso do 13º salário de aposentados e do abono salarial). Há também adiamento no prazo para empresas pagarem certas obrigações (como o FGTS e tributos federais do Simples).

Ainda assim, ao menos dez propostas anunciadas ainda não saíram do papel.

No conjunto de aproximadamente 40 medidas apresentadas pela equipe econômica desde o agravamento da crise, há duas ações concretas para destinar recursos novos diretamente às pessoas,

aponta levantamento elaborado pela Folha.

A primeira, já em vigor, repassa R\$ 3,1 bilhões para incluir mais de 1 milhão de famílias no programa Bolsa Família. O objetivo é zerar a fila de espera existente hoje.

A outra, que prevê um auxílio mensal a trabalhadores informais, tramita no Congresso.

Inicialmente formatada pelo governo para um repasse de R\$ 200 mensais para cada cadastrado ao longo de três meses, a medida foi ampliada após pressão de congressistas.

O benefício será de R\$ 600 e custará R\$ 45 bilhões aos cofres públicos, segundo estimativa do Ministério da Economia. Também será repassado por até três meses.

Outra medida com dinheiro novo deve pagar parte da remuneração de trabalhadores que tiveram jornada e salário reduzidos. Seriam R\$ 10 bilhões em recursos novos.

Porém, a medida voltou à mesa de discussão para serem analisados os percentuais de recursos a serem usados. Os números são incertos.

O gasto social no enfrentamento da crise faz parte da pauta do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ele defende o uso de verbas partidárias, do Poder Judiciário e de salários de servidores.

O diretor executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente), Felipe Salto, afirma que o voucher de R\$ 600 para trabalhadores informais é a mais importante medida anunciada até o momento.

Para ele, a proposta teve protagonismo do Congresso. "A principal dimensão do combate à crise deve ser a transferência de renda direta à população mais pobre", disse.

Apesar de reconhecer a gravidade da crise, o ministro Paulo Guedes (Economia) tem dado prioridade a ações que não deteriorem as contas públicas.

Há cerca de duas semanas, ele anunciou uma primeira leva de medidas e salientou que elas não aprofundavam o déficit público. "Tudo isso está sendo feito sem espaço fiscal", afirmou.

Outros membros da equipe econômica têm defendido que,

por causa da restrição de recursos, não se pode tomar decisões agora que possam comprometer o país futuramente.

Cerca de 72% do pacote anunciado para fazer frente à pandemia diz respeito a programas de ampliação e facilitação de crédito.

Ações do governo e de bancos públicos já somam R\$ 561 bilhões em recursos que serão disponibilizados pelas instituições financeiras para empréstimos destinados a empresas, produtores rurais, pessoas físicas, estados, municípios e hospitais.

Outra parcela relevante das medidas promove suspensão temporária de tributos ou antecipação de pagamentos já previstos, no total de R\$ 113,2 bilhões (15% do montante).

Esses recursos não são considerados novos.

Na antecipação, feita apenas uma mudança de datam de pagamentos de 13º de aposentadoria e abono salarial, sem ganho adicional ao beneficiário.

O tributo suspenso — caso do FGTS e parte do Simples Nacional — precisará ser

quitado pelo contribuinte após o período de crise.

Há ainda R\$ 31 bilhões em repasses do governo federal a estados, municípios e saúde.

Outros R\$ 28,3 bilhões serão remanejados pelo governo para programas de saúde e para futura liberação de saques do FGTS.

O Ministério da Economia tem visto crescer a pressão por mais rapidez na entrega e na execução.

Maia e outros congressistas vêm cobrando iniciativas de Guedes há pelo menos duas semanas. O ministro vinha insistindo no discurso das reformas.

No dia 13 de março, após Maia subir o tom nas críticas, o ministro reagiu apresentando medidas à imprensa e dizendo que mais viriam em menos de 48 horas.

Desde então, técnicos apresentaram as iniciativas à imprensa. Mesmo assim, muitas não foram transformadas em atos legais (como medidas provisórias, projetos de lei ou decretos).

Parte das ações divulgadas, como a redução de jornada

e salário com contrapartida em recursos públicos, voltou à mesa de discussões.

Enquanto isso, demandas dos mais variados segmentos não param de chegar ao ministério. Em grande parte, empresas e associações pedem o adiamento do pagamento de impostos.

Nesta semana, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, teve de ouvir de investidores pedidos de mais celeridade para que o dinheiro chegue rapidamente a empresas e pessoas.

Entre eles, há quem defenda que o ministério não se preocupe tanto com regras fiscais em um momento de emergência.

Richard Back, analista da XP Investimentos, afirmou ao secretário que está tentando também um canal de comunicação com a pasta.

"A população está procurando respostas", afirmou.

Bianco disse aos investidores que técnicos têm trabalhado diuturnamente em torno das ações. "Estamos trabalhando por vocês, empregados e empregadores, e as coisas vão se resolver", disse.

ANÚNCIO	MEDIDA	INSTRUMENTO	SITUAÇÃO	IMPACTO	DETALHES
12.mar	Antecipação 13º aposentados - parcela 1	MP	Em vigor	R\$ 23 bi	Antecipação para abril do pagamento de metade do 13º de aposentados e pensionistas do INSS
	Suspensão da prova de vida	Portaria	Em vigor		Suspensão a exigência de prova de vida dos beneficiários do INSS por 120 dias
	Redução juros consignado	Ato do Conselho Nacional de Previdência	Em vigor		Redução do teto dos juros do empréstimo consignado em favor dos beneficiários do INSS, bem como a ampliação do prazo máximo das operações
	Facilitação de importação de produto médico	Ato da Receita Federal	Em vigor		Priorizar desembaraço aduaneiro de produtos médicos/hospitalares
	Leilões extraordinários do Tesouro	Ato do Tesouro	Em vigor, efetivada em coordenação entre Tesouro e BC		Leilões extraordinários de títulos públicos para reduzir distorções no mercado de títulos e ampliar a liquidez do mercado
	Ampliação de margem consignável	MP ou PL	Não apresentado		Encaminhar proposta de ampliação da margem consignável para beneficiários do INSS. Aumento do percentual da renda de aposentados que pode ser comprometida por empréstimo consignado
13.mar	Destinação de recursos da Caixa	Ato do banco	Em vigor	R\$ 78 bi	Recursos vão para capital de giro, compra de carteiras de outros bancos, Santas Casas e crédito agrícola
	Liberação de compulsórios de bancos mencionada por Guedes	Ato do BC	Em vigor	R\$ 135 bi	Decisão do BC de diminuir alíquota de recolhimento dos bancos (de 31% para 25%) foi tomada em fevereiro, mas é incluída por Guedes em falas sobre as ações contra a crise
16.mar	Antecipação abono	Ato do Codefat	Não está em vigor. Depende de resolução do Codefat	R\$ 12,8 bi	Antecipação do Abono Salarial para junho
	Antecipação 13º aposentados - parcela 2	MP	Em vigor	R\$ 23 bi	Antecipação de 50% do 13º de aposentados e pensionistas do INSS para Maio
	Reforço do Bolsa Família	MP	Em vigor	R\$ 3,4 bi	Destinação de recursos para possibilitar a ampliação do número de beneficiários do Bolsa Família — inclusão de mais de 1 milhão de pessoas. Recursos também para Defesa e MCTIC
	Adiamento de pagamento do FGTS	MP	Em vigor	R\$ 30 bi	Diferimento do prazo de pagamento do FGTS por 3 meses
	Adia pagamento de tributos do Simples	Resolução	Em vigor	R\$ 22,2 bi	Diferimento da parte da União no Simples Nacional por 3 meses
	Crédito para pequena empresa	Ato do Codefat	Em vigor	R\$ 5 bi	Crédito do Proger / FAT para Micro e Pequenas empresas
	Simplifica contratação de crédito	Portaria	Em vigor		Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito
	Redução de tributos para produtos médicos	Decreto e ato da Camex	Em vigor		Redução a zero das alíquotas de importação para produtos de uso médico-hospitalar (até o final do ano). Desoneração temporária de IPI para bens importados listados que sejam necessários ao combate ao Covid-19; Desoneração temporária de IPI para bens produzidos internamente listados que sejam necessários ao combate ao Covid-19
	Facilita renegociação de débitos	Resolução CMN	Em vigor		Simplifica renegociação de operações de créditos de empresas e de famílias porque dispensamos os bancos de aumentarem a poupança que têm de deixar em caixa (provisionamento) caso essa renegociação ocorra nos próximos seis meses
	Destrova operações de bancos	Resolução CMN	Em vigor		Maior artilharia aos bancos para realizar as eventuais renegociações e de manter o fluxo de novos empréstimos porque baixamos a necessidade de capital próprio para a chamada "alavancagem". Na prática, os bancos vão precisar ter menos dinheiro em caixa para fazerem as operações
	Recursos para Saúde	MP	Em vigor	R\$ 5 bi	R\$ 5 bilhões para o Orçamento do Ministério da Saúde, via crédito extraordinário, para o combate ao coronavírus
	Repasse de recursos do PIS para saque do FGTS	MP	Não apresentado	R\$ 21,5 bi	Valores não sacados do PIS/Pasep serão transferidos para o FGTS para permitir novos saques
Desconto em contribuições do Sistema S	MP	Não apresentado	R\$ 2,2 bi	Redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses	
Recursos do DPVAT para o SUS	MP	Não apresentado	R\$ 4,5 bi	Destinação do saldo do fundo do DPVAT para o SUS	
17.mar	Pedido de decretação de calamidade	Decreto legislativo	Em vigor		O governo solicitou ao Congresso o reconhecimento de estado de calamidade pública no país em decorrência do coronavírus. A medida, com validade até 31 de dezembro de 2020, foi adotada em razão da necessidade de elevar gastos públicos. Com ela, o governo não será mais obrigado a observar a meta de resultado primário e a fazer contingenciamento das despesas para cumprir as estimativas iniciais.



mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
joanac@grupofolha.com.br

Sem maquiagem

Enquanto políticos e empresários divergem sobre a adoção da quarentena, o presidente da Natura, João Paulo Ferreira, diz que a recomendação é seguir as orientações da OMS. 'A prioridade é nos unirmos para vencer a pandemia. Primeiro as pessoas, depois as coisas', diz. Uma das primeiras empresas a reagir à crise do coronavírus, a Natura suspendeu a fabricação de perfume e maquiagem para focar em álcool em gel para doação e já começa a planejar as vendas do produto.

**UNANIMIDADE** Segundo Ferreira, a decisão de redirecionar as fábricas para produzir apenas itens essenciais de higiene pessoal foi unânime no comitê executivo da empresa.

**ESPELHO** A Natura anunciou na semana passada a parceria com empresas como São Martinho e Raizen que abrangem 500 mil litros para docças. O emase é feito nas fábricas da Avon, em Interlagos, e da Natura, em Cajamar.

**PRODUÇÃO EM SÉRIE** A fábrica da Avon no México já está fabricando álcool em gel e a da Argentina vai retomar a produção nesta semana.

**FUTURO** Segundo Ferreira, a companhia ainda não tem previsão de quando vai voltar às atividades normais. 'Vamos os diferentes quadros de restrição impostos na América Latina onde há contrastes como o Peru e o México', diz.

**LAVA UMA MÃO** A companhia também anunciou a doação de 2,8 milhões de sabonetes na América Latina. Para operacionalizar a iniciativa, foram feitas parcerias com órgãos públicos de saúde e entidades como Cruz Vermelha e Médicos Sem Fronteiras.

**AGENDA** A reunião virtual das centrais sindicais marcada pela Fiesp para esta segunda (30), nos moldes dos encontros realizados com Bolsonaro e Dias Toffoli nas duas últimas semanas, foi postergada e deve acontecer ainda nesta semana. No sábado (28), foi o ministro Paulo Guedes quem participou de videoconferência com empresários na Fiesp.

**FORTUNA** A empresários, Guedes disse que rejeita a ideia que tramita na Câmara para obrigar companhias com patrimônio líquido acima de R\$ 1 bilhão a emprestar dinheiro ao governo para ajudar no combate ao coronavírus.

**ISSO NÃO** O ministro rejeitou a taxaão das empresas bilionárias justificando que o governo está injetando liquidez na economia, portanto, agora não é hora de elevar impostos. A medida também dificultaria a retomada dos investimentos para escapar da recessão, segundo Guedes.

**COFRE** Além do projeto de empréstimo compulsório para empresas bilionárias, o deputado Wellington Roberto (PL-PR), Elias Vaz (PSB-GO) também apresentou um texto que obrigaria os próprios bilionários a emprestar ao governo durante a calamidade.

**PAPEL** Segundo empresários que participaram da reunião, Guedes também falou das dificuldades burocráticas em fazer a ajuda do governo chegar às mãos dos informais, e citou a criação de 12 grupos de monitoramento setoriais, que enviam mais de 700 pleitos.

**JOYSTICK** A quarentena dobru a procura por conserto de videogame na plataforma de serviços GetNinjas entre os dias 22 e 26 de março, na comparação com a semana do dia 8. Também cresceu a busca por manutenção de notebooks (60%) e televisões (23%), enquanto o total de pedidos em geral caiu 65%.

**CAMA** O hotel Grand Hyatt de São Paulo vai doar mais de 1.400 lençóis, fronhas e edredons para os hospitais Santa Casa de Santo Amaro, em SP, e o Centro Médico de Especialidades Municipal Quatzeirão da Saúde, em Diadema (SP).



João Paulo Ferreira presidente da Natura

PROSA

Ao limitar nossa capacidade produtiva aos itens essenciais, podemos manter em casa um número ainda maior de colaboradores

Filipe Oliveira e Mariana Graziotin

INDICADORES

**JUROS** Março em % Anos Ant. 8,29 (sem juros) -0,32 (com juros) 1,97 (sem juros) 0,48 (com juros) 1,50 (sem juros) -0,82 (com juros) 2,49 (sem juros) -0,34 (com juros)

**CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA** Competência março/2020: Anterior, empregador e facultativo: Valor máx. R\$ 1.045,31 20% R\$ 209; Valor máx. R\$ 1.021,09 20% R\$ 204,22

**REI (Microempresários)** Valor máx. R\$ 1.045,31 R\$ 107,25

**Arquitetado** Anterior 75%: De R\$ 1.045,31 a R\$ 2.080,62 9% De R\$ 2.080,62 a R\$ 4.161,24 12% De R\$ 4.161,24 a R\$ 8.322,48 14%

**IMPOSTO DE RENDA**

Em R\$	Alíquota, em %	Debitos, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.820,63	7,5	142,80
De 2.820,64 até 3.737,27	15	394,80
De 3.737,28 até 4.653,91	22,5	636,13
Acima de 4.653,92	27,5	869,36

**EMPREGADOS DOMÉSTICOS**

Considerando o piso na Capital e Grande SP

Alíquota Mínima	Máximo em R\$	em R\$
Empregado	De 25% (9204)	71339
	4,14%	
Empregador	20%	250,50
		1.220,23

\*O plano pode variar de acordo com o contrato de trabalho em vigor. A taxa de contribuição do empregador e da doméstica a FCTPS, é multa para a doméstica o seguro contra acidentes. A contribuição do INSS do doméstico pode ser descontada de seu salário.

# Ministro do STF autoriza flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal

## Alexandre de Moraes autorizou governo a criar despesas sem apontar origem da receita para combate à crise do coronavírus



Alexandre de Moraes  
Ministro do Supremo Tribunal Federal

**BRASÍLIA** O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, liberou o uso de regras fiscais mais flexíveis para o combate ao coronavírus e para a proteção da população afetada pela crise. O ministro autorizou o governo a criar despesas para enfrentar a pandemia sem apontar a origem das receitas.

Morões atendeu a um pedido da AGU (Advocacia Geral da União), que afirmava que as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias poderiam prejudicar, agora, a garantia do direito à saúde.

Moções também se aplica a estados e municípios que decretaram estado de calamidade pública.

Governos ainda poderão seguir regras mais flexíveis no socorro a empresas, na cobertura da população mais vulnerável e na proteção do mercado de trabalho.

O ministro argumentou que a pandemia "representa uma condição superveniente absolutamente imprevisível e de consequências gravíssimas, que afetará drasticamente a execução orçamentária, o que tornaria impossível o cumprimento de determinadas requisitos legais".

A decisão deve abrir caminho para a apresentação de novas medidas para tentar preservar empregos durante a pandemia. O governo hesitava em anunciar esses programas antes de uma decisão do STF para afrouxar as regras fiscais.

A LRF e a LDO exigem que o governo mostre como vai custear novas despesas, prevendo receitas para bancar os gastos a serem criados.

Com a queda da atividade econômica provocada pelas medidas de contenção da transmissão do vírus, o prognóstico é de baixa na arrecadação e de alta nas despesas.

Um exemplo é a proposta do ministro Paulo Guedes (Economia) para que patrões possam reduzir a jornada e salário do funcionário, mas garantindo que os cofres públicos continuem a render o empregado. A ideia é tentar evitar demissões durante a crise.

A medida, portanto, tem impacto nas contas públicas. Uma parte da equipe econômica tinha receio de lançar esse plano sem a certeza de cumprimento das regras.

Por isso, a AGU acionou o STF na noite de quinta-feira (27) com um questionamento sobre as leis fiscais. O pedido era para que programas de estímulo econômico e de proteção social pudessem ser adotados durante a pandemia sem que a compensação orçamentária (previsto de receita) fosse obrigatória.

Para ter segurança jurídica, a equipe econômica preferia esperar o posicionamento do STF sobre o caso e, então, apresentar oficialmente medidas trabalhistas, já anunciadas. Isso, contudo, não era unanimidade. Alguns técnicos defenderam que o programa contra demissões em massa já poderia entrar em vigor.

O plano seria colocado em prática por medida provisória. Assim, a flexibilização das regras trabalhistas passaria a valer logo após a publicação do texto, mas a proposta precisará do aval do Congresso em até 120 dias para não perder a validade.

A MP que permite o corte de jornada e de salários na iniciativa privada e a compensação de renda a ser paga pelo governo deverá representar um custo maior que o estimado inicialmente, de R\$ 36 bilhões.

Até quinta, o modelo em estudo previa uma compensação maior às remunerações mais baixas e a garantia de pagamento próximo ao integral para quem ganha até três salários mínimos (R\$ 3.135). Mas o núcleo político do governo defende que o limite seja mais alto. O Ministério da Economia estudia o pedido.

As mudanças trabalhistas são aguardadas por empregados que pressionam o governo por medidas de alívio de custo imediato diante da forte queda no consumo com a expansão dos casos confirmados da Covid-19.

No último dia 22, foi editada a pressuposta MP que flexibiliza regras para férias, banco de horas e trabalho à distância. Técnicos temiam que, já na segunda (23), ocorresse uma demissão em massa se o governo não visse.

A primeira versão do texto também previa que patrões poderiam suspender contratos de trabalho por até quatro meses, mas não deixava claro que o trabalhador temporariamente dispensado teria uma contrapartida da empresa ou do governo.

Diante da repercussão negativa, o presidente Jair Bolsonaro teve que derubar esse trecho até que a medida estivesse integralmente em vigor.

Atrapalhado foi causado por falhas no time de Guedes. A equipe responsável pela MP com medidas de impacto fiscal (que eviam gastos) ainda não havia concluído a proposta — também por causa de preocupações jurídicas.

Por causa do coronavírus, o Congresso aprovou o pedido de Bolsonaro, reconhecendo estado de calamidade pública.

Assim, o governo fica desobrigado a cumprir a meta de resultado primário (diferença entre receitas e despesas, sem contar os gastos com juros da dívida pública) deste ano.

Mas técnicos do Ministério da Economia têm dúvidas sobre a regra de compensação orçamentária. A ideia é que a segunda MP trabalhista seja oficializada assim que o STF se posicionar sobre o pedido da AGU pela suspensão da norma durante a pandemia.

## Déficit primário passa de R\$ 300 bi neste ano com pandemia, afirma secretário do Tesouro

Fábio Pupo



**BRASÍLIA** O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, diz que o déficit primário em 2020 vai passar a marca de R\$ 300 bilhões. O cálculo considera as medidas já anunciadas para mitigar a crise causada pelo novo coronavírus, que já passaram de R\$ 100 bilões em impacto fiscal.

"Do ponto de vista de aumento de despesa primária, já estamos falando de um déficit primário que com certeza vai passar de R\$ 300 bilhões, vai superar 4% do PIB. É bastante expressivo, então o que está sendo feito [de medidas] está dentro das possibilidades", disse a investidores neste sábado (28).

Até a última semana, técnicos do governo calculavam que o déficit se aproximaria de R\$ 200 bilhões com as medidas até então anunciadas.

Com a nova previsão, o rubro nas contas públicas deve ser mais do que o dobro do previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que era de R\$ 143,4 bilhões para o governo central. Mas o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso livra o Execu-

vo de cumprir o limite.

Sem essa obrigação, diferentes despesas que seriam contingenciadas para cumprir a meta agora ficam liberadas (o que já faria o déficit ficar maior que os R\$ 124,1 bilhões). Somam-se a isso os R\$ 100 bilhões das medidas com impacto fiscal anunciadas para combater a crise econômica do vírus.

Embora o ministro Paulo Guedes (Economia) mencione que o pacote alcance R\$ 700 bilhões, a maior parte dessas medidas considera ações sem impacto fiscal, como as voltadas a crédito e antecipação de pagamentos já previstos.

A lista de medidas com impacto para o Tesouro tem, por exemplo, reforço do Bolsa Família (R\$ 3 bilhões), transição de renda para informais por três meses (ao menos R\$ 45 bilhões), pagamento de seguro-desemprego a quem tiver redução salarial (Mansueto prevê ao menos R\$ 30 bilhões) e financiamento do INDES para empresas bancarem salários (impacto de R\$ 34 bilhões para o Tesouro).

Como o aumento do déficit faria crescer o endividamento público, Mansueto defende cautela na elaboração das políticas.

"Não podemos exagerar na dose do remédio neste ano e comprometer os próximos. Tem uma conta a ser paga depois e todos nós, como sociedade, vamos ter que pagar — e alguns mais do que outros".

Mesmo assim, ele afirma que as políticas de assistência, principalmente aos mais vulneráveis, terão de ser feitas, independentemente de questões de Orçamento. "E temos que fazer o ajuste fiscal no próximo ano", disse, defendendo que as medidas tenham caráter transitório e durem somente até dezembro.

O secretário acabou demonstrando ceticismo no andamento das reformas administrativa e tributária neste momento, mas disse que a PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que controla gastos públicos, tem cada dia mais chances de ser aprovada.

Mansueto rechaçou comparações do pacote do Ministério da Economia com outros socorros anunciados por países como os Estados Unidos. Em sua visão, o Brasil conta hoje com um sistema de assistência social mais amplo.

# Desafio do BC é fazer R\$ 1,2 tri sair dos bancos para empresas e famílias

### Plano é o maior da história, mas instituições financeiras temem assumir risco de calote com recessão

Larissa Garcia e Eduardo Cuccolo

**BRASÍLIA E SÃO PAULO** Depois de anunciar um pacote de medidas que deu às instituições financeiras a possibilidade de injetar até R\$ 1,2 trilhão na economia, em meio à pandemia do Covid-19, o BC (Banco Central) tem agora o desafio de fazer com que o dinheiro chegue às empresas e famílias.

Na última segunda-feira (23), a autoridade monetária anunciou o maior plano de liberação de recursos da história. Também foram anunciadas mudanças que liberaram parte do capital dessas instituições para aumentar os empréstimos nesse setor.

Mais liquidez — oferta de dinheiro no mercado financeiro — porém, não é suficiente para assegurar que os bancos emprestem o dinheiro.

Parte do dinheiro já está liberado para os bancos, como no caso da redução dos compulsórios, mas não há obrigação de usá-lo para crédito. Outras medidas vão depender da disposição das instituições financeiras de pegar dinheiro emprestado no BC e de, mais uma vez, fornecer crédito para empresas e famílias.

Para vários economistas, em um cenário de incerteza sobre a duração do isolamento e da interrupção do fluxo de caixa das companhias, é difícil convencer os bancos a emprestar a taxas baixas. Por isso, cresceu a discussão sobre a necessidade de o governo federal entrar como garantidor das operações, assumindo integralmente ou ao menos em parte do risco de calote.

No sábado (29), o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que boa parte do dinheiro liberado estava "empocada" nos bancos. Eles estariam com medo de fazer empréstimos a empresas que estão com problema de fluxo de caixa por conta das paralisações, segundo o ministro.

Esso motivou o BC a anunciar outra medida na sexta-feira (27). Em conjunto com o Ministério da Economia e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), criou uma linha emergencial de R\$ 40 bilhões para financiar dois meses de folha de pagamento de empresas que faturam de R\$ 360 mil a R\$ 1,2 milhões por ano.

Nesse caso, o governo entrará com 85% dos recursos. Os bancos colocam 15%. O risco de calote é dividido na mesma proporção (85%/15%). O custo para a empresa é igual à taxa básica (5,75% ao ano), sem "spread" para os bancos, com carência de seis meses para pagar e em 36 parcelas.

## Veja como o BC agiu no combate da Covid-19

O BC tem diferentes instrumentos para liberar recursos às instituições financeiras. Nos últimos dias, adotou duas frentes

### 1. MEDIDAS DE LIQUIDEZ

Permitem aos bancos obterem mais dinheiro, a um custo menor, que eventualmente pode ser usado para empréstimos



**Redução de compulsório e LCR**  
Em fevereiro, o BC reduziu a alíquota do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo de 11% para 25%. Em março, reduziu para 17%. Também alterou a parcela dos compulsórios que contabilizam no Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR). Com isso, os bancos têm mais dinheiro que podem emprestar.

**Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE)**  
Opção de captação de recursos acessível a todas as instituições financeiras que fazem parte do FGC (Fundo Garantidor de Créditos). Valerá até o início de 2022. Valor pode chegar ao tamanho do patrimônio líquido do banco, limitado a R\$ 2 bilhões por instituição, com garantia do FGC. É uma nova versão do DPGE, criado na crise financeira global de 2008. Agora, pessoas físicas também poderão aplicar no título.

**Flexibilização nas LCA (Letras de Crédito do Agronegócio)**  
O BC modificou o cálculo dos recursos captados em LCAs para aumentar a liquidez de bancos pequenos e médios. Não há mais direcionamento desses títulos a agronegócio para instituições com patrimônio de até R\$ 5 bilhões, ou seja, dá liberdade aos bancos para emprestar esses recursos a preço de mercado.

### O QUE É:

**Liquidez**  
É facilidade com que um ativo financeiro pode ser convertido em dinheiro. Quanto mais dinheiro há no sistema financeiro, mais rápida é essa troca. Se não há liquidez, o mercado tende a se contrair.

**Depósitos compulsórios**  
Na prática, quando uma pessoa investe dinheiro em um banco comercial (por meio de CDB, por exemplo), a quantia fica disponível para que o banco a empreste a outro cliente. Assim, o banco precisa depositar uma parcela (%) desse valor no BC como forma de um seguro, para diminuir a alavancagem — ou seja, que esse dinheiro seja emprestado indiscriminadamente. Reduzindo essa fração, o BC aumenta a capacidade do banco de fazer novos financiamentos.

**Liberação de capital**  
É um instrumento de regulação bancária criado depois da crise financeira de 2008. O BC exige que as instituições financeiras tenham um percentual mínimo de patrimônio para garantir recursos durante uma eventual crise. Ao diminuir essa parcela, a autoridade monetária permite que os recursos fiquem livres para serem utilizados.

Total R\$ 1,157 tri

### 2. MEDIDAS DE LIBERAÇÃO DE CAPITAL

Permitem que os bancos emprestem mais com o mesmo nível de patrimônio

R\$ 637 bi

**Redução do AACP (Adicional de Conservação de Capital Principal)**  
O AACP é a exigência de adicional de capital no patrimônio dos bancos firmado no acordo de Basileia 3 e funciona como um colchão a ser utilizada em momentos adversos. Em tempos de normalidade, os bancos devem formar esse seguro para utilizarem em situações de turbulência. O BC diminui o percentual de 2,5% para 1,25% por um ano.

Neste domingo (29), Bradesco, Itaú e Santander fizeram anúncio conjunto dizendo que têm quase 300 mil empresas com esse perfil de faturamento como clientes e que eles, desde que tenham folha de pagamento e dívidas em dia em um dos três bancos, poderão ter acesso à linha.

Como forma de tentar destinar mais recursos, o gover-

no também irá propor ao Congresso uma alteração na Constituição para autorizar o BC a comprar diretamente crédito públicos e privados, algo que é feito pelos bancos centrais de países desenvolvidos.

Essa seria uma forma de fazer o dinheiro chegar às empresas sem que os bancos tenham de arcar com riscos.

Aproposta para que o gover-

**"Over hedge" de investimentos em participações no exterior**  
Os bancos deixam de ser obrigados a deduzir do seu capital os efeitos tributários das operações de hedge (mecanismo de proteção contra a variação cambial) em investimentos com participação no exterior.

Fonte: Banco Central e Contribuição Fiscal Independente

no federal atua como garantidor de empréstimos bancários, assumindo o risco de inadimplência, para fazer com que as medidas anunciadas se traduzam em mais crédito às foram defendidas em artigos publicados na Folha por vários economistas. Entre eles, o ex-presidente do BC Arminio Fraga e o ex-ministro da Fazenda no governo Dilma Rousseff Nelson Barbosa.

"[O governo] poderia criar uma garantia dentro das linhas de liquidez do BC. O banco empresta o dinheiro para as empresas, mas, se ela não pagar, não cria um problema nas instituições financeiras", afirma Luis Miguel Santacrua, analista do setor bancário da agência de classificação de risco Austin Ratings.

**R\$ 520 bi**

Sobre o financiamento da folha de pagamento, ele diz que o risco do banco foi reduzido a 15%, mas lembrou que a medida só beneficia pequenas e médias empresas e que muitas outras ficam de fora.

Para Ettore Sanchez, economista chefe da Ativa Investimentos, a injeção de liquidez foi necessária para que o setor financeiro não fosse contaminado pela crise.

"Resolve um possível risco sistêmico imediato. Assim, setores que continuam bem mesmo com o lockdown [quarentena], como telefonia, também seriam prejudicados caso faltasse recursos nos bancos", frisa. "Injeção de capital, poder gerar crédito, mas com contração da demanda é difícil", avalia.

**enel** COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA ENEL DISTRIBUIÇÃO RIO 2020

A Enel Distribuição São Paulo - ENEL comunica, com base na Lei 9.301 de 24/07/2000 e sua Audição Pública do Programa de Eficiência Energética 2020, segundo o procedimento do Programa de Eficiência Energética - PROPEE, aprovado pela Resolução Normativa do ANEEL nº 630 de 05/11/2018, a Audiência Pública tem o propósito de dar conhecimento e obter subsídios e sugestões para formulação do Programa de Eficiência Energética da Enel Distribuição São Paulo. As contribuições podem ser enviadas através de correspondência eletrônica, à Área de Projetos do Departamento de Regulação, localizada na Av. Dr. Marcos Perceval de Lencastre, 3059, 5º andar, Jandira - Barueri - SP - CEP: 06460-040, ou por e-mail eletrônico para [criad@enel.com.br](mailto:criad@enel.com.br).

Para maiores informações e/ou contribuições sobre o referido programa, consultar o site [www.ppeee.com.br](http://www.ppeee.com.br) ou seu link específico.

**COGNA EDUCAÇÃO S.A.**  
CNPJ nº 09.000.000/0001-48 - NIRE 33.000.000/0001-01

**AVISO AOS ACIONÁRIOS**

**Cogna Educação S.A. - "Cogna"** comunica aos seus acionistas que os resultados anuais serão divulgados em 12 de maio de 2020, no site [www.cogna.com.br](http://www.cogna.com.br), e em uma reunião com investidores em 13 de maio de 2020, às 10h00, no endereço: Rua do Comércio, 100 - Jd. São Paulo - São Paulo - SP - CEP: 05404-000. Para maiores informações, consulte o site [www.cogna.com.br](http://www.cogna.com.br).

**ALIANÇA SONEAE**  
CNPJ nº 09.000.000/0001-48 - NIRE 33.000.000/0001-01

**AVISO AOS ACIONÁRIOS**

**Aliança Soneae S.A. - "Aliança"** comunica aos seus acionistas que os resultados anuais serão divulgados em 12 de maio de 2020, no site [www.alianca.com.br](http://www.alianca.com.br), e em uma reunião com investidores em 13 de maio de 2020, às 10h00, no endereço: Rua do Comércio, 100 - Jd. São Paulo - São Paulo - SP - CEP: 05404-000. Para maiores informações, consulte o site [www.alianca.com.br](http://www.alianca.com.br).

**ALIANÇA SONEAE**  
CNPJ nº 09.000.000/0001-48 - NIRE 33.000.000/0001-01

**AVISO AOS ACIONÁRIOS**

**Aliança Soneae S.A. - "Aliança"** comunica aos seus acionistas que os resultados anuais serão divulgados em 12 de maio de 2020, no site [www.alianca.com.br](http://www.alianca.com.br), e em uma reunião com investidores em 13 de maio de 2020, às 10h00, no endereço: Rua do Comércio, 100 - Jd. São Paulo - São Paulo - SP - CEP: 05404-000. Para maiores informações, consulte o site [www.alianca.com.br](http://www.alianca.com.br).

# poder coronavírus

PAINEL | **Camila Mattoso**  
paineir@grupofolha.com.br

## Pare agora

Garota propaganda de uma campanha lançada pelo governo há duas semanas sobre coronavírus, a médica e professora Ana Escobar diz que é contra a nova linha defendida pelo presidente Jair Bolsonaro, de ignorar a importância da quarentena. "O Brasil tem que parar. O mundo está dentro de casa e nós temos que ficar também. É essencial". A primeira ação, "Juntos somos mais fortes", passava instruções para lavar as mãos e falava em combater as fake news para enfrentar a epidemia.

**MESMO BARCO** "Não me sinto enganada. Sinto que todos estamos sendo enganados por um presidente que não dá valor à vida", diz a médica sobre a campanha defendida agora por Bolsonaro, cujo slogan é "O Brasil não pode parar".

**CATEGORIA** O chef Carlos Bettolazzi, que também fez parte da primeira ação, diz não ter informações para comentar a nova posição, mas que fechou seu restaurante e antes das determinações do poder público e só reabrirá quando achar seguro. "A posição é mais de cautela e tomada de decisão em conjunto com os demais restaurantes", diz.

**OKAY, PESSOAL** Já Otávio Mesquita, apresentador de TV que também estrelou a propaganda, diz que emprestaria mais uma vez seu rosto para a divulgação das novas diretrizes do governo federal.

**SEM VINTÉM** "Tem que tomar cuidado, mas a OMS pensa nos países que são bilionários. Os Estados Unidos têm trilhões, a Alemanha tem ouro. Se tivéssemos o dinheiro dos Estados Unidos, eu também faria para todo mundo ficar em casa", afirma.

**QUEIMOU...** O vídeo da campanha "O Brasil não pode parar" faz uso irregular da imagem de uma mulher mesendo em caixa de tomates em Itaquaquecetuba, no Rio de Janeiro. A fotografia é de 2018 e faz parte do acervo do conhecido banco de imagens Shutterstock.

**...O FILME** Em seus termos de uso, o Shutterstock proíbe expressamente o uso de suas imagens "em um contexto político, como a promoção, propaganda ou o endosso de qualquer partido, candidato ou político eleito, ou em conexão com qualquer política ou ponto de vista político".

**OUTRO LADO** Procurada, a Secretária de Comunicação de Bolsonaro não comentou. O governo diz ter sido uma campanha experimental, a custo zero, sem avaliação e aprovação da Secom.

## TIROTEIO

“ Não podemos e não vamos parar o país. Vamos ficar sem comida e gasolina? Estamos cuidando mais uns dos outros na crise

de Otávio Mesquita, apresentador de TV, sobre a campanha "O Brasil não pode parar", que estimula a volta da circulação de pessoas nas ruas

com Mariana Carneiro e Guilherme Seto

GRUPO FOLHA  
**FOLHA DE S. PAULO** ★ ★ ★  
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliares | 01202-900 | (11) 3224-3222

Atendimento ao assinante  
(11) 3224-3090 | 0800-775-0800

Ombudsman  
ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Assine a Folha  
assine.folha.com.br | 0800-015-8000

### Jornal Filado no FIC

Criação da página em dezembro de 2019, impressões digitais (FIC)  
Folhas estão no site da Folha em 29 de Mar 2020 (Google Analytics)  
Verbetes listados no site da Folha em 29 de Mar 2020 (Google Analytics)

Assinatura convencional à vista com entrega domiciliar diária		Carga tributária 2020	
MG, PR, RJ, SP	R\$ 3,50	ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 3,50
DF, SC	R\$ 3,50	AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 3,50
MS, AC	R\$ 3,50	AP, MA, PI, RR, RN	R\$ 3,50
PA, PB	R\$ 3,50	AM, CE, DF, ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 3,50
PR, RJ, SP	R\$ 3,50	AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 3,50
DF, SC	R\$ 3,50	AP, MA, PI, RR, RN	R\$ 3,50
MS, AC	R\$ 3,50	AM, CE, DF, ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 3,50
PA, PB	R\$ 3,50	AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 3,50
PR, RJ, SP	R\$ 3,50	AP, MA, PI, RR, RN	R\$ 3,50
DF, SC	R\$ 3,50	AM, CE, DF, ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 3,50
MS, AC	R\$ 3,50	AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 3,50
PA, PB	R\$ 3,50	AP, MA, PI, RR, RN	R\$ 3,50

# Hamilton Mourão

## Há falta de coordenação das ações de combate ao coronavírus no final

Para o vice-presidente, autoridades do país devem deixar individualismo de lado e buscar consenso na pandemia

### ENTREVISTA

Leandro Colon e Gustavo Uribe

**BRASÍLIA** O vice presidente, general Hamilton Mourão, 66, diz que é hora de as autoridades deixarem o individualismo de lado no combate ao coronavírus no Brasil e defende um consenso frente à pandemia.

"O fulano está pensando só nisso porque é de direita e o outro só aquilo porque é de esquerda. Não, nós temos de buscar um meio termo e a igualdade", disse. "Acho que está havendo uma falta de coordenação das ações no final", declarou sobre a crise entre os governadores e o presidente Jair Bolsonaro.

O general recebeu a Folha em seu gabinete no Palácio do Planalto na sexta-feira (27). Segundo ele, é preciso encontrar um modelo de isolamento que não seja "oitocenta e quatro".

Questionado sobre a decisão de Bolsonaro de não mostrar o exame negativo para o vírus, respondeu: "Acho que tem de confiar na palavra do presidente. Seria o pior dos mundos o presidente chegar e declarar que testou e deu negativo e depois aparecer que deu positivo".

**O coronavírus é uma doença séria ou uma gripezinha?** Ele [o vírus] é sério. O presidente, quando fala de gripezinha, é o linguajar dele. Busca passar certo grau de confiança para a população. Aí a turma fica com raiva e quer falar na linguagem dele.

**O senhor falou que o presidente foi mal interpretado no pronunciamento de terça (24). Ele não é irresponsável em falar em gripezinha, resfriadinho, pedir todos na rua, atacar a mídia?** Sobre a questão da brigada presidencial com a mídia e da mídia com o presidente, já houve um momento em que deixei de haver a crítica, sinceramente. Às vezes, vejo jornalistas renomados falando, principalmente na televisão, com raiva. Pelo amor de Deus, não vamos ter raiva.

**Como o senhor avalia o papel da mídia na cobertura da pandemia?** A mídia está fazendo o papel dela e está informando.

**Por que o senhor diz que o presidente foi mal interpretado?** Porque ele quis explicar as consequências de um "lockdown" drástico e o que ia acontecer na economia. Então o apresentador aqueceu a preocupação.

**O presidente não deveria ser mais cuidadoso em suas falas?** O presidente tem o jeito dele. Sou vice-presidente do Jair Bolsonaro. Ando na ala dele. Não estou aqui para dizer: "Presidente, muda seu jeito de ser". Não adianta. Ele tem 65 anos.

**Bolsonaro foi questionado sobre a avaliação feita pelo senhor do pronunciamento e respondeu que o presidente é cético. O senhor se incomodou?** Em absoluto, ele é



Mourão em entrevista à Folha na última sexta (27). Roberto Carlini/Vice-Preidência

### Hamilton Mourão, 66

General quatro estrelas da reserva, formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras. Cumpriu missão de paz em Angola, atuou como adido militar na Embaixada do Brasil na Venezuela e foi comandante militar do Sul. Em 2018, filiou-se ao PRTB e ingressou na carreira política.

o presidente. Falo isso para ele sempre.

**O pronunciamento foi discutido com os filhos do presidente. Não incomoda à ala militar a participação deles em reuniões no Planalto sobre a crise?** O Carlos é vereador, não tem nenhuma atribuição federal. É uma família unida, que atravessou problemas ao longo de sua evolução do núcleo familiar e o presidente tem muita confiança nas opiniões deles.

**Mas o Carlos sentou à mesa de reunião...** Sentou, mas não abriu a boca. Ele sabe também que não vai abrir a boca porque não tem nenhum papel no governo.

**Como tem se protegido contra a doença? Chegou a realizar o teste?** Não fiz o teste porque não tenho sintoma. Estou cumprindo o protocolo do Ministério da Saúde: se tem algum sintoma, faz o teste. Não vou gastar teste comigo se não tenho sintoma.

**O presidente não deveria, como fizeram outras autoridades, mostrar o teste dele que diz ter dado negativo, já que é informação de interesse nacional?** Acho que tem de confiar na palavra do presidente. Porque aí seria uma coisa muito, vamos dizer assim, acho que seria o pior dos mundos o presidente chegar e declarar que testou e deu negativo e depois de alguma maneira aparecer o teste dizendo que deu positivo. Isso aí, para mim, seria o pior dos mundos. Parto do princípio, e isso é uma coisa que é muito cara para nós que vivemos do meio militar, a questão que sua palavra tem

fé de ofício. A gente só trabalha no meio militar assim. Se eu falei A, é porque é A. A partir do momento em que vou estabelecer uma desconfiança com o subordinado ou com um superior, morro o relacionamento. Acho que, se o presidente disse que deu negativo, OK. Deu negativo.

**O senhor mostraria se estivesse no lugar dele?** Acho que é inócuo. A minha palavra vale.

**A crise criou um tensionamento maior na relação entre Executivo e Legislativo, pedidos de impeachment. O governo passa pelo seu pior momento?** O relacionamento sempre se pautou de forma distinta de governos anteriores. O governo nunca construiu base. Então tem havido essa ruína e fricção. Aí é óbvio que, agora, nessa questão do coronavírus, todo mundo quer ter seu protagonismo e apresentar-se como "bom, eu fui o cara que contribuiu para a solução". Aí, tem de deixar um pouco o individualismo de lado e buscar mais uma vez construir o consenso.

**O governo lançou uma campanha publicitária "O Brasil não pode parar". O senhor concorda?** Concordo que o Brasil não pode parar. Talvez agora chegue o momento de, em uma conversa entre a área técnica da medicina e a econômica, buscar posição onde determinadas atividades possam de forma progressiva retomar. Temos um temor de que muita gente de desempregada e subempregada de uma hora para a outra fique sem recurso.

**Não chegamos ainda ao pico**

da doença. Neste momento o que é mais importante: proteger a população ou não prejudicar a atividade econômica? A questão está mal colocada porque está muito no oitavo ou oitenta. Não é oitavo ou oitenta. Uma coisa é certa: temos de proteger a população. Em nenhum momento o governo deixou de destacar isso. Mas é óbvio que as características do Brasil são diferentes das de outros países. E isso não pode ser discutido com paisão política. Esse é o problema. O fulano está pensando só nisso porque é de direita e o outro só aquilo porque é de esquerda. Nós temos de buscar um meio-termo e a igualdade.

A paixão política está nos dois lados, não? Como o senhor viu na discussão do presidente como governador João Dória (São Paulo). Essa paixão também não tem que ser reduzida pelo próprio presidente? O presidente é atacado diariamente. É um conjunto do sistema político dentro do país onde todo mundo coloca que ele está totalmente errado e é um toco. Não é isso. Ele tem a visão dele e se expressa, vamos colocar assim, de forma clara.

Por que o senhor balançou a cabeça em sinal negativo durante o bate boca entre Bolsonaro e Dória? Eu considere que era totalmente inoportuna aquela discussão. Considerei inoportuno o governador se aproveitar ali para fazer crítica ao presidente. Crítica abertamente pela imprensa, mas naquele momento, frente a frente, ele sabia que haveria uma reação. É óbvio que o presidente reage da maneira que ele sabe fazer.

Esse clima de beligerância está prejudicando o enfrenta-

mento da doença? Acho que está havendo uma falta de coordenação das ações no final. Vamos lembrar que somos uma federação. Aquilo que é do município é do município. Se extrapola o município, aí é do estado. Se extrapola do estado, é da União. Nossos governadores têm de entender os limites e buscar uma coordenação com o governo federal.

Pela sua experiência na área militar, qual é a melhor forma de combater a pandemia? São três coisas. Primeiro, tem de ter planejamento centralizado e determinar objetivos. E, a partir daí, na execução, ter clareza para todo mundo entender o que está sendo feito. Um trabalho de coordenação é paciente. Num estrutura militar, dou ordem e a turma obedece. Em uma estrutura política, isso não funciona desse jeito. A coordenação é muito mais no sistema do consenso, na busca do entendimento e na busca dos melhores propósitos.

Após recomendação do Ministério da Saúde, as pessoas se fecharam em casa. O presidente depois adotou o discurso defendendo apenas o isolamento do grupo de risco. O senhor é a favor disso? A questão do isolamento vertical tem uma lógica no momento em que se busca que as atividades econômicas voltem a funcionar. É óbvio que não é simples em um país das dimensões do Brasil, cinco países em um. Volta e meia vejo a turma comparar com a Holanda. Se somar Alagoas e Sergipe, dá uma Holanda. São países pequenos, com populações distintas.

O presidente defende a abertura das escolas. As crianças



vão para as escolas, voltam para casa, circulam na rua. Não é arriscado neste momento abri-las? Em áreas pobres, as crianças que vão à escola estão concentradas em casa e não têm acesso à alimentação que tinham na escola.

“  
A questão está mal colocada porque está muito no oitavo ou oitenta. Não é oitavo ou oitenta. Uma coisa é certa: temos de proteger a população. [...] O fulano está pensando só nisso porque é de direita e o outro só aquilo porque é de esquerda. Nós temos de buscar um meio-termo e a igualdade

de ser feito. Onde está concentrada a epidemia? Os outros que não estão tendo problema vamos deixar circular. Agora, pega cidades de 80 mil ou 100 mil habitantes. Basta impedir aglomeração. Não vai ter festa e balé.

Mas pequenas cidades têm muitas igrejas. O presidente liberou cultos. Não vai na contramão do desestímulo à aglomeração? Vai da sensibilidade de cada pessoa. Está liberada a igreja, mas preciso ir?

Os especialistas veem o isolamento social como principal medida. Não é ruim para a imagem do Brasil ir na contramão? A gente não sabe ainda como o vírus vai se comportar em um clima quente como o do Brasil. O ministério disse que vamos conviver com três epidemias. Todo ano temos o

problema da gripe, que mata velhinhos direito, e o da dengue. E ainda tem o coronavírus por fora. Quais mortes serão atribuídas ao coronavírus? Caso da senhora que faleceu em Goiás, era cardiopata, diabética, tinha insuficiência respiratória aguda, tinha tido dengue e ela morreu de coronavírus?

Sim, o coronavírus potencializa. A pessoa que tem problema respiratório, e o coronavírus é síndrome respiratória grave e ataca o pulmão de forma diferente da gripe.

A sensação é de que o governo está tentando transferir responsabilidade aos governadores e à mídia pela falta de eficiência na economia. O governo já colocou o pacote de R\$ 147 bilhões. Tem esse de mais R\$ 88 bilhões para estados e municípios. Está votando os famosos R\$ 600 para os autônomos.

Estamos chegando no dia 31 de março, data importante para as Forças Armadas. O senhor mesmo se envolveu em polêmicas sobre isso. Que mensagem deveria ser passada na data do golpe de 1964 em meio a essa crise? É um fato histórico, que pertence à história do Brasil e lá vai ficar. Não pode ser apagado com borracha. Então, eu acho que isso aí fica na história. E, em tempos de coronavírus, passará em branco.

A crise pode afetar a questão amazônica? Lógico, cadê o recurso? Está todo voltado para o coronavírus. Temos de nos preparar, porque vai terminar o coronavírus. Ai, quando acordar, está lá o problema na Amazônia.

INCLUI  
AUDIO LIVRO EM INGLÊS

COLEÇÃO FOLHA

## Contos e Fábulas Bilingues

★ ★ ★

**Eles se perderam no caminho de volta para casa. Mas acharam um jeito de ensinar inglês para o seu filho.**

Chegou mais um clássico da literatura infantil para seu filho ler e ouvir. Com esta edição bilingue e ilustrada de João e Maria, ele vai aprender novas palavras e expressões se divertindo com a história de dois irmãos que se perdem na floresta e encontram uma casa encantada feita de doces. Reviva e leia esse conto com o seu pequeno leitor, no quarto volume da Coleção Folha Contos e Fábulas Bilingues.

texto em português

texto em inglês

APENAS R\$19,90\* CADA LIVRO

JÁ NAS BANCAS

DOMINGO MARABOLLA

ASSINANTE:  
na compra da coleção completa,  
ganhe 4 livros e o frete!

Ligue (11) 3224 3090 (Grande São Paulo)  
ou 0800 775 8080 (outras localidades)

[folha.com.br/contosbilingues](http://folha.com.br/contosbilingues)

\*Preço e frete válidos para os Estados de SP, RJ, MG e PR. Para outras localidades, consulte [folha.com.br/contosbilingues](http://folha.com.br/contosbilingues).

**FOLHA**  
NÃO SE PRA NÃO LER



# Governadores reagem a campanha de Bolsonaro

O Globo · 28 março 2020

Em plena pandemia do coronavírus, a elaboração pelo governo Bolsonaro da campanha “O Brasil não pode parar” provocou forte reação no meio político. Governadores mantiveram as medidas de isolamento. O governador de São Paulo, João Doria, citou as políticas de contenção da pandemia adotadas em outros países e questionou: “O mundo inteiro está errado?”. A Frente Nacional de Prefeitos ameaçou recorrer à Justiça para responsabilizar o presidente por mortes. Na TV, Bolsonaro disse: “Alguns vão morrer? Vão morrer. Lamento”. Aliados do presidente relaxaram restrições em alguns estados e fizeram carreatas.

A elaboração pelo governo Jair Bolsonaro de uma campanha publicitária com o slogan “O Brasil não pode parar” em meio à pandemia do coronavírus gerou forte reação no meio político e os governos dos estados e cidades. A intenção das peças é reforçar o discurso do presidente contra o confinamento e a favor da reabertura do comércio e escolas, na contramão do recomendado pelas comunidade científica e adotado pelos estados durante a crise. Em resposta, governadores sinalizaram com a manutenção das regras de isolamento, e partidos políticos acionaram a Justiça para impedir a veiculação da propaganda. A Frente Nacional de Prefeitos reclamou de “posicionamento dúbio” do governo, e afirmou em nota que, se o governo não esclarecer o discurso, “não restará outra alternativa aos prefeitos se não recorrer à justiça brasileira com pedido de transferência ao Presidente da República das responsabilidades cíveis e criminais pelas ações locais de saúde e suas consequências”. Em São Paulo, João Doria destacou o fato de a adoção de quarentenas ter sido adotada em série por vários países no planeta e questionou: — Mais de 50 países estão em quarentena. É a pior crise de saúde no mundo. Quase metade da população do planeta está em casa. O mundo inteiro está errado? E o certo é o presidente Jair Bolsonaro?

“ATENTADO À VIDA”

O governador do Rio, Wilson Witzel, por sua vez, vai renovar o decreto que recomenda à população do Rio a ficar em casa. A medida será anunciada na próxima segunda-feira e valerá por 15 dias. Doria disse ainda ter sido ameaças de morte, que serão investigadas pela Polícia Civil de São Paulo, e não temer apoiadores ou os filhos do presidente.

— Não tenho medo de 01, 02, 03 e 04 — disse, referindo-se aos apelidos que o próprio presidente usa ao mencionar os filhos. Governadores do Nordeste afirmaram que a campanha publicitária do governo pode causar mortes. “Manifestamos nossa profunda indignação com a postura do governo federal, que (...) promove campanha de comunicação no sentido contrário (das recomendações médicas), estimulando, inclusive, carreatas por todo o país contra a quarentena. Este tipo de iniciativa representa um verdadeiro atentado à vida”, afirma um dos itens da carta. Bolsonaro, por sua vez, insistiu no tema e questionou os números de mortes pela Covid-19 divulgados pelo governo de São Paulo, citando a possibilidade de estados brasileiros fraudarem dados para fazer “uso político” da questão. —Não tô acreditando nesses núme-

ros de São Paulo — declarou, em entrevista à TV Bandeirantes. O presidente questionou também o número de mortos na Itália, citando um estudo, mas sem revelar a qual se referia. Mais tarde afirmou que 88% das mortes no país não se deviam à pandemia. O dado, porém, é que este percentual de pessoas que faleceram tinha alguma comorbidade antes de serem contaminadas pela Covid-19. Bolsonaro reconheceu que a pandemia provocará mortes, mas comparou a situação ao trânsito:

—Alguns vão morrer? Vão morrer. Lamento, lamento. Essa é a vida, essa é a realidade. Não podemos para a fábrica de automóveis porque tem 60 mil mortes no trânsito no ano.

#### NA JUSTIÇA

Partidos políticos de oposição decidiram procurar o Judiciário para impedir que a campanha publicitária vá ao ar. O PDT protocolou uma ação popular na primeira instância da Justiça Federal do DF. O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) articula medida similar, enquanto PT e PSOL e subprocuradores solicitaram procurador-geral da República, Augusto Aras, pedindo que ele acione o Supremo Tribunal Federal (STF). Ele, porém, que foi indicado por Bolsonaro, reiterou que deseja manter o Ministério Público “afastado de disputas partidárias”. Em nota, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) afirmou que o vídeo foi “produzido em caráter experimental”, “para possível uso nas redes sociais”, mas não chegou a ser aprovado nem veiculado em qualquer canal oficial do governo. O GLOBO apurou que a campanha já estava em produção antes mesmo do pronunciamento realizado por Bolsonaro na terça-feira. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou em uma conferência com cerca de mil empresários que o Brasil poderá seguir um caminho similar ao da Itália e da Espanha. —Do jeito das coisas estão indo, a gente corre o risco muito grande de que haja no Brasil o que está acontecendo na Itália, na Espanha e agora em Nova York. O governo Bolsonaro sofreu ontem um revés na Justiça. Como revelou o colunista Ancelmo Gois, a 1ª Vara Federal de Duque de Caxias (RJ) suspendeu a aplicação do decreto de Bolsonaro que incluiu igrejas e casas lotéricas como serviços essenciais e que, portanto, poderiam funcionar normalmente durante a quarentena. A Advocacia Geral da União (AGU) anunciou que irá recorrer.

(Silvia Amorim, Gustavo Maia, Daniel Gullino, Isabella Macedo, Aguirre Talento, Naira Trindade, André de Souza, Renata Mariz e Leandro Prazeres).

“É a pior crise de saúde no mundo. Quase metade da população do planeta está em casa. O mundo inteiro está errado? Eocertoéo presidente Jair Bolsonaro?”

João Doria

“Alguns vão morrer? Vão morrer. Lamento. Essa é a vida, é a realidade. Não podemos para a fábrica de carros porque tem 60 mil mortes no trânsito no ano.”

Jair Bolsonaro

# Governo financia R\$ 40 bilhões para folha de pequenas e médias empresas

Empréstimo cobre 2 meses de salário; analistas veem medida correta, mas ainda tímida

---

O Globo · 28 março 2020 · MANOEL VENTURA, GUSTAVO MAIA E THAIS ARBEX [economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br)

---

Para amenizar os efeitos do novo coronavírus na economia, o Banco Central anunciou a criação de uma linha de crédito de R\$ 40 bilhões para pequenas e médias empresas pagarem dois meses de folha salarial. A medida contempla companhias que faturam entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões anuais, com limite de dois salários mínimos para cada funcionário, cabendo à empresa arcar ou não com o complemento. Como forma de garantir o emprego, durante a vigência do financiamento não poderá haver demissões. A taxa de juros será de 3,75% ao ano, com seis meses de carência e três anos para a quitação da dívida. O governo enviará uma MP ao Congresso para acelerar o processo. Iniciativa foi bem recebida por empresários e economistas, mas especialistas alertam para a necessidade de o dinheiro chegar logo a quem está com o caixa vazio. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, chamou a medida de “tímida”. O ministro Paulo Guedes disse que o governo deve botar R\$ 700 bilhões na economia em três meses.

Um economista da Johns Hopkins University, diretor executivo do Instituto Fiscal Independente, disse que o governo anunciou ontem a criação de uma linha de crédito emergencial de R\$ 40 bilhões, subsidiada pelo Tesouro Nacional, voltada para pequenas e médias empresas, que usarão os recursos para pagar os salários dos funcionários durante dois meses, em meio à crise causada pelo novo coronavírus. Nesse período, não poderá haver demissões. O pagamento é limitado a dois salários mínimos, sendo opcional a complementação pela empresa. O financiamento estará disponível entre uma e duas semanas, afirmou o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. —O dinheiro vai direto para as folhas de pagamento, então a empresa fecha o contrato com o banco, mas o dinheiro vai cair direto no CPF do funcionário. A empresa fica só com a dívida —disse Campos Neto. A medida marca uma mudança na forma como o governo vem conduzindo a resposta econômica à pandemia da Covid-19. Até agora, o Ministério da Economia vinha tentando reduzir o tamanho da folha de pagamento e o número de trabalhadores. Mesmo a complementação dos salários não previa a manutenção integral dos vencimentos. —Toda a política do governo era voltada para gastar menos. Aqui está sendo exigido um cavalo de pau. Contra tudo que a equipe econômica queria fazer. É difícil aceitar uma mudança tão radical. Exige muito cuidado —afirmou Armando Castelar, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Já Monica de Bolle, economista da Johns Hopkins University, não vê grande mudança na ação do governo: — Foram pressionados. No começo foram de um preciosismo fiscal, como se o momento não fosse de absoluta emergência. Houve mudança, sim, mas muito tímida. Os ban-

cos privados vinham pressionando o governo a entrar como garantidor nas operações e adotar algum subsídio. Eles argumentam não poder emprestar porque as empresas não têm garantias para o crédito.

O dinheiro será emprestado pelos bancos privados. O anúncio foi feito com a presença do presidente Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto. A medida será válida para empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões. A linha de crédito será de R\$ 20 bilhões por mês, durante dois meses. Do total, 85% (ou R\$ 34 bilhões) serão subsidiados pelo Tesouro Nacional. A taxa de juros será de 3,75% ao ano, igual à taxa básica de juros da economia, a Selic. Segundo o BC, não haverá spread (diferença entre o custo de captação e o empréstimo).

#### TESOURO ASSUMIRÁ PERDAS

Será preciso encaminhar uma medida provisória (MP) ao Congresso para começar os empréstimos. Essa MP irá abrir um crédito extraordinário de R\$ 34 bilhões no Orçamento deste ano, criar um fundo operado pelo BNDES, supervisionado pelo Banco Central e com aporte de recursos do Tesouro. Os bancos complementarão o programa com R\$ 6 bilhões.

“No começo foram de um preciosismo fiscal, como se o momento não fosse de absoluta emergência. Houve mudança, sim, mas \_ muito tímida” Monica de Bolle,

Haverá carência de seis meses para iniciar o pagamento, e o prazo será de 36 meses. O contrato vai estipular que, nos dois meses de financiamento, a empresa não poderá demitir. Para Campos Neto, a estrutura do empréstimo vai desestimular cortes, já que a demissão custa cerca de três meses de salário, prazo maior que o do financiamento.

De acordo com o BC, o dinheiro vai financiar, no máximo, dois salários mínimos (R\$ 2.090) por trabalhador. Ou seja, quem ganha até esse limite manterá seu rendimento. Mas o teto do financiamento será de R\$ 2.090 mesmo para quem recebe acima desse valor. Caberá à empresa complementar o salário. A operação será feita pelo BNDES, mas o dinheiro será emprestado pelos bancos privados. —Essa operação conta com quatro participantes. Tesouro, BNDES, bancos privados e BC. O Tesouro aplica o subsídio e fica com as perdas e ganhos da operação. O BNDES opera os recursos do Tesouro, que vai passar aos bancos privados. Estes vão colocar 15%

do seu bolso. Quem para o banco privado — explicou o presidente do BNDES, Gustavo Montezano. O protagonismo do Congresso, principalmente depois de o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ter anunciado que o Parlamento aumentaria o voucher dos R\$ 200 proposto pelo governo para R\$ 500, levou o presidente Jair Bolsonaro a cobrar maior atuação da equipe econômica. A primeira providência foi patrocinar o aumento do voucher para R\$ 600.

#### AÇÃO POSITIVA, MAS TÍMIDA

A resistência do ministro da Economia, Paulo Guedes, em abrir o caixa vinha incomodando o Palácio do Planalto. Os técnicos da equipe econômica não estavam dispostos a abandonar o mantra “equilíbrio e responsabilidade fiscal”. Bolsonaro deixou claro que, neste momento, as decisões são políticas e que quem as toma é o presidente da República, disse uma fonte.

A medida foi bem recebida por empresários e economistas. Mas especialistas alertam que será preciso ver se, na prática, os recursos chegarão logo a quem está com o caixa vazio. — Falta uma visão mais estratégica, sistemática. Até agora estava se olhando a árvore, é preciso ver toda a floresta — afirmou Felipe Salto, do Instituto Fiscal Independente (IFI) do Senado, que considerou a medida correta, mas tímida. Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor de pesquisas

econômicas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), ressalta que as instituições financeiras estão reticentes em emprestar, devido à incerteza sobre a retomada da economia.

Em nota conjunta, os bancos informaram que as empresas que solicitarem os recursos passarão por análise. O governo não informou quando a linha de crédito será aberta nem deu detalhes sobre como obtê-la. A previsão é beneficiar 1,4 milhão de pequenas e médias empresas do país, no total de 12,2 milhões de trabalhadores. Colaboraram Cássia Almeida, Henrique Gomes Batista e João Sorima Neto

“Falta uma visão mais estratégica, sistemática. Até agora estava se olhando a árvore, é preciso ver toda a \_ floresta” Felipe Salto,

# SAÍDA PARA CRESCER

Para analistas, recuperação passa por Saúde, obras e renda mínima

O Globo · 29 março 2020 · HENRIQUE GOMES BATISTA E JOÃO SORIMA NETO [economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br)

Uma das frases mais ditas por economistas, empresários e investidores na atual crise do coronavírus é que “situações extremas exigem medidas extremas”. Para garantir um processo de retomada sustentada do crescimento após o fim da pandemia, muitos analistas internacionais argumentam que o mundo deveria implantar um novo Plano Marshall, iniciativa dos Estados Unidos para reconstruir a Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Para especialistas ouvidos pelo GLOBO, não há condições de o planeta replicar o que foi feito há mais de 70 anos. As soluções, desta vez, terão que ser caseiras. E o receituário brasileiro deve ser composto de investimentos públicos em saúde, infraestrutura e um sólido programa de renda mínima. Ainda é cedo para se ter contas exatas sobre quanto custará o pacote para vencer a pandemia e retomar a trilha do crescimento. Os primeiros cálculos apontam que o volume de dinheiro a ser gasto somente para enfrentar os problemas iniciais gerados pela pandemia deve atingir cerca de 10% do PIB, o conjunto de riquezas que o país consegue produzir durante um ano.



— É preciso um plano de transferência de renda equivalente a 10% do PIB, ou seja, mais de R\$ 700 bilhões, por 90 dias inicialmente, já que nossa referência da pandemia é a China e as coi-

sas começaram se recuperar lá depois desse prazo — diz o ex-presidente do BNDES Luiz Carlos Mendonça de Barros.

## RESERVAS INTERNACIONAIS

A lógica é primeiro cuidar da emergência médica, depois garantir a subsistência dos mais vulneráveis e tentar manter emprego, renda e empresas funcionando. Assim como é importante achatar a curva dos casos de coronavírus para evitar o colapso do sistema de saúde, são necessárias medidas para reduzir a curva da recessão que já está em curso, atendendo a população e facilitando uma recuperação mais célere no futuro. Monica de Bolle, da Johns Hopkins University, em Washington (EUA), defende um plano básico de uso dos recursos públicos. — Ampliar o SUS em R\$ 50 bilhões, colocar R\$ 30 bilhões para salvar micro e pequenas empresas, criar renda básica de R\$ 500 para 36 milhões de pessoas por um ano, a um custo de R\$ 216 bilhões, e ampliar em 50% o Bolsa Família, a um custo de R\$ 15 bilhões — resume a economista brasileira. Felipe Salto, do Instituto Fiscal Independente (IFI) do Senado, estima que o coronavírus deve causar uma

queda do PIB na casa de 4%, reduzindo a receita do governo federal em R\$ 120 bilhões. Com o aumento dos gastos necessários para bancar um pacote de recuperação, a necessidade de financiamento público do país no ano de 2020 pode bater os R\$ 600 bilhões. Mas ele vê um espaço para resolver parte deste problema: — Podemos vender US\$ 66,6 bilhões das reservas internacionais, pois é o que sobra acima no nível prudencial

estabelecido pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) com uma margem extra de 25%. Isso daria R\$ 333 bilhões, ampliando o espaço do endividamento do país —explica. Salto lembra que é preciso fazer com que os gastos extras de agora sejam temporários e não permanentes, uma preocupação de praticamente todos os economistas que sabem que, no day after da epidemia do coronavírus, o governo brasileiro terá que fazer um ajuste vigoroso de suas despesas para retomar, no futuro, uma trajetória de equilíbrio para as contas públicas.

## ESTRATÉGIA DO BNDES

Mauricio Lima, do centro de logística Ilos, acredita que um item básico do receituário de recuperação brasileira será o investimento em infraestrutura, o que permitiria um rápido crescimento dos empregos, ajudando a reduzir gargalos econômicos do país. Neste ponto, ressalta, o país tem um diferencial: enquanto o mundo desenvolvido tem pouca margem para investimentos, o Brasil tem um gap de infraestrutura de US\$ 1 trilhão. — E, em um segundo momento, investir fortemente em educação e inovação, para não perder oportunidades históricas — acrescenta. Igor Rocha, da Associação Brasileira das Indústrias de Base (Abdib), também defende que o país precisa, se for usar uma referência histórica, adotar um plano em linha com o New Deal, implantado pelo governo dos EUA para sair da Grande Depressão dos anos 1930. E, neste processo, a primeira coisa será reorganizar a atuação do Estado, para que o governo brasileiro tenha força para adotar, quando necessário, políticas anticíclicas, incluindo uma revisão da estratégia do BNDES, dos bancos estatais e dos investimentos públicos.

— No curtíssimo prazo, a medida é jogar muito dinheiro no Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), para fazer obras em estradas, enquanto novos projetos de infraestrutura, habitação e saneamento saem do papel. O aumento do peso do Estado na economia é outro efeito colateral apontado por alguns analistas como inevitável pós-coronavírus.

Por isso, Luiz Carlos Prado, da UFRJ, é contra projetos de redução de salários de servidores ou trabalhadores em geral.

— No pós-guerra, vimos mais proteção ao trabalho, não menos. Precisamos ampliar as ações sociais, seguir o modelo da Alemanha, não dos EUA. Usar instrumentos como o BNDES para direcionar a economia, especialmente em investimentos em transporte urbano e saneamento — diz Prado.

### MUDANÇAS TECNOLÓGICAS

Paulo Vicente, professor da Fundação Dom Cabral, acredita que a Covid-19 “deixou o rei nu”, ou seja, chegou em um momento de discussão sobre as profundas mudanças tecnológicas que têm transformado a sociedade. — Essa crise, com desemprego estrutural por causa da tecnologia, deve fazer com que o debate de uma renda universal, que existe desde 1950, ganhe força em todo o mundo — afirmou. — O governo não pode tentar salvar a economia pensando em recuperar o que havia antes, mas em direcionar o país para a indústria 4.0, para o conhecimento e a inovação. O ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero, que defende aplicar 10% do PIB no pacote de recuperação, acredita que a situação do país pré-coronavírus pode levar a uma mudança mais radical por parte do governo federal: — Antes do coronavírus chegar, já estávamos com 11,5 milhões de desempregados. Talvez esta crise tenha este impacto “positivo”, digamos, de mudar os parâmetros para que o governo atue mais fortemente pelo emprego — diz Ricupero, que atualmente é professor da Faap, em São Paulo. O professor e doutor em História Econômica do Insper Vinicius Müller afirma que, em um segundo momento, o governo deveria pensar em alocar recursos de forma a estimular polos de desenvolvimento em cidades médias, redimensionando o atendimento de saúde e de transporte públicos nessas localidades. Ex-secretário de Política Econômica no primeiro mandato do governo Lula, Marcos Lisboa avalia que o país está ficando mais pobre com a queda de renda das pessoas e precisa de um plano que faça a economia continuar funcionando minimamente.

— Não adianta baixar os juros, porque as pessoas não vão gastar. É preciso um grupo de técnicos da Economia, da Saúde, elaborando medidas que mantenham a oferta de bens e serviços, além de garantir renda aos mais pobres. É e preciso fazer com que esses recursos cheguem aos mais pobres — diz Lisboa, que atualmente preside o Insper.



# ‘Volta ao trabalho só com testes em massa’, afirma prêmio Nobel

Nobel de economia defende testagem em massa da população a cada uma ou duas semanas como única saída para retomar a atividade e evitar o colapso

O Globo · 29 março 2020 · RENNAN SETTI [rennan.setti@oglobo.com.br](mailto:rennan.setti@oglobo.com.br)

O Nobel de economia Paul Romer tem um plano de combate à crise do coronavírus que não tem nada a ver com pacotes de estímulo ou de planos trilionários de socorro, o professor da Universidade de Nova York defende um investimento concentrado na produção em larga escala de testes para o vírus e equipamentos de proteção. Em artigo publicado semana passada no New York Times, ele e o colega de Harvard, Alan Garber, defenderam que é preciso achar uma alternativa à quarentena total, porque ela levará à “morte da economia”. O artigo “Will our economy die from corona virus?” foi citado pelos críticos à quarentena como argumento para defender a abertura da economia. Segundo os autores, o desligamento econômico por algumas semanas é necessário, pois ajudará a salvar muitas vidas, mas é preciso ter melhores opções dentro de um mês, já que a economia não poderá ficar fechada por um ano, um ano e meio. A solução, dizem eles, é expandir maciçamente a capacidade de testagem da Covid-19, para que seja possível examinar parte importante da população a cada uma ou duas semanas. Seria a única maneira de permitir a retomada segura da economia, sem uma explosão de casos. O senhor defende uma abordagem diferente do isolamento total para a contenção de coronavírus. Quais as principais propostas?

Nossa ideia é que a única maneira segura de permitir que as pessoas voltem ao trabalho é promover testes em escala maciça e fornecer equipamentos de proteção em grandes quantidades à população. Se fizermos isso, não enfrentaremos a escolha terrível que enfrentamos agora, que é ou matar pessoas ou matar a economia. Levará algum tempo, um mês ou dois, para conseguirmos mais testes e equipamentos, mas significa que precisamos investir urgentemente nessas duas soluções.

Mas deve-se manter o bloqueio até que tenhamos testes suficientes?

Há um consenso de que podemos sobreviver a um desligamento econômico por algumas semanas e que isso ajudará a salvar muitas vidas. Então, essa é a coisa certa a se fazer por enquanto. Mas precisamos ter melhores opções dentro de um mês, porque não podemos manter a economia fechada por um ano, um ano e meio.

Em um país como os EUA, quantos testes seriam necessários, quanto isso custaria e em quanto tempo seria eficaz?

Devemos ter o objetivo de testar as pessoas com muita frequência, talvez até toda a população a cada duas ou mesmo uma semana. Quanto isso vai custar? Não sabemos, porque seria um novo investimento. Mas o que sabemos é que custaria muito, muitíssimo menos do que vamos gastar lidando com o desligamento econômico. Porque, se gastássemos US\$ 50 bilhões ou US\$

100 bilhões redimensionando os recursos para testar todo mundo a cada semana ou duas vezes equipamentos de proteção amplamente disponíveis, não estaríamos enfrentando esse custo multi trilionário danoso à economia.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) também recomenda testes em larga escala. Mas muitos governos simplesmente alegam que não há testes suficientes. Como poderiam resolver a falta de kits? Falta foco nisso?

É irracional. Levará um tempo para termos testes e equipamentos de proteção suficiente. Mas, se gastarmos US \$100 bilhões nisso hoje, poderemos ter o suficiente dentro de alguns meses. Mas os governos seguem apenas dizendo que não há kits para testar todo mundo. Isso é simplesmente absurdo. Eles precisam pensar: “Ok, se não temos agora e precisamos disso, o que devemos fazer para obtê-los?”

E o que eles deveriam fazer? Converter grande parte da indústria em fábricas de testes e equipamentos?

Sim, isso envolverá a conversão da capacidade produtiva existente para esse objetivo. Não será baratonem fácil, mas será muito mais barato do que deixarmos nossas economias entrarem em colapso.

O senhor está discutindo esse modelo com as autoridades?

As autoridades de todo o mundo estão muito distraídas, quase em pânico. É muito difícil fazer com que elas parem e pensem em um plano que pode funcionar nos próximos três meses. Estou fazendo o melhor que eu posso, mas é difícil ser ouvido. É bom pensar em três horizontes temporais. Hoje, os governos estão tão preocupados com o que fazer nas próximas duas semanas que não conseguem pensar no que fazer nos próximos três meses. Já do lado econômico, miramos próximos 18 meses e gastamos trilhões. Mas ninguém está pensando no que é preciso investir para, daqui a três meses, não estarmos na mesma situação de hoje, tendo que decidir entre duas opções terríveis.

No seu artigo, o senhor afirma que, se mantivermos a estratégia atual de distanciamento social extremo por 12 a 18 meses, quem morrerá será a economia. Muitos especialistas, porém, afirmam que uma quarentena total ocorrerá apenas por alguns meses, o suficiente para achatarmos a curva do vírus. Nesse caso, não é mais simples manter a estratégia do isolamento?

Aí é que está o problema. Usando a quarentena total, seja por duas semanas ou dois meses, quando a retiramos, o vírus volta a se espalhar rapidamente.

O senhor acha que a quarentena não resolverá o problema?

Não há nenhuma evidência sugerindo que um isolamento de semanas ou meses seguirá funcionando depois de ser relaxado. Os modelos sugerem que, quando relaxamos o isolamento, a epidemia volta a se desenvolver. O que Garber e eu propomos é algo que pode ser feito ao longo de 12, 18 ou 24 meses. Porque a realidade é que não podemos seguir de quarentena por um ano e tampouco podemos impor um isolamento total e depois simplesmente relaxá-lo, porque o vírus volta. Mas você pode fazer o que estamos propondo, investindo durante dois ou três meses.

O modelo que o senhor defende também seria adequado a um país como o Brasil, com milhões de pessoas vivendo em favelas e sistema de saúde precário?

Totalmente. Pode ser aplicado em qualquer lugar. Minha mensagem é: para conter o vírus, você precisa testar as pessoas com frequência e, em seguida, isolar aquelas contaminadas por al-

gumas semanas. Mas isso significa que você só precisa isolar as pessoas que dão positivo. O restante das pessoas poderá trabalhar, seguir suas vidas.

Mas testar grande parte da população com regularidade é factível em um país como a Índia, que tem 1,3 bilhão de pessoas hoje em quarentena?

Sim, com certeza. É mais barato fazer isso do que destruir a economia e manter as pessoas em casa.

Como o senhor avalia as medidas econômicas anunciadas até agora, como o pacote de estímulo aprovado nos EUA? O governo está desperdiçando dinheiro em vez de concentrar esforços na produção de testes e equipamentos de proteção?

Eu não diria que estão desperdiçando dinheiro. Eu diria apenas que estão oferecendo cuidados paliativos. Quando alguém está doente, você gasta dinheiro só para que elas e sintam melhor. Logo, cuidados paliativos são úteis. Mas as autoridades deveriam estar gastando também em um esforço para curar o doente. Infelizmente, não estão fazendo isso.

Seu trabalho foca os vínculos entre conhecimento, produtividade e crescimento. Hoje, as empresas passam por um experimento de “home office” em escala global. Essa crise tem o potencial de deixar algum legado positivo em termos de eficiência e digitalização dos negócios?

Qualquer efeito positivo dessa crise será minúsculo diante dos danos à economia, ao nosso sistema político e ao nosso tecido social. Não devemos nos enganar. Estamos enfrentando prejuízos extraordinários. Podemos minimizá-los e limitá-los se investirmos nos próximos três meses. Caso contrário, sofreremos todos uma enorme redução na nossa qualidade de vida.

# Contas podem ser adiadas, mas só em último caso

Medidas como suspensão de cortes ou adiamento de vencimentos tentam reduzir impacto do coronavírus no bolso

O Globo · 29 março 2020 · LUCIANA CASEMIRO E VITOR DA COSTA\* economia@oglobo.com.br

Acabeleireira Márcia Mendonça, de 44 anos, sócia de um salão de beleza no Flamengo, na Zona Sul do Rio, não sabe como vai pagar as contas que começarão a vencer nas próximas semanas. Com uma clientela majoritariamente idosa, ela diz que movimento do salão já havia caído 50% desde o início do mês por conta da pandemia de coronavírus. Com as portas fechadas desde o dia 21 e o marido, Carlos Augusto Ferreira, trabalhador autônomo, em casa há mais de uma semana, ela diz que terá de escolher que boletos quitar:



—A con taquem ais preocupada é o aluguel da casa. Não tenho como pagar este mês. Vou tentar negociar. Outras faturas, como ade luz, tentarei quitar, mas não tenho certeza se vou conseguir pagar todas. Desde que a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a pandemia, em 11 de março, e começa ramas determinações de isolamento social, governos, agênciareguladoras, órgãos de defesa do consumidor e empresas buscam formas de reduzir o impacto da crise sobre o orçamento de cidadãos como Márcia. Postegar vencimentos, flexibilizar renegociações de dívidas, dar descontos em mensalidades são algumas das alternativas. No entanto, es-

ses benefícios só devem ser usados em última instância, diz a economista Ione Amorim, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec): —Há uma questão de solidariedade, de quem pode pagar e deixar o recurso para aqueles que perderam renda, sem pressionar excessivamente o fornecedor. Além disso, adiar o pagamento quando se tem o recurso não é uma boa estratégia, pois essa cobrança virá mais tarde e as demais contas não vão parar de chegar. Confira as alternativas:

**Serviços essenciais No Rio, lei suspende cortes e multas**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) proibiu o corte na luz de clientes por 90 dias. Na última segunda-feira, dia 23, já havia sido editada no Rio lei estadual 8.769, proposta pela Defensoria Pública do estado, que proíbe a interrupção de serviços essenciais (que inclui, além de energia, água e esgoto e gás) por falta de pagamento. A lei estabelece ainda que não poderão incidir juros e multa sobre as contas em aberto nesse período.

**Telecomunicações Maior flexibilidade na negociação de débitos**

O Sindi Telebrasil —sindicato que representa as maiores operadoras—anunciou que as empresas de telefonia vão flexibilizar a cobrança para clientes que se encontrem em dificuldade, seja ampliando prazo e/ou isentando juros. Procuradas, Claro, Oi, TIM e Vivo ainda não sabiam informar quais seriam as medidas adotadas.

**Escolas Orientação é não pedir reembolso**

A interrupção das aulas presenciais tem suscitado discussões sobre redução de mensalidades escolares e até suspensão da cobrança. Já há instituições concedendo descontos e até um projeto de lei em debate na Alerj que quer obrigara redução das mensalidades em 30% enquanto durar o plano de contingência. Para Patrícia Cardoso, coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon) da Defensoria Pública do Rio, o melhor são negociações pessoais, visto que um desconto obrigatório pode inviabilizar algumas instituições. A Secretaria Nacional do Consumidor

recomendou que não se peça reembolso de mensalidade, visto que é possível a reposição de conteúdo ou a oferta de ensino à distância.

**Planos de saúde Pacientes internados não podem ser excluídos**

A lei prevê o cancelamento do plano de saúde em caso de inadimplência por mais de 60 dias consecutivos. Patrícia Cardoso, do Nudecon, ressalta, no entanto, que quem estiver internado, mesmo passados os 60 dias, não pode ser excluído: —Nesse cenário, o ideal seria ampliar esse prazo para 120, 180 dias. Como a regra está na lei, isso poderia ser feito por medida provisória. Consultada, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) afirmou que, na última terça-feira, recomendou que as operadoras evitassem rescindir contratos de inadimplentes durante a pandemia.

Disse ainda que prioriza, no momento, medidas para assegurar que todos os esforços do setor estejam voltados ao combate do coronavírus.

**Aluguel Negociação deve ser caso a caso**

O advogado Hamilton Quirino, especialista em direito imobiliário, diz que não há uma regra específica a ser aplicada às locações, diante dos efeitos econômicos da pandemia. Ele recomenda a negociação entre donos e inquilinos. Mesma orientação de Rafael Thomé, presidente da Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis (Abadi/ RJ). Thomé alerta ainda sobre a

importância de manter em dia as cotas do condomínio para garantir o pagamento dos funcionários, essenciais nesse período em que todos devem ficar em casa.

Dívidas com bancos Atenção às regras para postergação

Especialistas recomendam que os consumidores redobrem a atenção antes de acordar a prorrogação do pagamento de dívidas, por até 60 dias, com bancos, anunciada, dia 16, pela Febraban. É que em alguns casos isso significa mais juros e multa.

Cartão e cheque Juros de parcelamento ainda são altos

Apesar do anúncio de redução de juros do cheque especial e para parcelamento de fatura do cartão de crédito, Ione Amorim lembra que as taxas ainda representam, em média, mais de 130% ao ano. Portanto, o melhor é quitar o cartão e evitar o cheque especial. \*Estagiário, sob supervisão de Luciana Caseiro

# O Corona e a economia

O Globo · 29 março 2020 · GUSTAVO FRANCO economia@oglobo.com.br

Esta crise reúne as piores características de todas as anteriores: a insegurança que veio com o 09-11, a ansiedade com o HIV, o impacto econômico sistêmico de 2008, tudo isso junto com a turbulência financeira, que foi a tônica das crises dos anos 1990. Mas há singularidade. Esta crise não nos traz um problema cambial, o que não quer dizer que não vai ter agitação nesse mercado, sempre tem, e pode ser que tenha mais, mas o câmbio não é um tema importante dessa vez.



A inflação está prostrada numa mínima histórica e, com isso, o país entra na crise com os juros a 3,75%, o que muda todo o protocolo, sobretudo numa crise na qual o crédito é o primeiro problema a enfrentar. Ainda bem que fizemos o dever de casa no passado, contrariamente à opinião da medicina econômica alternativa.

Pois bem, o custo do endividamento, público e privado, vai ser muito menor do que em qualquer outro episódio de estresse financeiro do passado. Mas é preciso que a liquidez chegue a quem precisa, trabalho para o BC monitorar os bancos, sobretudo os analógicos (os digitais nunca passaram por isso, e poderão ajudar muito, pois sua “agência” é o seu celular, onde não tem aglomeração). O crédito vai ser o grande assunto desses primeiros tempos, todo mundo vai precisar de crédito, e todos vão falar de garantias e da solidez futura do negócio do tomador. Mas, além de linhas de crédito para resolver problemas localizados de liquidez, há dois outros desafios: (i) estímulos fiscais diretos para compensar a redução na demanda agregada; e (ii) choques de oferta em decorrência de “ausência” de fatores de produção (componentes que não chegaram da China e gente que não veio trabalhar). As medidas fiscais e de crédito são relativamente conhecidas, a maior parte já foi utilizada em outras crises, e muitos países estão meio que competindo sobre quem vai gastar mais.

Sim, temos que aumentar a despesa pública porque temos uma emergência, vamos ter que nos endividar por conta disso. Assim são as emergências.

Dito isso, não vamos imaginar que não existe mais nenhum limite e que entramos no terreno do “vale tudo”, ou do “ninguém paga ninguém”, ou que está na hora de chamar de volta os inflacionistas.

Todos já deviam saber que o grande problema de políticas anticíclicas não é reconhecer a emergência e apertar a tecla G, mas tirar o dedo do botão. Remédios excepcionais viram veneno quando usados como medicamento regular.

Mundo afora, os governos estão gastando muito e se endividando, e o nosso já colocou na rua valores bem expressivos, mas não há como saber se será eficaz e suficiente. O desafio mais óbvio é o de fazer o dinheiro chegar onde é necessário: o BCB e o BNDES não têm capilaridade, operam através do sistema bancário, que nem sempre chega aos públicos desejados, o que vale também para a CEF e para o BB.

Um exemplo interessante da dificuldade é o do chamado “coronavoucher”: o presidente anunciou, o Congresso triplicou o valor, impôs uma série de restrições e condições, mas como se faz um cadastro de informais?

Trabalhar com os MEIs é uma boa ideia, procurando, inclusive, levar os “informais” para este regime.

Bem, resta um dedo de prosa sobre as medidas pelo lado da oferta para as quais, infelizmente, a coisa começou torta com o encaminhamento atrapalhado da MP 927. É da maior importância para lidar com a crise que se crie a possibilidade de flexibilizar salários e outras condições de trabalho de modo a salvaguardar o emprego. A rigidez de nosso regime laboral será extremamente prejudicial ao trabalhador nesse momento em particular.

O título do filme deveria ser algo como “programa para preservação do emprego”, pelo qual a empresa se compromete a manter o vínculo por certo tempo adicional, em troca de flexibilidade e mesmo uma complementação com dinheiro público. Os adversários da reforma trabalhista, a OAB e os operadores da Justiça do Trabalho se opuseram, pois vivem de premissas pelas quais as empresas não precisam ser preservadas e que o trabalhador é hipossuficiente, e aproveitaram a atrapalhação na apresentação da MP 927 para detonar a medida. Mas é preciso recuperar o conceito e avançar com a flexibilização, vai ser importantíssimo para minorar os efeitos recessivos da crise.



# BNDES anuncia linha de crédito de R\$ 2 bi para Saúde

BNDES anuncia linha de R\$ 2 bi para aumentar leitos do SUS

O Globo · 30 março 2020 · PEDRO CAPETTI E GABRIEL SHINOHARA economia@oglobo.com.br RIO E BRASÍLIA

Objetivo é ampliar número de leitos e de equipamentos como respiradores no SUS, para combater à pandemia.



BNDES anunciou ontem uma linha de crédito de R\$ 2 bilhões para a Saúde, para ampliação de leitos emergenciais, bem como para a compra de equipamentos médicos e hospitalares em regiões com menor infraestrutura. Com essa iniciativa, chega a R\$ 97 bilhões o volume de recursos disponibilizados pelo banco de fomento para combater aos efeitos da pandemia de coronavírus. Esse total inclui os R\$ 55 bilhões anunciados há uma semana, com foco nas empresas, e os R\$ 40 bilhões para financiar salários de funcionários, uma medida conjunta com o Banco Central.

Segundo o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, a ideia é que esses recursos possam expandir em mais de 15 mil o número de respiradores pulmonares sob gestão do SUS. Isso equivale a 50% da demanda total prevista para os próximos seis meses.

Também está prevista a ampliação, em 10%, do número de leitos do SUS no país. Com isso, cerca de 3 mil novos quartos seriam adicionados ao contingente público. Mais de 88 milhões

de máscaras cirúrgicas poderão ser compradas com essa linha de crédito, o equivalente a um terço da demanda total do SUS projetada para os próximos quatro meses.

—A iniciativa visa facilitar o financiamento daqueles que estão provendo insumos para o Ministério da Saúde. Acreditamos que as 30 empresas que já mapeamos usarão parte desses recursos e serão capazes de suprir essa demanda —disse Montezano.

#### APOIO AO SETOR AÉREO

A ideia é que o BNDES financie até 100% da operação, com taxas reduzidas e prazo de concessão flexibilizado em até 15 dias. A carência é de 24 meses, com prazo de pagamento de até 60 meses.

Segundo o banco, poderão pleitear recursos empresas que trabalham na montagem de leitos provisórios, hospitais e empresas que pretendam expandir a atividade produtiva para fornecimento dos equipamentos de saúde.

Montezano afirmou ainda que, até o fim de abril, haverá uma linha de apoio emergencial ao setor aéreo, fortemente afetado pela crise. O modelo, ainda em elaboração, visa à manutenção de atividades e apoio à cadeia de fornecedores.

Os recursos serão destinados exclusivamente às operações brasileiras das empresas aéreas. O financiamento será a partir da emissão de debêntures conversíveis. O modelo funciona com uma remuneração de renda fixa para o banco, com taxa de juros mais baixas para as companhias. Se no futuro as ações tiverem valorização acima do patamar pré-crise, o BNDES receberia uma remuneração.

— Não faremos operação subsidiada — assegurou Montezano.

Segundo ele, o BNDES vem monitorando o apoio a outros setores da economia, como o de logística, mas frisou que o foco é o transporte de passageiros. Na última semana, os fretes cobrados por empresas aéreas registraram aumentos de até 1.000%.

Montezano disse ainda que o BNDES pretende criar uma linha emergencial de socorro aos estados e municípios, para ajudar no combate à pandemia.

#### USO DE CADASTRO MUNICIPAL

Em outra frente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo irá utilizar os cadastros de trabalhadores informais dos municípios como base para distribuir o auxílio emergencial de R\$ 600. Ele participou ontem de duas teleconferências, uma com representantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), e outra com Confederação Nacional dos Municípios (CMN).

Segundo o ministro, a ideia é que os municípios enviem seus cadastros de trabalhadores informais, como ambulantes, taxistas e baleiros, para que o governo faça o pagamento de modo mais célere.

Outra possibilidade é que o Ministério da Economia repasse esses recursos aos caixas das prefeituras, que fariam o pagamento diretamente aos informais.

Guedes disse ainda que, se em dois meses o isolamento social não der resultados, será necessário que a economia volte a funcionar:

— Essa linha de equilíbrio é difícil, mas é coisa de dois ou três meses, vai rachar pra um lado ou para o outro. Ou funciona o isolamento em dois meses, ou vai ter que liberar, porque a economia não pode parar também, senão desmonta o país todo.

Guedes defendeu o isolamento social como medida para combater o aumento de casos do coronavírus, mas disse que se durar muito tempo, a economia pode entrar em colapso. Ele ressaltou a importância de manter as linhas essenciais durante a crise, como a produção e distribuição de alimentos.

—Eu como economista gostaria que pudéssemos manter a produção e voltar mais rápido. Eu como cidadão, seguindo o conhecimento do pessoal da saúde, já quero ficar em casa e fazer o isolamento.

“Eu como economista gostaria que pudéssemos manter a produção e voltar mais rápido. Eu como cidadão, seguindo o conhecimento do pessoal da saúde, quero ficar em casa e fazer o isolamento” Paulo Guedes, ministro da Economia

# STF autoriza governo a descumprir lei orçamentária

Decisão impede ações por improbidade administrativa e abre caminho para MP de suspensão de contrato de trabalho

O Globo · 30 março 2020 · THAIS ARBEX thaisarbex@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem o governo federal a aportar recursos extras em ações de combate ao novo coronavírus, mesmo sem indicar a fonte das receitas.



A medida liminar, de caráter provisório, atende a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), que na quinta-feira ingressou com uma ação para garantir que o governo não violasse as leis de Responsabilidade Fiscal (LRF) e de Diretrizes Orçamentárias de 2020 (LDO). Em sua decisão, Moraes escreveu que a pandemia é uma situação “imprevisível e de consequências gravíssimas”, que exige ação “urgente, duradoura e coordenada” de todas as esferas de governo, tornando “lógica e juridicamente impossível o cumprimento de determinados requisitos legais compatíveis com momentos de normalidade”.

Em videoconferência ontem com prefeitos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a aprovação de mecanismos que evitassem pedidos jurídicos de improbidade administrativa. De acordo com Moraes, a decisão não prejudica a prudência fiscal porque os gastos serão destinados “à proteção da vida, saúde e da própria subsistência dos brasileiros afetados por essa gravíssima situação”.

Nas redes sociais, o ministro da AGU, André Mendonça, comemorou a decisão e afirmou que, “agora, sem os entraves”, o governo pode “ajudar os nossos trabalhadores e empresários nesse momento tão difícil”.

Um dos primeiros efeitos práticos da liminar concedida por Moraes deve ser a edição de uma medida provisória (MP) que abre a possibilidade de suspensão do contrato de trabalho. O governo esperava a resposta do Supremo para editar a norma.

A nova medida será editada depois da polêmica em torno da MP 927, que permitia a suspensão dos contratos de trabalho por quatro meses sem qualquer compensação aos empregados. O presidente do STF, Dias Toffoli, sugeriu ao Planalto alterações para evitar a judicialização da MP. Ele recomendou a participação dos sindicatos nas negociações coletivas e a concessão do seguro-desemprego durante o afastamento dos trabalhadores.

# Crise pode deixar a Educação em segundo plano

O Globo · 30 março 2020 · RENATA MARIZ renata.mariz@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Desde o agravamento da crise do novo coronavírus no Brasil, demandando esforços fiscais do país que não estavam planejados, parlamentares envolvidos na discussão do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) temem que o tema, planejado para ser votado em março na Câmara, fique em segundo plano. O problema é que o fundo que financia a educação básica termina em 2020. Sem ele, é esperado um colapso na rede de escolas públicas nesta etapa escolar.

Antes da pandemia da Covid-19, houve uma intensa negociação para viabilizar a votação do fundo ainda neste mês.

Após apresentar uma prévia de seu relatório com um aumento do aporte da União, hoje de 10%, para 40%, a deputada Dorinha Seabra (DEM-TO) cedeu aos apelos do governo e até de colegas, que consideraram a elevação drástica. O novo texto estabelece que a complementação do governo federal chegará a 20% de forma gradual.

O relatório atual ganhou o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que se comprometeu a pautar a matéria no plenário tão logo a comissão especial concluísse a aprovação.

Mas, com a crise da Covid-19, que alterou as rotinas e cronogramas estabelecidos, negociações passaram a ser colocadas à mesa. Parlamentares que defendem o relatório já avaliam fazer concessões para acelerar a tramitação da Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) do novo Fundeb. Excluir da cesta do Fundeb parcelas adicionais ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é um dos pontos em debate. A complementação da União, no entanto, não entrou — ainda — em discussão formalmente. Mas pode ser levantada, a partir da fala do ministro Paulo Guedes, de manter o aporte no nível atual, de 10%.

# Guedes explica o alcance do pacote

O Globo · 28 março 2020 · MÍRIAM LEITÃO [oglobo.com.br/economia/miriamleitao](http://oglobo.com.br/economia/miriamleitao) [miriamleitao@oglobo.com.br](mailto:miriamleitao@oglobo.com.br) Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

O ministro Paulo Guedes acha que de 20 a 38 milhões de pessoas podem ser atendidas por esse benefício temporário de R\$ 600. Ele o chama de Auxílio Emergencial aos Informais (AEI). Ele assegura que o governo está atento a cada segmento atingido pela crise econômica decorrente do coronavírus. “Ninguém será deixado para trás”, promete. O custo desse benefício, segundo ele, será de R\$ 45 bilhões:

– É preferível errar por excesso e corrigir depois – me disse quando perguntei como o governo fará chegar aos brasileiros informais essa ajuda emergencial. Explicou que basta estar no cadastro único e não estar recebendo nem Bolsa Família nem BPC. Se não estiver no cadastro, se for informal, bastará seus documentos e a autodeclaração:

– Como você escreveu na sua coluna, é a faxineira, o ambulante, o cara que vendia bala no sinal de trânsito. Não há mais trânsito. São guerreiros, valentes, nunca pediram nada ao Estado e neste momento de emergência ele vai à Caixa e receberá uma ajuda para passar esta crise. Guedes disse que a distribuição desse recurso será cuidadosa e seguirá uma estratégia que está sendo montada com base em outras experiências bem-sucedidas, como a do FGTS, pela data de nascimento. Era inicialmente de R\$ 200, mas a Câmara elevou para R\$ 500, e o governo acabou oferecendo R\$ 600. É um valor muito maior do que o do Bolsa Família:

– O Bolsa Família é permanente e a primeira ordem que eu dei foi para zerar a fila de mais de um milhão e duzentas mil pessoas que pediam para integrar o programa.

Sobre o pacote de ontem, o ministro disse que ele foi feito para vencer o desafio de chegar na economia real. Medidas anteriores, como a redução do recolhimento compulsório, são importantes, mas era preciso ir mais fundo, segundo ele:

– Tudo o que é focalizado é melhor e mais potente. Por isso eu quis saber: cadê o nosso canal diretamente com o setor real.

Ele falou da sua casa no Rio, onde está há mais de uma semana, apesar de ter testado negativo para o coronavírus. De lá, tem trabalhado intensamente no desenho de cada umas das medidas que foram anunciadas ontem e que chegam, de fato, ao setor real. Há vários grupos precisando de socorro governamental neste momento em que tudo saiu do lugar ao mesmo tempo na economia. O anúncio de ontem ajuda principalmente as pequenas e médias empresas ao fornecer R\$ 40 bilhões de crédito para apagar a folha de pagamento. Pelo cálculo do Banco Central, serão 1,4 milhão de empresas, que fatura entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões. O crédito irá diretamente para a folha de 12 milhões de trabalhadores dessas empresas, mas cobre um valor até dois salários mínimos. O Brasil tem 39 milhões de pessoas no mercado formal.

É uma engenharia financeira nova. O Tesouro empresta diretamente 85% do valor da folha. Os bancos complementam 15%. Outra novidade é que o dinheiro vai para a conta do empregado, e o empresário fica com a dívida. Ninguém cobra spread, nem o BNDES, que operacionaliza, nem o banco repassador. É um produto de curta duração, dois meses. Pode ter um efeito estabilizador no curto prazo.

Outra medida é a compra de carteira de crédito dos bancos pelo Banco Central. Desta forma, o BC ajuda as instituições que ampliaram o crédito para empresas que agora estão em dificuldades. O ministro diz que o valor total das várias medidas tomadas desde o começo da crise pode ser de R\$ 700 bilhões. – São dinheiros diferentes. Uns são gastos fiscais, outros são diferimentos e antecipações, mas o que interessa para nós do ponto de vista econômico é que são recursos para superar o choque. Essa é a segunda onda, a da economia. A primeira onda é a da saúde e nela nós estamos todos seguindo a orientação do Mandetta e eu estou no isolamento. Perguntei como ele avaliava a declaração do presidente em favor do relaxamento desse isolamento para que a economia volte a funcionar: – Eu tento interpretar positivamente. O que o presidente fez foi um alerta: tem uma segunda onda vindo aí. Ele tem esse direito. O presidente da República tem o direito à opinião dele. Ele acha que se ficarmos parados dois meses, três meses, nós vamos morrer de fome. Vamos desorganizar a produção e as prateleiras estarão vazias. É legítimo o presidente dizer isso. Essa é a força da democracia. Guedes diz que respeita o isolamento, mas defende Bolsonaro que, para ele, quis apenas alertar para o risco da crise econômica

# BC quer autorização do Congresso para comprar crédito de empresas

Medida permitiria financiar diretamente companhias e segue modelo do banco central dos EUA para lidar com a crise

---

O Globo · 28 março 2020 · MANOEL VENTURA E GUSTAVO MAIA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

---

O Banco Central (BC) quer aumentar substancialmente seu poder de fogo para atuar em momentos de crise, como a causada pelo avanço do novo coronavírus. O presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, anunciou ontem que o governo vai enviar ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) permitindo à autoridade monetária brasileira comprar créditos diretamente de empresas em cenários de crise, sem passar pelo sistema bancário. A PEC dá ao BC poder para intervir diretamente no mercado, dispensando uma atuação via bancos, para comprar carteiras de crédito e títulos públicos ou privados dos mercados financeiro e de capitais. Hoje, o Banco Central não tem autorização para fazer isso. Esse tipo de atuação tende a estabilizar o mercado e evitar movimentos generalizados de fuga de investidores. Na prática, essa ação permite ao BC financiar diretamente as empresas e direcionar o crédito para onde julgar importante. Atualmente, a atuação do Banco Central é focada na injeção de liquidez nos mercados. Isso, por vezes, não atende às necessidades da crise.

## FED DÁ CRÉDITO A ESTUDANTE

Campos Neto destacou que essa é uma medida semelhante ao que o Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos, já faz. Em um movimento que injetou ânimo aos mercados globais nesta semana, o Fed anunciou ações históricas nesse sentido, incluindo compra de bônus corporativos e financiamentos diretos a empresas.

O Fed também concederá empréstimos para estudantes, empréstimos com cartão de crédito e empréstimos garantidos pelo governo dos EUA a pequenas empresas. Campos Neto afirmou que a medida que está em elaboração permitirá que o Banco Central brasileiro atue como o Fed.

— Hoje em dia o Banco Central brasileiro não tem essa capacidade, o máximo que ele pode fazer é injetar

liquidez no sistema. Obviamente, numa situação conturbada como a que nós estamos, nem sempre a liquidez chega na ponta final — disse o presidente do BC. Esse tipo de medida é tomada por bancos centrais de vários países do mundo, sendo muito potente para estabilizar o mercado de crédito onde as instituições financeiras “não chegam”. Com a medida a autoridade monetária transfere mais capital às empresas em dificuldades. — Essa é uma medida que tem largo alcance. O balanço do Banco Central é enorme, tem mais de R\$ 1,5 trilhão. Então essa é uma medida muito importante para estabilizar o crédito — disse Campos Neto.

A medida deve ser usada apenas em momentos de crise, como o atual: —A ideia não é que o Banco Central tenha sempre essa autonomia, mas que, em cenários de crise, como estamos vi-



vendo, que o Banco Central, sim, tenha essa autonomia para fazer esse tipo de operação, que nós entendemos que faz o mercado de crédito fluir mais facilmente —disse ele.

# Pequenos empresários não conseguem empréstimos

Empreendedores se queixam da falta de condições especiais nos bancos e esperam mais detalhes sobre pacote do governo

O Globo · 28 março 2020 · KAREN GARCIA E VITOR DA COSTA\* economia@oglobo.com.br

Al todas medidas de estímulo ao crédito anunciadas ontem pelo governo, pequenos empresários têm enfrentado mais dificuldades para obter empréstimos junto aos bancos. Há dez dias com as portas fechadas por causa do plano de contenção do coronavírus, Mônica Leal e GeraldoSouza, donos do Bar Sol lar, em Botafogo, estudam alternativas de crédito junto a bancos públicos e privados para arcar com os compromissos de aluguel e pagamento dos salários de funcionários. Ainda não tiveram respostas. —Já tínhamos uma linha de crédito pré-aprovada no banco em que somos correntistas e perguntamos por tarifas mais brandas. Ainda não tivemos retorno. Também fizemos um cadastro junto aoBNDESpara solicitar crédito, mas não temos informação sobre o processo — diz Mônica, que deu férias para uma colaboradora que está na casa há mais de um ano e liberou os outros dois para o isolamento social.

## BNDES GERA EXPECTATIVA

O BNDES informou que a análise de crédito para pequenas empresas é feita pelos bancos que repassam os recursos. Além do salário de R\$ 1.300, os funcionários recebem comissão semanal. A folha representa cerca de 30% dos custos do negócio. Sem perspectiva de reabrir, o casal pediu à proprietária do imóvel adiamento do aluguel para manter o condomínio em dia. — Estamos fazendo de tudo para não demitir, pois são pais e mães de família que dependem dessa renda. Vamos segurar até onde conseguirmos, mas guardamos um posicionamento mais sólido do governo. Esperamos conseguir algum crédito—diz Souza.— Nossa esperança é um retorno do BNDES. Se não tiver uma injeção de capital consistente, muita gente vai quebrar. É uma situação muito difícil. O empresário Thiago Barcelos, proprietário do Zack's, um restaurante na região central do Rio, também não sabe como vai manter o salário dos 13 funcionários e os acordos com fornecedores. Ele buscou empréstimos e renegociações de dívidas, mas não obteve condições especiais. No seu banco, tentou renegociar um empréstimo, mas só conseguiu um alongamento da dívida por 60 meses com a mesma taxa de juros: 2,7% ao mês. —Não existe uma taxa especial para essa situação. Não adianta oferecer algo que não vou conseguir pagar — diz Barcelos, que ainda espera resposta de agências de fomento. Ele não descarta demitir funcionários, responsáveis por 20% do seu custo fixo mensal. Mesmo com o pacote do governo de financiamento da folha por dois meses, tem dúvidas sobre o futuro: —Será que dois meses serão necessários para sair da crise e das consequências que ela irá causar? (\*Estagiário sob supervisão de Danielle Nogueira)

# Linha de financiamento não é garantia de dinheiro em caixa

O Globo · 28 março 2020 · RENATO ANDRADE [renato.andrade@sp.oglobo.com.br](mailto:renato.andrade@sp.oglobo.com.br)

Donos de empresa devem ter sentido um alívio tremendo ontem, ao ouvir o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, anunciar os detalhes da linha de crédito que poderá ser usada por micro e pequenos empresários para garantir a folha de pagamento de seus funcionários nos próximos dois meses. Mas como o diabo mora nos detalhes, e nas letras miúdas dos contratos, os potenciais beneficiários da nova medida precisam entender que a abertura da nova linha de financiamento não significa dinheiro garantido no caixa. Mesmo tendo 85% de dinheiro do contribuinte, a liberação dos recursos seguirá a análise de crédito de cada instituição financeira. Em situações normais, quando o dinheiro a ser emprestado é 100% do banco, quem tem histórico de bom pagador consegue se financiar sem grandes problemas. Para quem não está no topo da lista, o dinheiro até sai, mas ele vem mais caro e com o prazo de pagamento mais curto. Quem está encalacrado consegue, no máximo, um café.

Na nova linha aberta pelo governo Jair Bolsonaro, com os parâmetros dos empréstimos que foram fixados pela equipe econômica — carência para começar a pagar as parcelas, taxa de juros e prazo total do financiamento — a margem de ajuste dos bancos é praticamente nula. Neste tipo de cenário, se o cliente for considerado de alto risco, é bem provável que o dinheiro permaneça no caixa do banco. Seletividade é característica primordial das instituições financeiras no mundo inteiro. O empresariado não pode esquecer disso.

# ‘Governo não resolve sozinho, todos terão que contribuir’

O Globo · 28 março 2020 · MARIANA BARBOSA E RENNAN SETTI [economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br) SÃO PAULO E RIO

À frente da XP Investimentos, Benchimol se diz preocupado com o pequeno e o médio empreendedor, sem capital de giro. Afirma que a economia pode “colapsar” se isolamento durar muito tempo. “Vai haver recessão, mas a gente não pode ter depressão”, diz ele.

Qual sua avaliação das medidas tomadas pelo governo?

O governo, por mais que seja fundamental e venha com mil recursos, não vai resolver tudo sozinho. O Brasil é um país pobre. Apesar de ter decretado calamidade pública, não temos uma economia forte como a americana. O ministro soltou um pacote de R\$ 600 bilhões. Os números estão ficando mais próximos do que tem que ser. Agente não pode vir só com política monetária agora. Importante que agente tenha uma política fiscal muito forte para atravessar esse vale. Nenhuma economia consegue aguentar tanto tempo interrompida. Tem muito autônomo, pequeno empreendedor, que não tem estrutura, não tem acesso a crédito. Essa turma fecha. Se o governo e a sociedade não ajudarem, quando a confusão diminuir a economia voltará muito mais lentamente porque essas empresas serão exterminadas.

Quanto deveria ser gasto?

Não tenho um número exato, mas nos EUA, o Fed fez um plano de algo como 10% do PIB. Aqui no Brasil, nosso PIB vai ser perto de R\$ 8 trilhões. Então não estamos tão distantes assim. Mas, neste momento, eu não teria medo de errar. Temos um desafio enorme, e eu gastaria até mais do que precisa. Quem tem dinheiro e está capitalizado não vai sofrer. O problema é que 80% dos brasileiros não têm dinheiro. É importante fazer conta e garantir que o dinheiro chegue na mão de quem precisa. E não é só o governo. É governo e sociedade.

Qual deve ser o foco das medidas?

Quem mais precisa é o pequeno e médio empreendedor, que não tem capital de giro. Precisam de medidas para que não tenham que mandar funcionários embora, para que possam postergar impostos e se manter respirando. Mas é um desafio enorme.

Há uma pressão de setores empresariais pela volta das atividades, com o argumento de que os danos econômicos de uma quarentena podem ser piores. Qual é sua posição?

O lockdown (isolamento) não pode durar muito tempo, senão a economia colapsa. As pessoas vão desistindo, entregando seus negócios. E mesmo que se faça tudo o que está sendo anunciado, o dinheiro não vai conseguir chegar a 100% dos negócios. Então, quanto mais tempo passa, mais gente vai ficando pelo caminho. O salão de beleza sem capital de giro vai fechar, mandar empregado embora, vai entregar a sala, vender o secador. Quando a economia voltar, as pessoas não voltarão a empreender no dia seguinte. Mas se todo mundo ficar só esperando as medidas do governo, a gente não vai resolver.

O senhor defende a quarentena vertical?

É importante fazer lockdown inicial, para estruturar o aparato de saúde, criarmos leitos e respiradores, entender os números. Mas, assim que possível, tem que começara separar o grupo

de risco. Aos poucos, a economia tem que voltar. Vai haver recessão, é evidente, mas agente não pode ter depressão. Supondo que a doença afete gravemente apenas o grupo de risco e seja possível separá-lo, a economia pode voltar aos poucos.

Como fazer isso em favelas, onde várias pessoas moram no mesmo cômodo?

A sociedade vai ter que ajudar. Se eu moro com idosos, com pessoas doentes, vou ficar em casa. A sociedade tem que ficar responsável por gerenciara si mesma. Comisso conseguimos fazer com que boa parte da economia volte e outra parte fique preservada. Maseu não sou médico, estou dando aqui minha opinião de maneira criativa para lidar com isso. Mas acho que isso funciona na favela, em qualquer lugar.

Como a XP atravessa a crise?

Agente segue crescendo no mesmo ritmo. Ações formam a menor parte da carteira, e quem investe em ações tem o perfil adequado e visão delongo prazo. Mas tenho certeza de que não há melhor maneira de ganhar dinheiro no longo prazo do que comprar boas companhias.

A meta de chegar a R\$ 1 trilhão de ativos sob custódia até o fim de 2020 ficará mais distante?

Desde que listamos a XP na Bolsa não podemos mais dar estimativa para isso. Mas afirmo que vamos continuar crescendo, porque 90% dos recursos ainda são investidos por meio dos grandes bancos. Então, é questão de tempo para chegarmos ao primeiro trilhão, ao segundo trilhão etc.

Mas o volume sob custódia já diminuiu nesta crise?

Obviamente cai um pouco. Co maqueda que houve na Bolsa, não tem como fazer mágica. Mas não foi relevante.

O conflito no campo político pode piorar a recessão?

Todo mundo tem que se unir e pensar nas pessoas que mais precisam, seja prefeito, governador, presidente... Se ninguém se entender, quem vai sofrer são os pobres.

Como está a campanha de doação de cestas básicas?

Queremos mobilizar empresários e pessoas que têm dinheiro. Lançamos na quinta-feira com R\$ 25 milhões e espero fechar hoje (ontem) com R\$ 30 milhões. Mas entendemos que o melhor formato vai ser depositar dinheiro na conta das pessoas. Com isso ela consegue usar o dinheiro localmente também e aquecer comércio local. Mas estamos fechando esse modelo ainda.

“Aos poucos, a economia tem que voltar. Vai haver recessão, é evidente, mas a gente não pode ter depressão”

# INSS vai identificar quem pode receber R\$ 600

Caixa terá cronograma de pagamento como o que foi adotado no saque do FGTS. Voucher será distribuído aos trabalhadores informais. Se o interessado não estiver no Cadastro Único, basta fazer autodeclaração. Não é possível acumular benefícios

---

O Globo · 28 março 2020 · GERALDA DOCA, AMANDA ALMEIDA E PEDRO CAPETTI economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

---

O governo repassou ao INSS a tarefa de identificar quem serão os trabalhadores informais que terão direito ao auxílio, para que o voucher no valor de R\$ 600 chegue aos segmentos da população que mais precisam. Segundo o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, a base de dados do INSS é mais ampla pois abrange um universo de pessoas que estão fora dos cadastros do Bolsa Família e seguro-desemprego, dois programas já operados pelo banco, e que poderão ser beneficiadas pelo auxílio para enfrentar o coronavírus.



A Caixa fará a maior parte do pagamento do voucher, mas precisa aguardar a aprovação do projeto pelo Senado e a sanção do presidente Jair Bolsonaro, além da edição de um decreto sobre a operacionalização da medida, a partir das próximas semanas. O projeto de ajuda de custo do governo federal foi aprovado na Câmara dos Deputados nesta quinta-feira e será votado na segunda-feira pelos senadores. Para Guimarães, o maior desafio será fazer com que o dinheiro chegue nas mãos de quem não tem conta em banco, aparelho celular ou internet, caso de muitos trabalhadores informais. De acordo com o projeto, o governo vai considerar o Cadastro Único do Ministério da Cidadania, base de dados do Bolsa Família. Quem não está inscrito neste cadastro pode fazer uma autodeclaração via plataforma digital. O auxílio será pago por três meses a até duas pessoas de uma mesma família que estejam no mercado informal de trabalho, com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou renda mensal familiar total de até três salários (R\$ 3.135,00).

— As pessoas não precisam correr para as agências da Caixa agora. Ainda não temos possibilidade de fazer os pagamentos—disse Guimarães.

## BENEFÍCIO A 30,5 MILHÕES

Segundo ele, assim que o projeto for sancionado e o INSS fechar o cadastro das pessoas com direito ao voucher, a Caixa vai elaborar um cronograma, como fez com os saques do FGTS, pa-

ra evitar aglomeração e tumulto nas agências. A estratégia é fazer com que a rede de 13 mil lotéricas em todo o país assuma a maior parte dos pagamentos.

— As lotéricas têm horário de funcionamento flexível e estão próximas das pessoas carentes —disse Guimarães. Para quem tem conta na Caixa, o banco fará o crédito automático. A expectativa é que haja aumento no volume de clientes nos terminais eletrônicos nas agências. O voucher será pago a todos os trabalhadores informais, àqueles que não têm carteira assinada e portanto, não têm direito ao seguro-desemprego, desde que se encaixem no critério de renda. Abrange, por exemplo, vendedores ambulantes, motoristas de aplicativos, diaristas, autônomos, microempreendedores individuais (MEI) e contribuintes individuais para a Previdência Social.

Segundo cálculos do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a medida irá beneficiar 30,5 milhões de pessoas, ao custo de R\$ 59,8 bilhões em três meses. O governo estimou que mais de 24 milhões seriam contemplados. Em entrevista à colunista Miriam Leitão, do GLOBO, o ministro da Economia, Paulo Guedes, explicou que o trabalhador poderá ir à Caixa e apresentar os seus dados e sua declaração, dizer o quanto recebe e o quanto ganha, e que não está no Bolsa Família nem no BPC. O auxílio, que ele chama de Auxílio Emergencial aos Informais (AEI), será pago por períodos, como os nascidos de janeiro a março, por exemplo, e cada grupo poderá ir em um dos pontos da Caixa e receber. Guedes explicou ainda que, primeiro, quer que a pessoa receba e depois é que será averiguado algum erro de autodeclaração. O mais importante agora é atingir e atender à emergência. Apesar da urgência na votação, o Senado só irá votar o projeto na segunda, pois o texto só foi enviado pela Câmara ontem. Os deputados concluíram a votação na noite de quinta-feira. A articulação para votação é comandada pelo primeiro vice-presidente da Casa, Antonio Anastasia (PSD-MG). A votação deve ocorrer em sessão remota. Para o pesquisador Marcelo Neri, diretor da FGV Social, a falta de critérios para definir quem está elegível para receber o “coronavoucher” deve gerar uma corrida desenfreada na busca de recursos. Ele defende que o governo use as bases já existentes, além do Cadastro Único, como Imposto de Renda e Caged/Rais.

— A sequência das coisas importa. Você está saindo de uma situação de governo pãoduro na crise para uma situação que está jogando dinheiro pela janela. Precisamos fazer o cadastro do cadastro.

# FMI defende 'contenção forte' para permitir que economia se recupere

Diretora-gerente do Fundo afirma que emergentes precisarão de US\$ 2,5 trilhões para enfrentarem recessão global

O Globo · 28 março 2020 · ELIANE OLIVEIRA eliane@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Adiretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, traçou um cenário sombrio para a economia mundial, em decorrência da pandemia de coronavírus. Em videoconferência, ela defendeu fortes medidas de contenção a fim de controlar a propagação da doença e estabelecer as bases para uma forte recuperação em 2021. Ela afirmou ainda que acabar com o isolamento de forma prematura não fará com que a atividade econômica mundial se recupere:



— Não há como chegar a uma recuperação forte sem contenção forte.

## CRISE PIOR QUE A DE 2009

O presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, tem se mostrado contrário a um distanciamento mais restritivo entre as pessoas. Ele defende o isolamento vertical, apenas para idosos ou pessoas com doenças crônicas. Para a dirigente do FMI, a pandemia de coronavírus levou a economia mundial a uma recessão pior do que crise financeira internacional de 2009. Ela enfatizou que, em uma estimativa conservadora, serão necessários investimentos da ordem de US\$ 2,5 trilhões para ajudar as nações emergentes neste momento a saírem dessa “parada repentina”.

— Sabemos que suas reservas e recursos internos não serão suficientes — afirmou. — Está claro que entramos em uma recessão. Segundo Kristalina, os mercados emergentes sofreram um êxodo de capital de mais de US\$ 83 bilhões de dólares nas últimas semanas. Muitos deles já estavam fortemente endividados, e 80 países pediram ajuda de emergência ao FMI. Na última quinta-feira, o Fundo pediu aos líderes do

G-20 (bloco que reúne as 20 maiores economias do mundo) o respaldo para a duplicação da capacidade de financiamento de emergência do organismo multilateral de crédito, para que seja dada uma resposta mais forte à pandemia do coronavírus. Segundo o FMI, a doença causará uma recessão mundial em 2020.



Em um comunicado ao G-20, Kristalina afirmou que a profundidade da contração e a velocidade de recuperação da economia vão depender da contenção da pandemia e de “quão fortes e coordenadas são nossas ações de política monetária e fiscal”. Segundo ela, é indispensável apoiar os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento, que têm sido particularmente afetados pela crise, a paralisação repentina da atividade econômica, a fuga de capitais e, em alguns países, a forte queda dos preços de matérias-primas.

# País tem de evitar desabastecimento, diz Guedes

Para ministro, isolamento é importante para evitar primeira etapa da crise, mas será necessário impedir a desorganização da economia. Segundo ele, ações para enfrentar a turbulência somarão R\$ 700 bi até junho

O Globo · 28 março 2020 · GABRIEL SHINOHARA gabriel, shinohara@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo precisa impedir uma crise de desabastecimento no país. Em vídeo nas redes sociais do ministério, ele afirmou que o presidente Jair Bolsonaro não diminuiu a gravidade da ameaça à saúde da população e citou as medidas adotadas pelo governo para diminuir os efeitos econômicos da crise do coronavírus que, segundo ele, devem colocar R\$ 700 bilhões na economia em três meses. Segundo o ministro, o presidente quer alertar sobre os efeitos econômicos da crise. Guedes está em autoisolamento no Rio desde a segunda-feira passada, por ser, aos 70 anos, integrante do grupo de risco para a Covid-19. —Ele (o presidente) não está de forma alguma diminuindo a ameaça da primeira onda (de saúde), ele está nos alertando que precisamos impedir a desorganização da economia brasileira, precisamos impedir uma crise de desabastecimento no Brasil —disse o ministro, que semana passada se submeteu a exame de coronavírus, com resultado negativo. Nesta semana, em teleconferência a empresários, o presidente do Conselho de Administração da BR F, Abilio Diniz, adiantou que o ministério prepara pacote de socorro de R\$ 600 bilhões a R\$ 700 bilhões. As medidas adotadas pelo governo, segundo Guedes, injetarão R\$ 700 bilhões na economia até junho.



## CONJUNTO DE INICIATIVAS

No vídeo, Guedes listou as ações tomadas até agora, como a antecipação de benefícios sociais, o repasse de R\$ 3 bilhões para o Bolsa Família e o anúncio, pelo BNDES, de R\$ 55 bilhões para reforçar o caixa de empresas e manter empregos. Citou ainda o projeto que concede R\$ 600 por três meses para autônomos e trabalhadores informais, que deve liberar R\$ 45 bilhões: — Quando somamos tudo isso e o que está por vir, já estamos chegando em R\$ 700 bilhões em apenas três meses. Nos próximos três ou quatro meses, esses R\$ 700 bilhões vão entrar na eco-

nomia brasileira para nos proteger contra esse choque da saúde que está se abatendo sobre o povo. Mas ele ressaltou que a simples injeção de recursos pode não ser eficaz se a economia não estiver em movimento. — Temos que ficar nesse isolamento por um tempo para quebrarmos essa primeira onda. Se não nos lembramos de que temos que continuar resistindo com a nossa produção

econômica também, vamos ter aquele fenômeno onde todo mundo está com os recursos, mas as prateleiras estão vazias porque deixamos a organização da economia brasileira entrar em colapso. A crise, disse Guedes, vem em duas ondas, a primeira na saúde pública e a segunda, na economia.

—A segunda vem na esteira de primeira, pode ser uma enorme onda, dependendo de nossa reação, ameaça nossos empregos e uma crise econômica como nunca sofremos antes — disse, acrescentando que o desafio é continuar produzindo no futuro.

#### CORTE DE SALÁRIO

O Ministério da Economia publicou duas versões do vídeo com afalado ministro. A primeira continha um trecho em que Guedes falava sobre a proposta do governo de pagar parte dos salários de trabalhadores. Ela foi apagada em seguida. Mais de uma hora depois, o ministério subiu a segunda versão, sem essa parte. O trecho se refere à medida provisória em discussão no ministério. A ideia é que, para evitar o desemprego, o empregador possa pagar metade do salário, e o governo pagaria 25%. Dessa forma, o trabalhador continuaria no emprego recebendo 75% do salário. —Se o setor é mais atingido, mais vulnerável ainda, e a receita caiu para zero, o governo, em vez de 25%, chega abancar até um terço, de forma a proteger os empregos —dizia o ministro no trecho apagado.

“Nos próximos 3 ou 4 meses, esses R\$ 700 bilhões vão entrar na economia brasileira para nos proteger contra esse choque da saúde”

—  
Paulo Guedes,  
ministro da Economia

# Coronavírus: Mercados de Ásia e Europa despencam em meio às incertezas da pandemia

Bolsas mantêm efeito 'sobe e desce' no mundo inteiro, enquanto a pandemia da covid-19 continua a avançar pelos países

**Sergio Caldas e Felipe Siqueira, O Estado de S.Paulo**

30 de março de 2020 | 06h51

As **Bolsas** de **Ásia**, que já encerraram as negociações na manhã desta segunda-feira, 30, e de **Europa**, que iniciaram os pregões nas primeiras horas do dia, despencam seus principais índices, em meio às incertezas provocadas pelo avanço do **novo coronavírus** pelo mundo, causador da **covid-19**.

A pandemia, que registrou os primeiros casos em larga escala na **China**, em **Wuhan**, vem avançando pelos continentes. O país, atualmente, com maior número de infectados são os **Estados Unidos**, em que o presidente **Donald Trump** já estendeu o prazo de isolamento social **até o dia 30 de abril**. Essa decisão, inclusive, fez com que as perdas na região asiática fossem acentuadas no decorrer da madrugada. A Bolsa japonesa, por exemplo, caiu mais de 4% na primeira metade do pregão.

Antes da nova queda desta segunda, na semana passada, acordos e aprovações sobre o **maior pacote de estímulos da história americana, de US\$ 2 trilhões**, fizeram com que os mercados sentissem um certo respiro. Os índices de cada país estavam

recuperando as perdas que vêm sendo acumuladas ao longo deste ano, desde o início da pandemia.

De acordo com dados mais recentes da Universidade Johns Hopkins, cerca de 720 mil pessoas já foram infectadas pela doença e quase 34 mil morreram ao redor do mundo. Como os impactos totais da pandemia não são conhecidos ainda, os investidores sentem um temor de que o cenário econômico mundial possa piorar ainda mais, o que eleva a volatilidade das Bolsas.

### **Mercados internacionais**

Os índices lá fora têm queda generalizada. Na Ásia, onde as Bolsas já fecharam, a maior queda foi no **Japão** (-1,57%), seguida de **Hong Kong** (-1,32) e **China** (-0,90%). **Taiwan** e **Coreia do Sul** tiveram recuos menos expressivos, com (-0,72%) e (-0,04), respectivamente. Na parte oriental do mundo, apenas a **Austrália**, na **Oceania**, teve alta, com crescimento expressivo de 6,56%.

Na Europa, o caminho nesta manhã é o mesmo. Às 4h15, no horário de Brasília, a Bolsa de **Londres** caía 1,31%, a de **Frankfurt** recuava 0,58% e a de **Paris** se desvalorizava 1,38%.

Em **Milão**, **Madri** e **Lisboa**, as perdas eram de 1,43%, 1,53% e 0,91%, respectivamente.

### **Novos estímulos econômicos**

O governo da Austrália anunciou nesta segunda-feira estímulos econômicos adicionais de 130 bilhões de dólares australianos (US\$ 80,09 bilhões), na forma de subsídios salariais, para manter trabalhadores empregados durante a crise gerada pela pandemia do novo coronavírus.

A intenção do governo australiano é preservar os empregos de cerca de seis milhões de trabalhadores. Com a última iniciativa, o primeiro-ministro da Austrália, Scott Morrison, disse que os estímulos totais do governo para combater os efeitos do coronavírus chegam a 320 bilhões de dólares australianos, o equivalente a 16,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Em mais uma tentativa de reanimar a economia da China, onde o coronavírus teve origem, o PBoC reduziu a taxa de juros de operações de recompras (repo) reversas com prazo de sete dias, de 2,4% para 2,2%, ao fazer uma injeção de liquidez de 50 bilhões de yuans (US\$ 7,05 bilhões) no sistema financeiro. O último corte dessa taxa havia ocorrido em 3 de fevereiro. / **COM AGÊNCIAS**

**INTERNACIONAIS**

# Metade das grandes empresas tem caixa para suportar até três meses sem receita

Feito com 245 companhias de capital aberto no País, levantamento tem como base o balanço de dezembro de 2019; analistas apontam que mesmo as empresas com folga financeira serão afetadas mais tarde

**Renée Pereira, O Estado de S.Paulo**

30 de março de 2020 | 05h00

Metade das empresas de capital aberto tem recursos para aguentar até três meses sem faturar. Com o dinheiro disponível em caixa, conta corrente e aplicações financeiras, elas conseguiriam pagar fornecedores, folha de salários e outras despesas operacionais no período, segundo levantamento feito pelo Centro de Estudos de Mercado de Capitais da Fipe (Cemec-Fipe) e **Economática**, com 245 companhias.

O trabalho foi baseado no balanço de dezembro de 2019 e mostra a evolução do caixa das companhias com o decorrer de uma paralisação nas atividades. A simulação não embute a variação do dólar neste ano e considera que as empresas não teriam nenhuma receita (nem as vendas a prazo já feitas) e conseguiriam renegociar todas as dívidas vencidas no período, destaca Einar Rivero, da Economática.

Nesse cenário, 23,3% das companhias já ficariam com o caixa negativo nos primeiros 30 dias. Esse número sobe para 37,1% após dois meses e

para 48,6% em 90 dias. A outra metade das empresas chegaria ao final de três meses ainda com o caixa positivo, podendo arcar com as despesas por um tempo maior.

“Esse é o retrato das maiores empresas e das mais capitalizadas do País”, afirma Carlos Antonio Rocca, coordenador do Cemec-Fipe. “A situação das pequenas e médias é outra história bem mais problemática e exigirá medidas consistentes para evitar quebraadeira. Elas vão sofrer mais do que as grandes, que ainda têm algum caixa a ser consumido.”

### **Problema global**

Na avaliação de especialistas, uma das características dessa crise é que ela vai atingir todas as empresas globalmente. Para o professor da Escola de Economia de São Paulo da **Fundação Getúlio Vargas** (FGV/EESP), Marcio Holland, os efeitos no curto prazo serão devastadores no mundo todo. E no médio prazo ainda serão imprevisíveis. Na avaliação dele, com o choque negativo sobre a economia, é provável que o Brasil tenha recessão econômica neste ano, com risco de contaminar o desempenho do ano seguinte.

Mesmo as empresas que hoje têm uma folga no caixa serão afetadas pela crise. Isso porque a expectativa é de forte queda na renda, com reflexos no consumo de produtos e serviços. Por isso, especialistas que lidam com reestruturação de dívidas já calculam uma escalada do número de recuperação judicial. “Vejo um ciclo de reestruturação, seja via recuperação judicial ou extrajudicial pela frente”, diz o sócio do escritório Stocche Forbes Advogados, Guilherme Coelho.

Outro executivo da área de reestruturação, que prefere não se identificar, relaciona a situação atual ao efeito da **Operação Lava**



**Jato** em algumas empresas. Segundo ele, de repente, as companhias perderam entre 60% a 90% do faturamento. Agora também há perdas repentinas de receitas, o que vai fazer muitas empresas procurarem a proteção da Justiça.

# Recessão é dada como certa em 2020, e futuro depende de velocidade de ação do governo

Enquanto Bolsonaro e Guedes sinalizam necessidade de retomar desde já atividade produtiva, economistas têm engrossado alertas de que uma desorganização na economia pode ocorrer a despeito de uma política de confinamento mais flexível

**Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

30 de março de 2020 | 10h14

BRASÍLIA - O grau de isolamento da população e a velocidade do governo na adoção de medidas de combate à crise provocada pela pandemia do [novo coronavírus](#) esquentaram o debate nos últimos dias sobre a profundidade do impacto econômico e a capacidade de retomada do [Brasil](#) após o fim da emergência sanitária. Uma recessão em 2020 é dada como certa, mas o futuro ainda está cercado de incertezas. Enquanto o presidente [Jair Bolsonaro](#) e o ministro da [Economia, Paulo Guedes](#), sinalizam a necessidade de retomar desde já a atividade produtiva, economistas têm engrossado os alertas de que uma desorganização na economia do País pode ocorrer a despeito de uma política de confinamento mais flexível, como prega o presidente, e que o foco agora deve estar na rede de proteção a famílias e empresas, além dos investimentos na saúde.

O **Banco Mundial** já emitiu avisos de que as projeções não descartam “várias ondas da pandemia”, o que requer uma abordagem global para

seu combate, incluindo a busca por uma vacina e preparo das economias. Se essas “ondas” se confirmarem (como na gripe espanhola, que teve três grandes ondas), algum tipo de confinamento pode durar mais tempo, impondo severos impactos sobre a atividade e retardando a recuperação.

A **Organização para Cooperação e Desenvolvimento**

**Econômico (OCDE)** calcula que cada mês de quarentena reduz em dois pontos percentuais o crescimento anual do **Produto Interno Bruto (PIB)** dos países.

Por outro lado, estudos sugerem que um sacrifício maior agora pode compensar: o tombo mais profundo no curto prazo daria lugar a uma recuperação mais veloz à frente. Essa avaliação consta em um artigo de economistas do **Federal Reserve**, o banco central dos **Estados Unidos**, divulgado na quinta-feira, 26. Eles analisaram a estratégia de combate à pandemia da gripe espanhola em 1918 – embora tenha ocorrido há um século, ela tem sido considerada como a única “comparável” ao momento atual.

“Cidades que interviram mais cedo e de maneira mais agressiva não tiveram performance pior, pelo contrário, elas cresceram mais rápido após o fim da pandemia. Nossos achados indicam que intervenções não farmacêuticas não só reduzem a mortalidade, mas também mitigam as consequências adversas da pandemia sobre a economia”, diz o estudo, que analisou o desempenho de 43 cidades norte-americanas.

No Brasil, economistas avaliam que o impacto econômico já está evidente, mas ainda é possível salvar vidas e amenizar as consequências para as famílias no futuro – o que seria crucial para amortecer o choque e acelerar a retomada. A principal ponderação é que, mesmo com a reabertura agora de comércio e serviços, as famílias

simplesmente podem não consumir se acharem que suas vidas continuam correndo risco. Alguns setores como entretenimento e turismo podem até desaparecer momentaneamente enquanto esse comportamento durar.

“A crise já afetou a economia, e a gente ainda não colheu os benefícios de frear os impactos na saúde”, alerta a economista Silvia Matos, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV). “O efeito econômico já está contratado. O de saúde ainda pode ser contido”, acrescenta.

Para ela, o governo demorou a emitir sinalizações cruciais aos empresários e trabalhadores de que daria o respaldo necessário para conter a crise. Com isso, algumas companhias começaram a demitir, o que contribuiu para tornar mais permanentes os efeitos do choque. A recuperação agora tende a ser mais lenta – e não será uma flexibilização na quarentena que impedirá isso. “Não tem como escapar de um efeito devastador, de saúde ou de economia, as duas coisas estão juntas e vão ser ruins no Brasil”, diz.

Como mostrou o Estadão/Broadcast na semana passada, dois terços das medidas anunciadas pelo governo para socorrer empresas e trabalhadores ainda não saíram do papel. O Senado ainda precisa aprovar um auxílio emergencial de R\$ 600 mensais para trabalhadores informais – só depois disso é que a Caixa poderá montar sua operação para distribuir o dinheiro. O auxílio aos empregados formais que tiverem redução de jornada e salário sequer foi proposto pelo governo.

“Quando chegar o recurso do governo, pode ser um pouco tarde. E ainda tem o risco de ele não chegar onde mais precisa”, afirma a

economista do Ibre/FGV. Após uma crise econômica, o emprego costuma ser uma das últimas variáveis a se recuperar.

A equipe econômica tem buscado traçar cenários para o pós-crise e ainda conta com uma melhora na atividade a partir do segundo semestre de 2020. Guedes já manifestou publicamente a preocupação com a possibilidade de um isolamento prolongado desorganizar as cadeias produtivas e comprometer a saída da crise pelo Brasil. Ele tem defendido o retorno gradual e aproveitou um vídeo divulgado na sexta (27) para fazer o alerta de risco de desabastecimento, inclusive de produtos de saúde. O ministro tem conversado com empresários de vários setores.

Em entrevista recente ao Estado, o ex-vice-presidente e ex-diretor executivo do Banco Mundial Otaviano Canuto se disse mais preocupado com a falta de renda das famílias para comprar comida do que com uma eventual crise de desabastecimento. “A recessão virá, uma depressão longa. Elas (as medidas) não são suficientes para lidar com o impacto social que a crise vai trazer. O diabo de tudo isso é que o choque simultâneo de oferta e demanda tem um efeito primordialmente sobre certo conjunto de serviços, empresas, de trabalhadores”, disse.

O economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, alerta que, para evitar um quadro de depressão na economia, é preciso fazer com que os bancos alonguem os prazos das dívidas dos seus clientes.

Pesquisa que será divulgada pela CNC na segunda-feira (30) mostra que, em março, o endividamento dos brasileiros atingiu a máxima

histórica em março, com 66,2% das famílias com a renda comprometida com dívidas de cartão de crédito, cheque especial, crédito pessoal, crédito consignado, carnês, financiamentos de carros, financiamentos de imóveis, entre outros. Segundo ele, os números dos endividados vai aumentar com a crise da pandemia da covid-19 e os bancos continuam retraídos.

“Os bancos não querem dar dinheiro novo, nem querem alongar. Querem comprar só títulos públicos. O BC tem que reduzir mais os juros para os bancos ganharem menos dinheiro ao comprarem os títulos públicos”, afirma, lembrando que os bancos estão com recursos disponíveis. Segundo ele, se os bancos não fizerem isso, haverá uma quebra geral. “As empresas não vão pagar, as pessoas não vão pagar e vai ser uma quebra geral. Os bancos também vão quebrar na frente”, adverte.

O setor de comércio, um dos mais prejudicados pelo confinamento forçado da crise, previa um aumento das vendas do varejo de 3%, mas a previsão já é de uma queda de 4% e pode ficar pior. Para ele, é preciso evitar que o País entre numa depressão. “Ainda não estamos numa depressão. Estamos começando uma recessão. Agora, depressão é coisa mais grave. Tem que esperar um pouco mais, Nos próximos dois, três meses, vamos ver se a recessão vai virar depressão.”

# Paradas pela crise do coronavírus, pequenas empresas não têm fôlego nem para um mês

Em geral, negócios menores têm 27 dias de caixa para honrar seus compromissos; inadimplência no segmento cresce e deve acelerar

**Renée Pereira, O Estado de S.Paulo**

30 de março de 2020 | 05h00

Enquanto as grandes companhias do País têm, pelo menos, três meses de caixa para bancar todas as despesas do dia a dia sem faturar, nas micro, **pequenas e médias empresas** a situação é bem diferente. Segundo especialistas, a maioria não tem fluxo de caixa suficiente para bancar um período longo sem receitas.

O presidente da Trevisan Escola de Negócios, VanDyck Silveira, diz que tradicionalmente essas empresas têm 27 dias de caixa para honrar seus compromissos. “Se param de vender, podem quebrar mais rapidamente.” Por outro lado, as grandes têm mais liquidez, especialmente aquelas listadas em Bolsa. E, se tiver problema de liquidez, conseguem se financiar no mercado com empréstimos.”

As pequenas, diz ele, não têm essa saída. Em condições normais, elas já não conseguem obter empréstimos de baixo valor no mercado. “Agora, numa situação de paralisação da atividade, a possibilidade de levantar

um financiamento é remota”, diz Carlos Antonio Rocca, coordenador do Centro de Estudos de Mercado de Capitais da Fipe (Cemec-Fipe).

Exemplo da dificuldade de conseguir dinheiro no mercado é a escalada da **inadimplência das empresas** pelo 11º mês consecutivo. Em janeiro, segundo a Serasa Experian, o País teve um novo recorde: 6,2 milhões de empreendimentos com contas atrasadas e negativadas, número quase 10% superior a igual período do ano anterior.

Desse total, 94,2% são micro ou pequenos negócios, com os demais se dividindo entre médio e grande portes. Metade dos inadimplentes são do setor de serviços.

“Os atrasos vinham numa escalada desde a recessão e depois na semiestagnação. O crescimento de 1% ao ano não chega aos pequenos negócios. Por isso, o atraso nas contas só aumenta”, diz o economista da **Serasa Experian**, Luiz Rabi.

Segundo ele, com a crise atual, o índice de inadimplência deve acelerar a alta dos últimos meses. “Nunca tivemos uma crise dessas com paralisação das atividades. Por enquanto, o que sabemos é que quem vai sofrer mais são as micro e pequenas que têm estruturas financeiras mais frágeis.”

Um problema apontado por Rabi é que 30% da dívida em atraso dessas empresas menores são com outras empresas, no chamado crédito mercantil. “A inadimplência de pessoa jurídica no Brasil não está com os bancos, mas com os fornecedores (o que provoca efeito em cascata).” Para ele, o melhor seria se fosse com o mercado bancário, uma vez que as instituições financeiras têm “mais bala na agulha para aguentar esses movimentos”.



Em muitos casos, os inadimplentes não quebram nem fecham as portas. Mas a atividade fica comprometida já que só podem comprar insumos, matéria-prima ou mercadorias à vista. “Eles perdem o acesso a crédito com taxas menos caras”, diz Rabi.

## **Desemprego**

É nesse cenário que a crise atual chega para esse universo de empresas, responsáveis por mais de 80% dos empregos (formais e informais) no Brasil, diz Silveira, da Trevisan. Para ele, com a saúde dessas empresas debilitada, o maior risco recai sobre o mercado de trabalho. Em fevereiro, a taxa de desemprego do País estava em 11,2% e atingia 11,9 milhões de pessoas. “Essa é uma taxa muito alta e perdura há muito tempo. Antes da crise atual, já não conseguíamos empregar quem entrava no mercado de trabalho nem recolocar quem estava sem emprego.”

Ele acredita que pandemia do coronavírus tem capacidade para jogar outros 5 milhões de brasileiros no desemprego. Isso elevaria para quase 17 milhões o número de pessoas sem emprego. “O problema é que não sabemos nem como será a volta à produção.”

Na avaliação dele, faltam medidas concretas e discussões mais sadias sobre o assunto. “Há uma data que é 7 de abril para flexibilizar a quarentena. Mas e se houver uma segunda onda de contaminados como parece estar ocorrendo na China? Estamos muito imediatistas.”

Nos últimos dias, cresceu a discussão sobre o tempo de lockdown (fechamento) da economia. Alguns empresários e o presidente da República, Jair Bolsonaro, defendem a flexibilização imediata da quarentena para não prejudicar a economia, apesar das orientações dos

especialistas em saúde de que é preciso isolamento social para conter a proliferação do vírus.

Na sexta-feira, o prefeito de Milão, Giuseppe Sala, admitiu que errou na política de combate ao avanço do coronavírus na cidade italiana ao divulgar um vídeo no fim de fevereiro dizendo que Milão não deveria parar.

### **Lições**

Na opinião do professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP), Márcio Holland, a crise provocada pelo coronavírus está só no começo, mas já deixa lições. Uma delas é a importância da desconcentração da atividade econômica, que precisa ser mais aprofundada para aliviar o peso das políticas públicas sobre os grandes centros urbanos. “O País precisa promover mais essa distribuição da atividade econômica pelo território nacional.”